



PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO DAS CADEIAS DE PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE - PNPSB

PRODUTO III - Sistematização das propostas do Governo Federal e parceiros na forma de um Plano de Ação voltado para a Cadeia Produtiva do Babaçu com ênfase no fortalecimento dos Povos, Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares

ROBERTA MARINS DE SÁ

Dezembro/2009

Apoio:  **Conab**

Ministério do
Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Ministério do
Meio Ambiente

Ministério do
Desenvolvimento Agrário



Sumário

DADOS CADASTRAIS.....	4
APRESENTAÇÃO DO OBJETIVO DO PRODUTO EM QUESTÃO	4
RESULTADOS ESPERADOS EM RELAÇÃO AO PRODUTO.....	4
METODOLOGIA UTILIZADA.....	5
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO PERÍODO	6
CADEIA DO BABAÇU – HISTÓRICO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS	7
Diagnóstico da Cadeia do Coco Babaçu	8
Reuniões Bilaterais do Plano Nacional nos Estados Prioritários para a Cadeia do Babaçu	14
Reunião com o Estado do Tocantins	14
Reunião com o Estado do Piauí	16
Reunião com o Estado do Ceará	20
Reunião com o Estado do Maranhão	21
Workshop do Babaçu - Relatório	25
PLANO DE AÇÃO PARA PROMOÇÃO DA CADEIA DO BABAÇU	74
Pontos Focais para a Cadeia do Babaçu	74
Municípios Prioritários para a Cadeia do Babaçu	75
Gargalos, Gestores e Atividades Pactuadas para Promoção da Cadeia do Babaçu	79
Gargalo 1 - Deficiência nos Serviços de Apoio (ATER, fomento e crédito)	80
Gargalo 2 – Baixa Capacidade Organizativa da Cadeia	81
Gargalo 3 – Baixa Eficiência do Modo de Produção.....	83
Gargalo 4 – Acesso a Mercados	84
Gargalo 5 – Acesso aos Babaçuais e Vulnerabilidade dos Estoques Naturais	85
Contribuições da Rede de Serviços	86
Estrutura de Gestão da Cadeia do Babaçu.....	87

AVALIAÇÃO GERAL	90
ANEXOS	92
Minuta de Ofício Circular para Indicação de Representantes dos Estados	92
Resposta dos Estados Indicando Pontos Focais	93
Reunião da Coordenação do Plano 05/10/2009	97
Reunião da Coordenação do Plano 25/11/2009	97
MEMÓRIAS DAS REUNIÕES DE EQUIPE TÉCNICA DO PNPSB	100
Reunião da Equipe Técnica 17/09/2009	100
Reunião da Equipe Técnica 22/10/2009	101
Reunião da Equipe Técnica 19/11/2009	102
REUNIÕES SOBRE GESTÃO DO CONHECIMENTO NO PNPSB	104
Reunião Equipe Técnica e GTZ – 03/09/2009	104
Reunião Equipe Técnica do MDA e Secretaria Executiva – 30/09/2009	104
Reunião Gestão do Conhecimento no PNPSB – 14/10/2009	105
Reunião Equipe ASCOM e PNPSB – 22/10/2009	107
Reunião Gestão do Conhecimento e Portal – 27/11/2009	107
REUNIÕES BILATERAIS E TÉCNICAS DO PNPSB	108
Reunião Secretaria Executiva e Equipe Alimentação Escolar – 05/10/2009	108
DIÁLOGO COM SETOR EMPRESARIAL – MEMÓRIA DO SEMINÁRIO	109
RELATÓRIO DO ENCONTRO DA REDE DE SERVIÇOS	112
RELATÓRIO DAS ATIVIDADES EM 2009	136

DADOS CADASTRAIS

PROPONENTE Roberta Marins de Sá		CPF 145.880.918-83	
TERMO DE REFERÊNCIA Nº 132012		Nº DO CONTRATO 2009/000664	
ENDEREÇO: Rua 30 Norte, Lote 3, Ed. Milena Baqui, Apto 905 – Águas Claras			
CIDADE Taguatinga	UF DF	CEP 71918-180	DDD/TELEFONE (61) 3964-7379 (61) 8157-2556
Conta Corrente nº 23626-8	Banco Brasil	Agência 1273-4	e-mail roberta.sa@mda.gov.br

APRESENTAÇÃO DO OBJETIVO DO PRODUTO EM QUESTÃO

De acordo com o Termo de Referência nº 132012 do Projeto PNUD BRA/08/012, ao qual esta consultoria e este relatório estão subordinados, o presente documento é o ***Produto III: Relatório contendo a sistematização das propostas do Governo Federal e parceiros na forma de um Plano de Ação voltado para a Cadeia Produtiva do Babaçu com ênfase no fortalecimento dos Povos, Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares.***

O Plano de Ação para a Cadeia do Babaçu foi apresentado e discutido nas reuniões bilaterais realizadas pela coordenação do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB) nos estados prioritários para esta cadeia.

No Workshop do Babaçu, realizado em São Luis nos dias 04 e 05 de novembro de 2009, e posteriormente em reuniões da equipe técnica e coordenação do PNPSB, o Plano de Ação para a Cadeia do Babaçu foi validado e foram assumidas as responsabilidades e prioridades de cada Ministério para a resolução dos gargalos.

Este documento apresenta o Plano de Ação da Cadeia do Babaçu, no âmbito do PNPSB e as atividades desenvolvidas pela secretaria executiva do Plano Nacional no período de preparação e após o Workshop do Babaçu, com o intuito de validá-lo e pô-lo em prática.

RESULTADOS ESPERADOS EM RELAÇÃO AO PRODUTO

O primeiro resultado deste produto é a sistematização do Plano de Ação para a cadeia do Babaçu, no âmbito do Plano Nacional da Sociobiodiversidade (PNPSB). Com isto as ações e atividades necessárias para a promoção desta cadeia da sociobiodiversidade estarão mais claras e será possível estabelecer os próximos passos, as prioridades e promover o acompanhamento destas atividades de forma mais eficiente.

Espera-se também que este produto seja um instrumento de informação sobre as atividades realizadas e se torne uma ferramenta de apoio para tomada de decisões, tanto para a equipe técnica como para a coordenação do Plano Nacional da Sociobiodiversidade (PNPSB).

Este documento também poderá subsidiar, com as devidas adaptações, o trabalho a ser desenvolvido com outras cadeias de produtos da sociobiodiversidade brasileira, tanto no âmbito do Plano Nacional como em outras ações desenvolvidas pelo Governo Federal, Estadual e organizações dos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares (PCTAFs) e da sociedade civil.

METODOLOGIA UTILIZADA

Conforme o Termo de Referência nº 132012 do Projeto PNUD BRA/08/012, as atividades a serem executadas para o desenvolvimento desta consultoria são:

- a) Apoio técnico à Coordenação do Plano Nacional (PNPSB).
- b) Articulação da participação do setor privado na implementação do PNPSB.
- c) Promoção do diálogo com os demais órgãos e entidades federais para elaboração, pactuação e implementação do PNPSB.
- d) Articulação de parcerias com os governos dos Estados, organizações da sociedade civil, setor privado e organizações internacionais para implementação do PNPSB.
- e) Promoção de espaços regionais de diálogo entre os governos estaduais e a sociedade civil para a implementação do PNPSB nos territórios.
- f) Promoção da interação entre a Coordenação do Plano Nacional e os espaços regionais para implementação do PNPSB.
- g) Acompanhamento e avaliação da implementação do PNPSB.

Por se tratar de uma proposta de política inovadora, de articulação e integração de ações junto aos diversos setores envolvidos com as cadeias de produtos da sociobiodiversidade (governo, sociedade civil, setor empresarial, setor de serviços), para a qual não existe uma metodologia pré-estabelecida e validada, a metodologia de trabalho para o desenvolvimento das atividades é determinada pela Coordenação do Plano Nacional

(composta pelo MDA, MMA, MDS e CONAB) através de reuniões da Coordenação com a equipe técnica.

A promoção do diálogo e articulação de parcerias com demais órgãos e entidades federais, assim como com a sociedade civil organizada, setor privado e organizações internacionais, no âmbito do Plano Nacional, tem se dado principalmente através de reuniões técnicas bilaterais.

Para o desenvolvimento das atividades específicas que tratam este documento, ou seja, a validação e acompanhamento da implementação do Plano de Ação para a Cadeia do Babaçu, a Secretaria Executiva do PNPSB, neste caso composta pela secretária executiva (Roberta Marins de Sá) e o consultor da cadeia do babaçu (João Morita) participaram de:

- reuniões bilaterais;
- reuniões da equipe técnica e coordenação do PNPSB;
- discussões e articulações por telefone;
- elaboração de documentos.

Apesar das ações para a cadeia do babaçu estarem priorizadas nos estados MA, TO, PI e CE, grande parte das atividades desenvolvidas foram concentradas em Brasília, visto que as instâncias estaduais ainda estão se organizando, representando alguns obstáculos para a interlocução do Plano de Ação nos estados de abrangência.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO PERÍODO

As atividades, relacionadas à cadeia do babaçu, desenvolvidas durante o período desde o início da contratação da consultoria até o final do mês de dezembro foram:

- Reuniões de Coordenação do PNPSB (memórias em anexo);
- Reuniões da equipe técnica do PNPSB (memórias em anexo);
- Apoio na preparação das reuniões bilaterais nos estados prioritários;
- Elaboração de documentos;
- Apoio na preparação e realização do encontro da Rede de Serviços;
- Revisão e edição do relatório do encontro da Rede de Serviços (em anexo);
- Diálogo com o setor empresarial e organização de seminário (memória em anexo);
- Participação no seminário preparatório para a Sala Caatinga Cerrado na Exposustentat;
- Apoio na preparação e realização do Workshop do Babaçu;
- Redação do relatório do Workshop do Babaçu;

- Elaboração de documento com o balanço das atividades do Plano Nacional da Sociobiodiversidade no decorrer de 2009, para ser apresentado na reunião da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável para os Povos e Comunidades Tradicionais (em anexo).

CADEIA DO BABAÇU – HISTÓRICO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS

O Plano Nacional da Sociobiodiversidade foi lançado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 27 de abril de 2009 na cidade de Manaus junto ao público beneficiado, os Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares - PCTAFS.

O Plano de Ação para a Cadeia do Babaçu consiste na estratégia pactuada entre Governo Federal, Estadual e os demais elos da cadeia, sobre as responsabilidades e atividades a serem desenvolvidas para minimizar os gargalos que interferem na promoção dos produtos desta cadeia, com ênfase no apoio aos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares (PCTAFs).

O Plano de Ação para a Cadeia do Babaçu, apresentado a seguir, levou em consideração:

- 05 reuniões do Grupo Gestor da Cadeia Produtiva do babaçu no Bico do Papagaio realizadas em 2008, sob a Coordenação do MMA. Este trabalho teve início em 2007, com a participação direta de Haroldo Oliveira (MMA), garantindo elementos para desenhar a cadeia do babaçu nesta região, servindo de base para as demais.
- Consultoria do Sr. Gilvan Alves Ramos (Produto 2 - Análise das Cadeias de Valor Brasileiras da Cera de Carnaúba e do Óleo de Babaçu: com territórios estratégicos e arranjos produtivos locais), fornecendo elementos para a construção do diagnóstico;
- Diagnóstico sucinto da Cadeia do Babaçu, realizado no âmbito do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB), entre mês fevereiro e maio de 2009, pelo consultor Júlio Pinho;
- Ofício do Ministro do Desenvolvimento Agrário para os Governadores dos Estados (MA, TO, PI e CE), solicitando a indicação dos pontos focais do estado para o Plano Nacional da Sociobiodiversidade;
- Reuniões bilaterais do PNPSB nos estados prioritários para a cadeia do babaçu, realizadas de Julho a Setembro de 2009 – TO (27/07/09), PI (10/08/09), CE (14/08/09), e MA (01/09/09);
- Encontro para Constituição da Rede de Serviços para Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, realizado nos dias 26 e 27 de Agosto, em Brasília (Relatório em anexo).
- Workshop do Babaçu, realizado em São Luis, entre os dias 04 e 05 de novembro de 2009;

- Reuniões da secretaria executiva, especificamente o consultor da cadeia do babaçu, João Morita, com os gestores dos gargalos (coordenadores e equipe técnica do MDA, MMA, MDS e Conab) e com a equipe técnica do PNPSB;
- Reuniões da Coordenação do PNPSB (memórias em anexo).

Diagnóstico da Cadeia do Coco Babaçu¹

Apresentação

Os Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) e do Meio Ambiente (MMA), promotores do Plano Nacional de Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade estão estruturando um Plano de Ação Governamental para o desenvolvimento da cadeia de valor do coco babaçu em âmbito nacional, o qual está sendo construído em conjunto com gestores governamentais e acompanhado pela Casa Civil.

Para tal, por meio da contratação de uma consultoria específica via Cooperação Técnica Alemã - GTZ, a qual utilizou a metodologia *Value Links - Biodiversidade*, foi elaborado um documento contendo o diagnóstico, a visão de futuro dos promotores e dos operadores, os gargalos e as propostas de ação com seus respectivos responsáveis e parceiros para o desenvolvimento da cadeia de valor do coco babaçu.

A partir do referido documento, o qual foi construído com base nos resultados de estudos sobre a cadeia do babaçu elaborados anteriormente e de encontros de discussão e de encaminhamento técnico entre os pontos focais do MDA, MDS, MMA e GTZ, sob a supervisão da Coordenação do Plano, foi preparada e realizada uma apresentação da cadeia para a Casa Civil.

Com base nas observações da Casa Civil, com a participação efetiva da Coordenação do Plano, foram priorizados os principais gargalos da cadeia, elencadas ações prioritárias, definidos responsáveis e identificados parceiros para a execução das mesmas. Em função de um mapa gerado pelo ZEE/MMA o qual demonstra a interseção entre os municípios que ocorrem o babaçu, com aqueles presentes em Territórios da Cidadania (TC), com a presença de Unidades de Conservação de Uso Sustentável - UC's ou incluídos na área do Arco Verde, foi encaminhado como critério, a princípio, que os municípios que terão prioridade alta para as ações do Plano serão aqueles que além de ocorrer o babaçu, coincidam com algum TC, UC'S ou com a área do Arco Verde, e que tenha de média, alta ou muito alta produção de amêndoa, de acordo com os dados do IBGE (2007) relativos à produção do extrativismo não-madeireiro.

¹ Estudo realizado por Julio Cesar Gomes Pinho.

Nos municípios de atuação do Plano, será levantado o número e as características/perfil das organizações produtivas, o número de Povos e Comunidades Tradicionais e ou Agricultores Familiares, o número de assentamentos existentes (área, número de famílias, e se possível, checar a relação destes com a economia do babaçu), e outros aspectos que poderão servir para possíveis novos olhares com relação às prioridades das ações do Plano.

Com base numa primeira lista dos municípios eleitos prioritários para as ações do Plano, a qual totalizou 108 (cento e oito) distribuídos entre os estados do MA, PI, BA, TO, CE e PA, a Coordenação juntamente com a sua Equipe Técnica, por meio de visitas aos governos estaduais envolvidos com a cadeia do coco babaçu, estará discutindo e definindo de fato a área de atuação do Plano, pactuando compromissos e partilhando responsabilidades. Da mesma forma, estará mantendo um diálogo permanente e estreitando as parcerias com as organizações representativas de Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares, reconhecendo o seu protagonismo e a sua importância para um bom desenvolvimento do Plano.

A partir das ações previstas no Plano, cada responsável pelas mesmas deverá elencar as atividades chaves, definindo como executá-las, prazos, responsáveis e orçamento para tal. A Coordenação do Plano em conjunto com a sua Equipe Técnica, constantemente estará se reunindo para fazer avaliações do andamento do processo e realizando possíveis ajustes em conjunto com os demais parceiros envolvidos.

Diagnóstico

O babaçu é uma palmeira nativa das regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste do Brasil, que abrange entre 13 e 18 milhões de hectares, distribuídos nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins, Goiás, Mato Grosso, Amazonas, Pará, Rondônia, Ceará, Bahia e Minas Gerais, abrangendo 279 municípios. Algumas Reservas Extrativistas se destacam em função da ocorrência e uso do babaçu na economia local, a exemplo da RESEX Ciriaco, Mata Grande, Frexal e Chapada Limpa no MA, e Extremo Norte no TO.

O babaçu ocorre em uma zona de transição entre as florestas úmidas da bacia amazônica e as terras semi-áridas do Nordeste. Apesar de ocorrer em diversos estados, o Maranhão concentra cerca de 10 milhões de hectares, e junto com o Piauí, apresenta zonas de alta densidade, com populações superiores a 200 palmeiras por hectare. É uma palmeira que atinge cerca de 20 m de altura, começa a frutificar com 8 a 10 anos de vida, alcançando plena produção aos 15 anos, e tem uma vida média de 35 anos. Produz o ano todo, de 3 a 6 cachos

de frutos, cada cacho possui cerca de 150 a 300 cocos e cada coco possui em média 3 amêndoas no seu interior.

As potencialidades do babaçu são inúmeras, da geração de energia ao artesanato, diversas atividades econômicas podem ser desenvolvidas a partir da planta. Dentre as partes desta, o fruto tem o maior potencial econômico para aproveitamento tecnológico e industrial, podendo produzir cerca de 64 produtos, tais como carvão, etanol, metanol, celulose, farináceas, ácidos graxos, glicerina, porém basicamente o carvão e o óleo têm sido produzidos em escala comercial.

Apesar da possibilidade de se utilizar o babaçu de diversas formas e em diversos processos industriais, é a amêndoa, em função da produção do óleo, que tem a maior importância econômica atualmente. Toda a produção de amêndoa de babaçu é feita em regime de economia familiar.

O babaçu é integralmente aproveitado pelas famílias que sobrevivem da agricultura de subsistência associada à exploração da palmeira. São envolvidos diretamente com a economia do babaçu 400.000 extrativistas (ALMEIDA, 2005), e 1.000.000 de pessoas direta ou indiretamente (PORTO, 2004). Basicamente são mulheres quebradeiras de coco babaçu, que em geral possuem baixo grau de organização da produção, fato que vem gerando grande dependência destas aos atravessadores, os quais chegam a ganhar 40 a 60% a mais na comercialização da amêndoa.

Apesar do baixo grau de organização da produção, em função do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB, uma forte articulação política em prol do acesso livre aos babaçuais e outras reivindicações é evidente. Entre os anos de 1990 e 1996, a produção de amêndoa de babaçu era bastante alta chegando a 190.000 t., no entanto, a partir daí vem decrescendo gradativamente. Além da falta de incentivos relevantes ao desenvolvimento da economia do coco babaçu, entre outros aspectos, segundo PORTO (2004), esse fato se dá também, em função do processo rudimentar utilizado para extração das amêndoas com baixa eficiência produtiva, pois em média, de forma manual, uma quebradeira de coco babaçu produz 5 Kg de amêndoa por dia. Atualmente a produção da amêndoa está basicamente estável. Segundo dados do IBGE (2007), a produção nacional foi de 114.874 t., o que gerou com a comercialização da mesma, aproximadamente R\$ 113.268.000,00.

O Maranhão é o maior produtor, envolvendo 149 municípios e representando cerca de 94,7% da produção nacional, seguido do estado do Piauí o qual envolve 66 municípios e representa 4,4% da produção nacional. A grande quantidade da palmeira no Maranhão levou à instalação de várias empresas processadoras de óleo comestível e láurico obtidos a partir da

amêndoa do babaçu. “As décadas de 60 ao início de 80 constituíram-se no auge da economia babaçueira. Neste período, 52 empresas de médio e de grande porte funcionavam no Maranhão produzindo óleo bruto e refinado para abastecimento das indústrias alimentícias e de higiene e limpeza no país e no exterior. A produção anual de óleo de babaçu girava em torno de 130 mil toneladas, sendo o principal item da pauta de exportação do Estado”. Atualmente, o volume de produção caiu a menos da metade e o número de empresas de médio e grande porte reduziu-se à menos de uma dezena. (DESER 2006).

O mercado para o óleo de babaçu é propriamente o nacional, o qual se dá principalmente por meio de corretoras. Apenas cerca de 0,19% da produção nacional de óleo vem sendo exportada. Em 2008, segundo o MDIC (Aliceweb, 2009), o Brasil só exportou 143 t. de óleo de babaçu.

As exportações de óleo de babaçu já foram bem maiores, no entanto, em função da concorrência com outros óleos láuricos, a exemplo do óleo de palma, que pelo fato de ter seu custo de produção bem mais baixo em função de ser uma planta cultivada, além dos altos incentivos fiscais, é muito mais competitivo em relação a preço do que o óleo de babaçu.

As importações brasileiras de óleo de palmiste e palma têm aumentado nos últimos anos com vistas a suprir as necessidades do mercado interno brasileiro, uma vez que a produção nacional de palma (ou dendê, como é conhecido no Brasil) não tem sido suficiente. Em virtude de que o preço do óleo de palmiste e palma ter se mantido cada vez mais baixo no país, isso tem levado à uma redução do preço do óleo de babaçu no mercado interno (DESER, 2006).

Entre os empreendimentos dos extrativistas, lista-se aproximadamente 04 cooperativas e 10 associações, a maioria destas instaladas no Maranhão, as quais processam o mesocarpo com vistas no Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, e o óleo bruto de babaçu com fins na exportação para mercados justos e solidários, que chegam a pagar duas a três vezes mais o valor das indústrias produtoras de cosméticos, materiais de higiene e de limpeza instaladas na região sudeste do Brasil, fortes consumidoras de óleo bruto de babaçu.

A Cadeia Produtiva do Coco Babaçu

Dentre as funções da cadeia produtiva do coco babaçu foram identificados: os insumos específicos (máquinas e equipamentos); a produção extrativa de amêndoa; a comercialização da amêndoa; o processamento da amêndoa; a comercialização do óleo bruto; a comercialização de óleo bruto e transformação, e a transformação do óleo bruto de babaçu nas indústrias do Brasil.

Os operadores da cadeia destacam-se: os extrativistas individuais que comercializam a amêndoa diretamente com os atravessadores; os extrativistas organizados que comercializam a amêndoa de babaçu com as associações e cooperativas; os atravessadores que comercializam a amêndoa para as indústrias de óleo bruto; as associações e cooperativas agroextrativistas que processam amêndoa e comercializam óleo bruto (algumas chegam a exportar); as corretoras de óleo bruto; as indústrias que processam a amêndoa e comercializam o óleo bruto; as indústrias de óleo bruto e transformação; as indústrias que compram óleo bruto e transformam (oleoquímicas, de refino de óleo, de alimentos, de higiene e de materiais de limpeza e as de cosméticos).

Os serviços operacionais ligados a cadeia são: transporte terrestre; serviços de rotulagem, embalagens e publicidade. E dentre os principais serviços de apoio, destacam-se: a pesquisa e o desenvolvimento (EMBRAPA Meio Norte, UNITINS, UFPA, UFMA, UEMA, UFT, EAFA); fomento e crédito (MDS, MAPA, CONAB, MIN, MMA, MDA e MDIC); assistência técnica, assessoria, capacitação e organização produtiva (SEBRAE, CNS, GTA, ASMUBIP, COOPERATIVAS, MIQCB, ASSEMA, ATER's e CENTRU).

Por fim, dentre os organismos reguladores e de licenciamento ambiental: o MMA-IBAMA; o MMA-ICMBIO; o MDA-INCRA; a ANVISA; o MAPA e o MDIC.

A Visão de Futuro dos Operadores

Os principais elementos da visão dos operadores da cadeia produtiva do coco babaçu, em especial, da visão dos extrativistas, destacam-se: o acesso livre dos extrativistas aos babaçuais e conservação ambiental; o fortalecimento das organizações comunitárias; a distribuição justa dos benefícios e diálogo fluente entre os operadores da cadeia; a consolidação e abertura de mercados; a maior inclusão de Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares por meio de melhoria de renda; e o fortalecimento e a integração entre as políticas, os programas e os projetos no âmbito dos estados e do governo federal.

A Visão de Futuro dos Promotores

Por sua vez, a visão de futuro dos promotores da cadeia produtiva do coco babaçu destaca os seguintes aspectos: a conservação e uso sustentável; a segurança alimentar e nutricional; a geração de emprego, a renda e inclusão social; o acesso ao recurso, a repartição justa e equitativa de benefícios pelos Povos Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares; os mercados diferenciados (valores de cooperação, solidariedade e ética); o

empoderamento e controle social; a articulação intra e interinstitucional, e intersetorial; e a gestão compartilhada (sociedade civil, poder público e privado).

Gargalos

Dentre os gargalos que perpassam todos os elos da cadeia produtiva, destacam-se a deficiência nos serviços de apoio (ATER, Fomento e Crédito) e a baixa capacidade organizativa da cadeia. A baixa eficiência do modo de produção, o pouco acesso aos babaçuais e vulnerabilidade dos estoques naturais são gargalos identificados com relação aos operadores extrativistas individuais e organizados.

E por fim, o pouco acesso a mercados, diz respeito aos elos da cadeia: associações e cooperativas agroextrativistas; as corretoras; as indústrias que processam a amêndoa e comercializam o óleo bruto; as indústrias de óleo bruto e transformação; e as indústrias que compram óleo bruto e transformam (oleoquímicas, de refino de óleo, de alimentos, de higiene e de materiais de limpeza e as de cosméticos).

Gargalos, ações prioritárias, responsáveis e parceiros

Gargalo	Ações Prioritárias	Responsáveis	Parceiros
1 Deficiência nos serviços de apoio (ATER, Fomento e Crédito);	1.1 Criar uma rede de ATER para a cadeia do coco babaçu identificando atores e definindo prioridades;	MDA	MDA, EMATER's, e ONG's
	1.2 Capacitar e qualificar as equipes dos serviços de ATER;	MDA	EMBRAPA, SENAR, SEBRAE, MDS
	1.3 Adequar a infra estrutura e quadro técnico necessário para o trabalho de ATER;	MDA	MDA e os Estados
	1.4 Promover maior divulgação das políticas públicas e programas (PGPM, PAA, etc) para os empreendimentos da cadeia;	Coordenação do Plano	MDA, MDS, MMA, CONAB
	1.5 Adequar os serviços de crédito para os produtos do coco babaçu;	Coordenação do Plano	MDA, MMA, BB, BASA, BNB, BNDES
2 Baixa capacidade organizativa da cadeia;	2.1 Elaborar e implementar plano de fortalecimento e melhoria da gestão das organizações produtivas da cadeia;	MDA	MDA, MMA, MMA, MDS, MTE, SEBRAE
	2.2 Promover o acesso a documentação básica (RG, CPF, DAP, Nota Fiscal do Produtor);	MDA	MDA, MDS, MMA, ICMBIO
	2.3 Criar e animar mesas de diálogos entre os atores da cadeia produtiva;	Coordenação do Plano	MDA, MDS, MMA
	2.4 Fomentar a criação e a regularização de associações, cooperativas e centrais;	MDA	MMA, MDS, MTE, SEBRAE
3 Baixa eficiência do modo de produção;	3.1 Definir modelos tecnológicos de quebra do coco babaçu acordados com as quebradeiras de coco babaçu;	MMA	MMA, MDA, EMBRAPA, MCT, CNPQ
	3.2 Promover fomento e crédito para a implantação de agroindústrias de base familiar para o aproveitamento integral do coco babaçu	MDA	MDA, MMA, Fundação Banco do Brasil, Petrobrás

4 Acesso a Mercados;	4.1 Elaborar planos de negócios para os produtos do babaçu (mesocarpo, carvão, óleo)	MDA	MDA, MMA
	4.2 Ampliar o acesso a mercados institucionais (PAA, Alimentação Escolar)	MDA	MDA, MDS, MEC, SECAD, MAPA, CONAB
	4.3 Criar um sistema integrado de informação de oferta e demanda de produtos de coco babaçu;	Coordenação do Plano	CONAB, IBGE
	4.4 Promover maior acesso às políticas públicas e programas de apoio a comercialização (PGPM, PAA, PRONAF);	Coordenação do Plano	MAPA, CONAB, MDA, Bancos Públicos
	4.5 Definir padrões de classificação e coeficientes técnicos para produtos do coco babaçu	MDA	MAPA, ANVISA
5 Acesso aos babaçuais e a vulnerabilidade dos estoques naturais	5.1 Criar e regulamentar unidades de conservação de uso sustentável e projetos de assentamento;	MMA	MMA, ICMBIO, MDA, INCRA
	5.2 Acelerar a regularização fundiária nos territórios ocupados por povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares	Coordenação do Plano	MMA, MDA, FUNAI
	5.3 Definir e apoiar o desenvolvimento de manejo sustentável para o uso do babaçu	MMA	MMA, ICMBIO, DCBIO
	5.4 Promover ações de educação ambiental e intensificar as medidas de controle do desmatamento e das queimadas em áreas de babaçuais;	MMA	MMA, IBAMA, OEMA
	5.5 Regulamentar a produção e o transporte de carvão a partir do coco babaçu;	MMA	MA, OEMAs

Reuniões Bilaterais do Plano Nacional nos Estados Prioritários para a Cadeia do Babaçu

Reunião com o Estado do Tocantins

Data: 27/07/2009

Local: Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Palmas (TO).

I- ENCAMINHAMENTOS

1. Inclusão do município de Babaçulândia (TO) nos municípios prioritários e todos os municípios do Território da Cidadania do Bico do Papagaio.

II – PRINCIPAIS PONTOS APRESENTADOS PELOS PARTICIPANTES

- Maria José da OCB perguntou se agora é o momento de inclusão de parcerias nos gargalos. Resposta do Júlio (MMA): o momento será na Rede de Serviços e Workshop do Babaçu.

- Eduardo comentou que a certificação dos produtos não foi encontrada nos gargalos. Resposta do Júlio (MMA): falou sobre a certificação no Maranhão feita pela COOPALJ e disse que no Workshop terá o momento para a inclusão de gargalos não identificados e a retirada de outros.

- Rejane da Delegacia do MDA falou que na apresentação dos gargalos, não fica muito clara a questão de legislação e pergunta sobre a participação dos PCTAFs para a realização do diagnóstico.

- Gino: fala da problemática da criação dos assentamentos. Pergunta sobre a estratégia de escoamento da produção, canal de comercialização. Exemplificou que se ocorre muita coisa, vai se produzir muito daqui um tempo, é claro que isso vai precisar ser vendido, escoado, mas como fica essa venda de produção? O Plano tem alguma estratégia para isso? Resposta do Júlio (MMA): deve existir diálogo entre os órgãos ambientais do estado / falou das políticas de PGPM, PAA.

- Gino: se a demanda é maior que a oferta, isso pode dar problema para o extrativista, onde o estado não dará conta de atender, já não dá. Existe uma forma de aparelhar melhor as instâncias envolvidas para que os problemas sejam resolvidos quanto a cadeia do babaçu? Resposta do Júlio (MMA): a cadeia é econômica, mas também não se abre mão do seu caráter de inclusão social.

- (Raimunda e Antonio – CNS) grande discussão sobre crédito fundiário (que é burocrático demais, quase nunca acontece e depois é necessária a devolução desse crédito) e sobre regularização dos assentamentos que foram criados ainda na época do Collor. Afirmam que é preciso avançar na questão da reforma agrária. Existe muita conversa e nada de concreto, muitas pessoas participam das reuniões e nem tem o que comer em casa. Só preserva quem é que precisa da terra. A questão ambiental é uma questão fundiária.

- Dona Raimunda – CNS: “nós vem pensando nesse projeto a muito tempo”. Falou da ida do Lula na região. Falou da estrutura que tem na associação dela. Falou que é extremamente necessária a capacitação de comercialização da produção. Além da capacitação é importante também ter capital de giro de verdade para comprar o babaçu. Curso de teoria está cheio, mas curso que ensine o que é preciso de verdade não tem não. Dia 22/08 terá um curso de empreendedorismo, para aprender a comercializar. É isso que eles querem, esse tipo de curso. Curso para administrar.

MUNICÍPIOS:

- h) Incluir o município de Babaçulândia na lista de municípios prioritários, devido a existência de grandes concentrações de babaçuais e também de pessoas que tiram a sua renda com essa atividade, além de ser um município atingido pela construção da UHE Estreito;
- i) Incluir todos os municípios do Território da Cidadania Bico do Papagaio, pois nem todos os municípios são citados pelo IBGE como produtores de coco babaçu, mas segundo a plenária, é de extrema importância todos estarem presentes.

III – PARTICIPANTES

	Nome	Instituição	Telefone	E-mail
1	Júlio César Gomes Pinho	MMA	(61) 3317-1011	julio.pinho@mma.gov.br
2	José Ademar Batista	MDA	(61) 2020-0984	jose.batista@mda.gov.br
3	Kelma Cruz	Conab - DF	(61) 3312-6262	kelma.cruz@conab.gov.br
4	João Paulo Morita	PNPSB	(61) 8141-7320	joao.morita@consultor.mda.gov.br
5	Rodrigo Sabino	Sec. Planejamento	(63) 3218-1164	sabino@seplan.to.gov.br
6	Vicente Cruz Filho	SEPLAN	(63) 3218-1159	vicentecruz@seplan.to.gov.br
7	Geroílton Ribeiro	ADAPEC	(63) 3218-2125	geroilton@bol.com.br
8	Oswaldo Nascimento	Ruraltins	(63) 3218-3103	
9	Patrícia Ribeiro	SETAS	(63) 3218-1954	pealimentos@bol.com.br
10	Mateus Moreira de Alcântara	CNEC	(99) 3531-2956	mateus.moreira_cnec@terra.com.br
11	Maria da Conceição Pessoa	CESTE	(99) 3531-8372	maria.conceicao@uhe-estrito.com.br
12	Ana Paulo de Almeida	SEAGRO	(63) 3218-7601	ana.almeida@seagro.to.gov.br
13	Rodrigo	Ruraltins	(63) 3218-3140	rodrigo@ruraltins.to.gov.br
14	Maria José Oliveira	OCB / SESCOOP - TO	(63) 3215-3291	superintendencia@ocbto.com.br
15	Aline de Sousa Brito	SEAGRO	(63) 3218-2106	alinesjr@gmail.com
16	Gilmar Martins	SEAGRO	(63) 3218-2193	gilmar.severino@seagro.to.gov.br
17	Rejane F. Silva	DFDA - TO	(63) 3219-5217	rejane.silva@pmj.incra.gov.br
18	Raimunda Silva	CNS	(63) 3447-1143	
19	Antonio Bezerra de Carvalho	CNS	(63) 3447-1143	
20	Vilmondes Macedo	Conab - TO		vilmundes.macedo@conab.gov.br
21	Gino Machado de Oliveira	Naturatins	(63) 3218-2660	gino_machado@yahoo.com.br
22	Mariah Soares	Sec Cidadania e Justiça	(63) 3218-6715	mariah.soares34@gamil.com
23	Maria do Rosário Ventura	Naturatins	(63) 3218-2660	araticun@yahoo.com.br
24	Francisca Marta dos Santos	Sec de Agricultura	(63) 9973-6860	matinhabs@yahoo.com.br
25	Roberto Jorge Sahium	Sec de Agricultura	(63) 3218-2151	gabinete@seagro.to.gov.br

Reunião com o Estado do Piauí

Data: 10/08/2009

Local: Universidade Estadual do Piauí – Teresina (PI).

I- ENCAMINHAMENTOS

1. Acrescentar as Universidades Federal e Estadual do Piauí dentro do diagnóstico;
2. Incluir no diagnóstico (nível meso) a CEPES, instituição ligada ao MIQCB – Regional do Piauí (Esperantina);
3. Destacar a Embrapa Meio Norte na questão do manejo (gargalo 05);
4. Incluir no diagnóstico Instituto de Terras do Piauí, CEPES, UEPI, UFPI;

5. Será criado o GT estadual para a Cadeia do Babaçu.

II – PRINCIPAIS PONTOS APRESENTADOS PELOS PARTICIPANTES

- no meio da apresentação foi informado que o estado do Piauí não possui nenhuma RESEX, mas está beirando 250 assentamentos no Território da Cidadania dos Cocais.

- Francisco Guedes (EMATER – PI e ponto focal do estado) apresenta os projetos em andamento:

- Embrapa (banco de germoplasma);
- UFPI / MBL / Assentamento Centro Designo;
- EMATER (Luz Para Todos; MME, Petrobrás) / MBL / LpT (Esperantina ...) / Prefeituras; São Pero do Piauí – também trabalha com a bacia leiteira;
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico – UESPI / SEDEC / FAPEPI / UFPI / outros - R\$ 6 milhões (já receberam R\$ 2,5 milhões);
- INCRA / GTZ;
- Prefeituras;
- Ongs;
- Empresas Privadas;
- Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo.

- Embrapa (Eugênio C. E. Araújo): apresenta rapidamente o “Estado da Arte e Potencial do Babaçu para a Agroenergia” (apresentação feita no Congresso Nacional de Oleaginosas – realizado em Lavras 2008). Salienta que a Embrapa teria isenção na pesquisa de técnicas de quebra mecânica do coco babaçu, assim como deveria rever esses 18 milhões de hectares de cobertura do babaçu, pois esses números são do começo dos anos 80 e muita dessa cobertura não existe mais, diminuiu muito. Era preciso um estudo para saber hoje qual é o real tamanho da cobertura de babaçu que existe.

- Mulher chamada Vivian, do Município de Antigo Salobro relata que as mulheres da região não têm acesso aos babaçuais.

- Claudia – Incra: Desenvolvimento territorial do estado. Território dos Cocais. Segundo maior território de número de famílias assentadas do Brasil. Visitaram Pedreiras no MA, para conhecer a máquina da Fundação Mussambê, instalada na Comunidade de Barcas em Pedreiras. Naquela região, foi a primeira máquina instalada. Achavam que iriam ver uma máquina que poderia ser levada para os Cocais. Depois que conheceram a experiência, acharam difícil levar isso para os Cocais. Em Pedreiras, a máquina é de chapa de ferro e o mesocarpo nessa região é usado para ração animal. Mesmo assim, as mulheres gostaram muito do sistema de corte do babaçu utilizado em Pedreiras. Lá em Pedreiras não tem lá a máquina de fatiar o coco para fazer artesanato. A prensa utilizada em Pedreiras não extrai azeite, extrai o óleo que é usado para cosméticos e afins. O intercâmbio foi bom, pois se depararam com essa realidade que não conheciam. A tradição aqui no Piauí é a extração do mesocarpo para o

consumo humano e o óleo para o consumo humano. A Fundação Mussambê está fazendo essas alterações de chapa para aço inoxidável, para os produtos poderem ser utilizados para o consumo humano. Adequar a melhor tecnologia social para a produção do babaçu. Informou que estão agendando uma visita para Esperantinópolis. Disse também que as máquinas têm um barulho muito alto e existe muito desperdício do mesocarpo.

- Rosimeire (moradora próxima do município de Teresina): a situação está muito complicada. Relata que existem muitas quebradeiras, mas elas não quebram porque os terrenos são alheios. Já foram expulsas a tiro dos cocais.

- Maria Luíza (MIQCB): precisa estar fortalecendo as organizações de quebradeiras, para poder usar o coco a vontade. Sabe que tem muitos projetos, mas alguns não são discutidos com o movimento social. No Município (ou comunidade) de Pacas teve um projeto, mas que não foi pra frente porque não tinha organização social pra dar conta. Quer contribuir nas discussões, as quebradeiras precisam se sentir parte do projeto. Questão das máquinas: não é que o movimento seja contra as máquinas, mas querem discutir como essas máquinas estão chegando nas comunidades. As quebradeiras precisam se sentir parte do projeto, começando das discussões. A proposta da GTZ e Incra tem grandes chances de dar certo, pois foi discutida pela base. Precisa ter conhecimento dos projetos e pesquisas.

- Lima (prefeito de São João do Arraial): região dos Cocais possui 13 municípios, 15 mil famílias que tem ligação direta com o coco. ¼ do total de famílias que vivem lá. 5 a 6 mil dessas estão em áreas de assentamento. Organizadas 200 associações, 30 a 40 grupos que tem um acompanhamento mais direto do MIQCB e CEPES. Outras 10 mil famílias que são agricultores familiares. Premissa MIQCB: manter identidade cultural das quebradeiras de coco. Exedito Parente – só queria vender os equipamentos. SGA Bioprodutos – estimulando a formação de uma cooperativa de catadeiras de coco (informaram na reunião que possuem uma máquina de quebra desenvolvida pelo Mackenzie). Município de Nossa Senhora dos Remédios criou uma subsidiária. Arrendamento de babaçuais. A maior parte das atividades é para o segundo semestre de 2009 (instalação dessas máquinas, instalação de unidade de beneficiamento...). São João – maior quantidade de locais de produção de azeite (20 a 30 latas de azeite por semana). Diz que está caindo a produção. Estão buscando parceria para o mesocarpo na alimentação escolar. Uma vez por semana é obrigatório ter nas escolas produtos com babaçu. Inicialmente eram só recursos da prefeitura para alimentação escolar, depois conseguiram um projeto com MDA para a aquisição de merenda. Todas as merendeiras do município foram capacitadas para cozinhar receitas com babaçu. 100 mil alunos na região x 50 gramas por dia. Precisaria de 500 kg de mesocarpo por dia. Infelizmente não tem condição de atender. Até 2005 ou 2006 era proibida a derrubada do babaçu (e outras: bacuri, carnaúba...). Essa lei caiu. O babaçu está sendo substituído pelas pastagens e monoculturas. Poucas pessoas têm conhecimento do preço mínimo. O problema da nota fiscal é muito complicado também por causa da grande quantidade de atravessadores. Mudança de valor dos subprodutos. O mesocarpo e o endocarpo valem mais hoje do que a amêndoa. Também existe muita procura também pelo coco inteiro. Diminuiu a quantidade de pessoas que quebram coco. Preferem coletar e vender o coco inteiro. Grupo Pontes de Ferro – programa de biocombustível. Relataram que o MDA desabonou o que estava fazendo na região. Antes tinha o preconceito de

consumir produtos do babaçu, principalmente do mesocarpo, que era comida de porco, hoje essa realidade está mudando.

- Júlio (MMA): um grande atrativo para os jovens hoje é essa história de máquinas, de empreendimento familiar.

- A Cláudia do Incra diz que a organização social dos grupos é o próximo desafio da parceria Incra/MIQCB. Incra e Conab visitaram os assentamentos no ano passado para os programas a apresentação dos programas da Conab.

MUNICÍPIOS:

- 1) Foram incluídos municípios de Territórios Prioritários do MDA. Território Vale do Sambito: Barra d'Alcântara, Francinópolis, Novo Oriente do Piauí, Várzea Grande. Território do Alto Parnaíba: Uruçuí, Antônio Almeida, Landri Sales, Marcos Parente, Ribeiro Gonçalves, Sebastião Leal, Porto Alegre do Piauí.

III – PARTICIPANTES

	Nome	Instituição	Telefone	E-mail
1	Júlio César Gomes Pinho	MMA	(61) 3317-1011	julio.pinho@mma.gov.br
2	José Ademar Batista	MDA	(61) 2020-0984	jose.batista@mda.gov.br
3	Kelma Cruz	Conab - DF	(61) 3312-6262	kelma.cruz@conab.gov.br
4	João Paulo Morita	PNPSB	(61) 8141-7320	joao.morita@consultor.mda.gov.br
5	José Wilson Sousa	Conab - PI	(86) 3221-9087	pi.sureg@conab.gov.br
6	Francisco Limma	Prefeito de S. J. do Arraial	(86) 3385-1106	saojoaodoarraial@hotmail.com
7	Eugênio Araújo	Embrapa	(86) 3889-9151	emerito@cpamn.embrapa.br
8	Jucelino Torres	Emater	(86) 8851-2207	jucelino@yahoo.com.br
9	Nongo Cardoso Batista	UESPI	(86) 8849-4483	nongo@uespi.br
10	Rosemary da Conceição	FAMCC	(86) 9960-1521	rosemarytererin@yahoo.com.br
11	Iolanda Mendes	Esc Paulene Nazareno	(86) 9983-0871	iolandalukas@yahoo.com.br
12	Evandro A. da Silva	Emater	(86) 9986-7276	easilua-18@hotmail.com
13	Orlando Ferreira Costa	Emater	(86) 9959-9959	emater-coena@emater.pi.gov.br
14	Ademar	Emater	(86) 3216-3865	emater@emater.pi.gov.br
15	Márcia Mendes	Emater	(86) 9996-3113	marciabele@hotmail.com
16	José Wellington da Silva	Emater	(86) 9413-3875	wellingtonsl@hotmail.com
17	Tanya Santana Costa		(86) 3231-3132	tanyasantana@hotmail.com
18	Francisco Sobrinho	Emater	(86) 3216-3863	
19	Laura Meireles	Emater	(86) 3216-2176	
20	Adalberto do Nascimento Filho	Emater	(86) 3216-3864	
21	José Welightin Dias	SDR-Pronaf	(86) 3216-2175	josewdias@ig.com.br

22	João Emílio Lemos Pinheiro	AEFAP - Emater	(86) 3222-0055	aefapi@gamil.com
23	Francisco Guedes	Emater	(86) 3216-3868	emater@emater.pi.gov.br
24	Francisca da Silva Nascimento	MIQCB	(86) 3385-1279	
25	Maria Luíza Custódio	MIQCB	(86) 3383-1586	regionalpiaui@miqcb.org.br
26	Andréa Simone da Silva	CEPES	(86) 9975-0190	andreasimone13@yahoo.com.br
27	Vivian Nascimento	FAMCC	(86) 9949-3517	
28	Clara de Aquino	FAMCC	(86) 9930-5484	claradeaquino@yahoo.com.br
29	José Tadeu Santos Oliveira	Emater	(86) 9988-0021	oliveiratadeu@yahoo.com.br
30	José Augusto Nunes	SDR	(86) 3216-2110	
31	Alysson Silva Pêgo	Conab	(86) 9939-1377	allyson.peggo@conab.gov.br
32	Evandro Carlos Cardoso	Incra	(86) 9991-7373	ecmcardoso@uol.com.br
33	José Teo Mendes	Conab	(86) 3221-4314	pi.seose@conab.gov.br
34	Christianne Melo	Emater	(86) 3216-3856	ascomemater@emater.gov.br

Reunião com o Estado do Ceará

Data: 14/08/2009

Local: Instituto Agropolos – Fortaleza (CE).

I- ENCAMINHAMENTOS

Ficaram de rever a lista de municípios prioritários quando fizerem a primeira reunião do GT da Sociobiodiversidade, que se comprometeram a criar.

II – PRINCIPAIS PONTOS APRESENTADOS PELOS PARTICIPANTES

- Oswaldo (Fundação Mussambê): a Fundação Mussambê desenvolve trabalhos em vários lugares, não só no estado do Ceará. As máquinas que desenvolvemos são feitas a partir das necessidades da comunidade. Tem muito problema com os atravessadores, é preciso melhorar a renda das quebradeiras e não dos atravessadores.

- Francisco Alves: não são somente dois municípios que tem babaçu, existe muita gente que trabalha com o babaçu na Serra da Ibiapaba.

- Itamar Marques: não queremos ficar restritos aos trabalhos com o babaçu, pois também temos muitos trabalhos com o pequi e a carnaúba.

MUNICÍPIOS:

Ficaram de rever a lista de municípios quando fizerem a primeira reunião do GT da Sociobiodiversidade, que se comprometeram a criar.

III – PARTICIPANTES

	Nome	Instituição	Telefone	E-mail
1	José Ademar Batista	MDA	(61) 2020-0984	jose.batista@mda.gov.br
2	João Paulo Morita	PNPSB	(61) 8141-7320	joao.morita@consultor.mda.gov.br
3	Ianelli Loureiro	Conab - DF	(61) 3312-6262	ianelli.loureiro@conab.gov.br
4	Rogério Neuwald	Conab - DF	(61) 3312-6262	rogério.neuwald@conab.gov.br
5	Haroldo César Bezerra de Oliveira	MMA	(61) 3317-1593	haroldo.oliveira@mma.gov.br
6	Gilson Antônio Lima	Conab	(85) 3231-4470	gilson.lima@conab.gov.br
7	Conceição de Maria Pontes Moreira	SDA	(85) 3101-8063	conceicaopontes@sda.ce.gov.br
8	Francisco Marcílio de Melo	SDA	(85) 3101-8064	marcilio@sda.ce.gov.br
9	Wanderley Magalhães	Cooperbio	(85) 3231-5887	wanderlas@hotmail.com
10	Antonio Darinho Nascimento	Cooperbio	(88) 9921-8842	nascdarinho@yahoo.com.br
11	Antonio Rodrigues de Amorin	SDA	(85) 3101-8004	amorin.rodrigues@sda.ce.gov.br
12	Nilson Brito	SEPLAG	(85) 3101-4527	
13	Janaina	Inst Agropolos	(85) 3101-1670	janaina@institutoagropolos.org.br
14	Raimundo Weber de Araújo	Inst Agropolos	(85) 3101-1670	weber@institutoagropolos.org.br
15	Ricardo Durval Eduardo	IDACE	(85) 3101-2466	ricardol@idace.ce.gov.br
16	Paulo Jorge	SEBRAE	(85) 9992-0887	paulojorge@ce.sebrae.com.br
17	Rebeca Almeida	Inst Agropolos	(85) 3101-1670	rebecaoliveira@institutoagropolos.org.br
18	Cláudio Matoso Lima	Ematerce	(85) 3101-2420	claudiomatoso@ematerce.ce.gov.br
19	Marcus Vinícius Assunção	SDA	(85) 3101-8064	mvinicius@sda.ce.gov.br
20	Francisco Sombra Oliveira	DFDA / MDA	(85) 3299-1309	francisco.oliveira@mda.gov.br
21	Itamar Marques	SDA	(85) 3101-8064	itamarmarques@sda.ce.gov.br

Reunião com o Estado do Maranhão

Data: 01/09/2009

Local: Palácio Henrique de La Rocque – São Luís (MA).

I- ENCAMINHAMENTOS

1. Será feito em São Luís do Maranhão o Workshop do Babaçu;
2. ficou para a primeira reunião do GT estadual, assim que for criado, o fechamento dos municípios prioritários para o trabalho com a Cadeia do Babaçu.

II – PRINCIPAIS PONTOS APRESENTADOS PELOS PARTICIPANTES

- Denise (CENTRU): falou sobre o acesso aos babaçuais, onde existe uma devastação enorme na região de Imperatriz; propõe uma reunião urgente entre o movimento social, o IBAMA e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente para dar-se encaminhamento ao assunto da

devastação; sugere que para a próxima reunião sejam convidados a UNICAFES, CCAMA e a Federação de Agricultura;

- Dona Maria de Jesus (MIQCB): diz que não adianta discutir produção se não se discute primeiro a preservação, o acesso a terra e o acesso livre aos babaçuais;

- Euvaldo (ICMBio Imperatriz): diz que a Secretaria Estadual de Meio Ambiente tinha que estar presente na reunião; informa que as autorizações para o desmatamento hoje estão sendo dadas pelo estado e não mais pelo IBAMA (isso ocorre à 03 anos), ocorrendo que muitas vezes é preciso que o interessado viaje para muito longe para conseguir essa autorização, assim como as entidades que precisam fiscalizar também ficam longe; fala sobre a necessidade de apoio das RESEX que já existem; fala da deficiência no acompanhamento da Lei do Babaçu Livre, onde é preciso discutir mecanismos para a efetivação dessas leis; fala da necessidade de criação de unidades de conservação estaduais e não só federais; fala que é preciso promover uma ampla campanha de valorização dos produtos do babaçu; fala que é preciso introduzir tecnologias no campo, pois os jovens não querem quebrar o coco babaçu no machado; é preciso encaminhar e acelerar o processo de criação da instância estadual para a discussão da Cadeia do Babaçu;

- José (Coppalj): informa que a Cooperativa foi criada em 1991 e que desde o ano de 2000 eles estão conseguindo repassar os lucros para os seus associados; hoje conta com 152 sócios; conseguem exportar 50% do óleo que produzem; diz que não compram 20% da produção total da região; diz que o trabalho do extrativismo precisa ser consorciado com a agricultura;

- Cláudia (Coosert): pergunta dos critérios utilizados para a definição dos municípios prioritários; fala da Lei Geral do Cooperativismo; sentiu falta da UNICAFES Nacional na reunião; pede que toquem mesmo pra frente a criação da instância estadual para a discussão da Cadeia do Babaçu;

- Domingas (município de Itapecuru Mirim): diz que é preciso por em prática o Plano Nacional, pois as ações propostas estão bem encaminhadas; sugere regionalizar os municípios para ter um trabalho mais pé no chão, pois não daria mesmo para trabalhar em todos os estados; vê a necessidade de organizar capacitações e diálogos para o fortalecimento da base; informa que a certificação é um grande entrave para a comercialização, pois se tivessem alguma certificação, já estariam exportando o sabonete que produzem; informa que existe pouca divulgação dos produtos do coco babaçu; vê a necessidade de avançar na burocracia para o acesso ao PAA e ao PGPM;

- Ana Carolina (MIQCB): diz que o acesso livre aos babaçuais é uma discussão primordial e que o estado do Tocantins está mais avançado que o estado do Maranhão nessa discussão, mesmo o estado do Maranhão sendo o maior produtor de coco babaçu; informa que tramita já fazem 02 anos um projeto de lei estadual que proíbe a queima do coco inteiro;

- Maria (Esperantinópolis): diz que está mais preocupada com os babaçuais do que com o mercado;

- Cledineuza (MIQCB – Pará): informa que no estado do Pará existem muitas pessoas que trabalham com o coco babaçu e que a regional do MIQCB no Pará atende 250 famílias;

- Marcelo (ICMBio Imperatriz): informa que existe muita defasagem entre os núcleos de produção, sendo que um grande desafio seria a integração desses vários núcleos;

- Nonato (RESEX Extremo Norte): relata os vários problemas enfrentados para se conseguir uma DAP; diz que é preciso que aconteça logo a regularização fundiária das RESEX;

- Arnaldo (MDA): importante o estado definir áreas de interesse no estado (áreas possíveis para RESEX, PA etc);

- Conceição Maria (Secretária de Desenvolvimento Agrário): como poderiam ter um trabalho mais próximo com as prefeituras?

- Arnaldo (MDA): vai ter que sair daqui, a partir dos GT estadual.

MUNICÍPIOS:

Incluir o município de Cidelândia na lista de municípios prioritários, devido a existência da RESEX Ciriaco. Os outros municípios serão discutidos quando ocorrer a primeira reunião do GT estadual, a ser ainda criado.

III – PARTICIPANTES

	Nome	Instituição	Telefone	E-mail
1	Girlene Soares	SEDES	(98) 8819-3768	girlene.so@yahoo.com.br
2	Leidyenne	Conab - MA	(98) 8829-6632	
3	Ianelli Loureiro	Conab - DF	(61) 3312-6262	ianelli.loureiro@conab.gov.br
4	Osvaldo Albuquerque	SAGRIMA	(98) 3218-9738	osvaldoalbuquerque@hotmail.com
5	Paulo da Silva	SAGRIMA	(98) 3218-9702	pmust@ig.com.br
6	Pedro Pascoal	SAGRIMA	(98) 8827-7498	pedropascoal27@bol.com.br
7	Virgínia Talbot	ICMBio	(99) 9156-5452	virginia.talbot@icmbio.gov.br
8	Amélio Gehlen	Sec Agric Pirapemas	(98) 8136-0755	ameliogehlen@bol.com.br
9	Edmilson Vaz	SEDES	(98) 8819-2877	edmilsonvaz@hotmail.com
10	Rosilma Reis Mendes	SEMU	(98) 8846-1360	rosilmareis@yahoo.com.br
11	Maria Dalva	RESEX Ciriaco	(99) 3535-0079	
12	Francimar	RESEX Mata Grande	(99) 9142-5864	
13	Raimundo Nonato	RESEX Extremo Norte	(63) 9991-8615	bananamnlm@hotmail.com
14	Maria Denise Leal	CENTRU	(99) 3526-4944	centru@jupiter.com.br
15	Euvaldo P. da Silva	ICMBio	(99) 3526-7992	euvaldomel@hotmail.com
16	Paulo Moreira	SEDAGRO	(98) 9975-6989	sepolmsp@yahoo.com.br
17	José	Coppalj	(99) 3634-1463	coppalj@gmail.com

18	Cledeneuza Bezerra	MIQCB	(94) 3332-1922	regionalpara@miqcb.org.br
19	Damásia Maria Sousa	FETRAF - MA	(98) 3467-1280	fetrafma@ig.com.br
20	Francisca da Silva Nascimento	MIQCB	3385-1279	
21	Maria da Silva Ferreira	MIQCB	3645-1043	
22	Ivaldo Ribeiro	ITERMA	(98) 9993-2846	ivaldopachaco@uol.com.br
23	Carlos Eduardo Santos	ICMBio	(99) 3525-3305	carlos.santos@icmbio.gov.br
24	Marcelo Silvino	ICMBio	(99) 3525-3305	mspelego@hotmail.com
25	Antonia Querubina da Silva	MIQCB	(99) 3526-1904	regionalimperatriz@miqcb.org.br
26	Ana Carolina Magalhães Mendes	MIQCB		assessoria@miqcb.org.br
27	Júlio César Gomes Pinho	MMA	(61) 3317-1011	julio.pinho@mma.gov.br
28	Maria de Jesus Bringelo	MIQCB	(98) 3268-3357	miqcb@miqcb.org.br
29	Conceição Andrade	SEDAGRO	(98) 9902-1022	gabinete@sedagro.ma.gov.br
30	Jorge Cunha	SINC	(98) 8144-6114	cunhajorge47@hotmail.com
31	Cavalcante	OLEAMA	(11) 9138-7243	cavalcantemil@gamil.com
32	Jeferson Paz	OLEAMA	(55) 3511-5300	jeferson@musskoff.com.br
33	Leida Souza	SEDAGRO	(98) 9606-8011	leida.ss@hotmail.com
34	Maria Domingas Pinto	Assoc Quebradeiras de Coco	(98) 8807-0734	mdomingaspinto@bol.com.br
35	Lucimar Nascimento	SEDAGRO	(98) 8122-3176	
36	Cláudia Regina Sousa	COOSERT	(98) 3221-1401	claudiacascais@uol.com.br
37	João Paulo Morita	PNPSB	(61) 8141-7320	joao.morita@consultor.mda.gov.br
38	Maria de Fátima Durans	SEXTEC	(98) 8127-8916	maria.durans@gmail.com
39	Arnoldo de Campos	MDA	(61) 2020-0984	Arnoldo.campos@mda.gov.br

Workshop do Babaçu - Relatório

Sumário

Lista de Siglas.....	Erro! Indicador não definido.
Serviço	Erro! Indicador não definido.
Introdução	Erro! Indicador não definido.
O Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade - PNPSB	Erro! Indicador não definido.
A Cadeia de Valor do Babaçu	Erro! Indicador não definido.
Objetivos do Workshop	Erro! Indicador não definido.
Processo Metodológico	Erro! Indicador não definido.
Programação do Workshop	Erro! Indicador não definido.
Destaques das Apresentações e Discussões.....	Erro! Indicador não definido.
Apresentação do Plano Nacional	Erro! Indicador não definido.
Apresentação do Plano de Ação para a Cadeia do Babaçu	Erro! Indicador não definido.
Experiências Exitosas	Erro! Indicador não definido.
Mercados Diferenciados	Erro! Indicador não definido.
Repartição de Benefícios	Erro! Indicador não definido.
Mercado Institucional	Erro! Indicador não definido.
Participação dos Presentes e Momentos Culturais	39
Plano de Ação para a Cadeia do Babaçu – Resultado do Trabalho dos Grupos	Erro! Indicador não definido.
Grupo 1 - Gargalo 1: Deficiência nos Serviços de Apoio (ATER, fomento e crédito) .	Erro! Indicador não definido.
Grupo 2 - Gargalo 2: Baixa Capacidade Organizativa da Cadeia	Erro! Indicador não definido.
Grupo 3 - Gargalo 3: Baixa Oferta e Qualidade do Produto.....	Erro! Indicador não definido.
Grupo 4 - Gargalo 4: Acesso a Mercados	Erro! Indicador não definido.
Grupo 5 - Gargalo 5: Acesso aos Babaçuais e Vulnerabilidade dos Estoques Naturais ...	Erro! Indicador não definido.

Estruturação da Câmara Setorial	Erro! Indicador não definido.
Proposta de Estrutura para a Câmara Setorial do Babaçu	Erro! Indicador não definido.
Resultado Consolidado do Trabalho dos Grupos	Erro! Indicador não definido.
Encaminhamentos	Erro! Indicador não definido.
Avaliação Geral	Erro! Indicador não definido.
Outras Atividades	Erro! Indicador não definido.
Diálogo com o Setor Empresarial	Erro! Indicador não definido.
Distribuidora de Carvão Ouro Preto:	Erro! Indicador não definido.
Natura:	Erro! Indicador não definido.
Reunião para Definição de Municípios Prioritários do Maranhão	Erro! Indicador não definido.
Seminário sobre Alimentação Escolar	Erro! Indicador não definido.
Anexos	Erro! Indicador não definido.
Pontos Focais nos Estados	Erro! Indicador não definido.
Memória de Reunião – Plano Nacional da Sociobiodiversidade e representantes do Estado do MA	Erro! Indicador não definido.
Memória do Seminário sobre Alimentação Escolar	Erro! Indicador não definido.
Lista de Participantes do Workshop do Babaçu	Erro! Indicador não definido.

Lista de Siglas

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APA-TO – Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins
ASSEMA – Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão
CNS – Conselho Nacional das Populações Extrativistas
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
COOPAESP – Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis
COPPALJ – Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas do Lago do Junco
DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF
DEX – Departamento de Extrativismo
DGRAV – Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ISPN – Instituto Sociedade, População e Natureza
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MMA – Ministério do Meio Ambiente
PCTAFs – Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares
PNPSB - Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade
SAF – Secretaria da Agricultura Familiar
SAIP – Secretaria de Articulação Institucional e Parceria
UNICAFES – União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária

Serviço

Moderação do workshop: Rejane Tavares e Rosa Maria de Melo Lima - GTZ

Relatoria: Rodrigo Noleto e João Paulo Morita – PNPSB

Redação e Edição do Relatório: Roberta Marins de Sá – PNPSB

Coordenação da Logística Geral do Workshop: Hetel Leepkaln dos Santos – DEX/MMA

Apoio: Claudia Ataíde de Paula – SAF/MDA

Introdução

Este documento descreve as atividades e reflexões ocorridas no Workshop da Cadeia do Babaçu, realizado em São Luis (MA), no Calhau Praia Hotel, no período de 04 e 05 de novembro 2009.

O workshop do Babaçu foi realizado pela Coordenação do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade – PNPSB – formada pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), Meio Ambiente (MMA), Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) e Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB/MAPA). Contou com o apoio da GTZ (Agência de Cooperação Alemã) e a participação de representantes dos Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PCTAFs), representantes de órgãos governamentais federais e estaduais, do setor privado, ONGs e de entidades de apoio. A lista de participantes se encontra em anexo no final deste documento.

O Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade - PNPSB

O Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB) foi lançado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 27 de abril de 2009 na cidade de Manaus junto ao público beneficiado, os Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares - PCTAFS.

Embora tenha nascido de uma articulação dos Ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, outros Ministérios e setores também estão envolvidos nesse processo, tais como: os governos estaduais, a Casa Civil, Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Agência Nacional de Vigilância e Inspeção Sanitária (ANVISA), Serviço Florestal Brasileiro (SBF), Instituto Nacional de Regularização e Reforma Agrária (INCRA), a Agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ), o setor empresarial, as agências de fomento e a sociedade civil organizada.

A portaria interministerial nº 239, publicada no dia 21 de julho de 2009, estabelece orientações para a implementação do PNPSB, e cria o Grupo de Coordenação, formado pelos ministérios do Meio Ambiente (MMA), Desenvolvimento Agrário (MDA), Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) e Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB/MAPA).

Essa abordagem sistêmica, participativa e descentralizada é que propicia um ambiente favorável para o desenvolvimento de planos de trabalho específicos e a construção de uma visão estratégica de apoio e fomento aos arranjos produtivos locais e regionais, entendendo que, somente assim, as Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade e os extrativistas serão fortalecidos.

O Plano Nacional iniciou sua implementação pelas cadeias da Castanha-do-Brasil e do Babaçu. Essa estratégia envolve representantes que atuam nos níveis nacional, estadual e local. Essas cadeias foram priorizadas em virtude de sua relevância socioeconômica e ambiental, pois, juntas, beneficiam cerca de 500 mil famílias de extrativistas e quebradeiras de coco e geram, anualmente, ao redor de R\$ 160 milhões.

Além dessas ações específicas, outras ações que beneficiam o público extrativista em geral estão sendo desenvolvidas, como a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM-Bio) e o Programa de Aquisição de Alimentos que são operados pela Conab e o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE).

Existem ainda outras ações que apóiam e interagem com o Plano Nacional da Sociobiodiversidade como: a Carteira de projetos da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente que aprovou, em abril de 2009, 15 projetos num total de R\$ 840 mil, atendendo a mais de 1000 famílias.

A Cadeia de Valor do Babaçu²

O babaçu (*Orbignya phalerata*) é uma palmeira nativa das regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste do Brasil, que abrange entre 13 e 18 milhões de hectares, distribuídos nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins, Goiás, Mato Grosso, Amazonas, Pará, Rondônia, Ceará, Bahia e Minas Gerais, abrangendo 279 municípios. Algumas Reservas Extrativistas se destacam em função da ocorrência e uso do babaçu na economia local, a exemplo da RESEX Ciriaco, Mata Grande, Frexal e Chapada Limpa no MA, e Extremo Norte no TO.

O babaçu ocorre em uma zona de transição entre as florestas úmidas da bacia amazônica e as terras semi-áridas do Nordeste. Apesar de ocorrer em diversos estados, o Maranhão concentra cerca de 10 milhões de hectares, e junto com o Piauí, apresenta zonas de alta densidade, com populações superiores a 200 palmeiras por hectare.

² Baseado no texto “Promoção de Nacional da Cadeia de Valor do Coco Babaçu”, Brasília, 2009.

É uma palmeira que atinge cerca de 20 m de altura, começa a frutificar com 8 a 10 anos de vida, alcançando plena produção aos 15 anos, e tem uma vida média de 35 anos. Produz o ano todo, de 3 a 6 cachos de frutos, cada cacho possui cerca de 150 a 300 cocos e cada coco possui em média 3 amêndoas no seu interior.

As potencialidades do babaçu são inúmeras, da geração de energia ao artesanato, diversas atividades econômicas podem ser desenvolvidas a partir da planta. Dentre as partes desta, o fruto tem o maior potencial econômico para aproveitamento tecnológico e industrial, podendo produzir cerca de 64 produtos, tais como carvão, etanol, metanol, celulose, farináceas, ácidos graxos, glicerina, porém basicamente o carvão e o óleo têm sido produzidos em escala comercial.

Apesar da possibilidade de se utilizar o babaçu de diversas formas e em diversos processos industriais, é a amêndoa, em função da produção do óleo, que tem a maior importância econômica atualmente.

Toda a produção de amêndoa de babaçu é feita em regime de economia familiar. O babaçu é integralmente aproveitado pelas famílias que sobrevivem da agricultura de subsistência associada à exploração da palmeira. São envolvidos diretamente com a economia do babaçu 400.000 extrativistas (ALMEIDA, 2005), e 1.000.000 de pessoas direta ou indiretamente (PORTO, 2004). Basicamente são mulheres quebradeiras de coco babaçu, que em geral possuem baixo grau de organização da produção, fato que vem gerando grande dependência destas aos atravessadores, os quais chegam a ganhar 40 a 60% a mais na comercialização da amêndoa.

Entre os anos de 1990 e 1996, a produção de amêndoa de babaçu era bastante alta chegando a 190.000 t, no entanto, a partir daí vem decrescendo gradativamente. Além da falta de incentivos relevantes ao desenvolvimento da economia do coco babaçu, entre outros aspectos, segundo PORTO (2004), esse fato se dá também, em função do processo rudimentar utilizado para extração das amêndoas com baixa eficiência produtiva, pois em média, de forma manual, uma quebradeira de coco babaçu produz 5 Kg de amêndoa por dia.

Atualmente a produção da amêndoa está basicamente estável. Segundo dados do IBGE (2007), a produção nacional foi de 114.874 t., o que gerou com a comercialização da mesma, aproximadamente R\$ 113.268.000,00.

O Maranhão é o maior produtor, envolvendo 149 municípios e representando cerca de 94,7% da produção nacional, seguido do estado do Piauí o qual envolve 66 municípios e representa 4,4% da produção nacional.

O mercado para o óleo de babaçu é propriamente o nacional, o qual se dá principalmente por meio de corretoras. Apenas cerca de 0,19% da produção nacional de óleo vem sendo exportada. Em 2008, segundo o MDIC (Aliceweb, 2009), o Brasil só exportou 143 t. de óleo de babaçu.

Entre os empreendimentos dos extrativistas, lista-se aproximadamente 04 cooperativas e 10 associações, a maioria destas instaladas no Maranhão, as quais processam o mesocarpo com vistas no Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, e o óleo bruto de babaçu com fins na exportação para mercados justos e solidários, que chegam a pagar duas a três vezes mais o valor das indústrias produtoras de cosméticos, materiais de higiene e de limpeza instaladas na região sudeste do Brasil, fortes consumidoras de óleo bruto de babaçu.

O Plano Nacional da Sociobiodiversidade, através da coordenação e equipe técnica, está estruturando um Plano de Ação Governamental para o desenvolvimento da cadeia de valor do coco babaçu em âmbito nacional. Este plano está sendo construído em conjunto com gestores governamentais e acompanhado pela Casa Civil.

Para tal, por meio da contratação de uma consultoria específica via Cooperação Técnica Alemã - GTZ, e utilizando a metodologia *Value Links* - Biodiversidade, foi elaborado um documento contendo o diagnóstico, a visão de futuro dos promotores e dos operadores, os gargalos e as propostas de ação com seus respectivos responsáveis e parceiros para o desenvolvimento da cadeia de valor do coco babaçu.

Com base nas observações da Casa Civil, com a participação efetiva da Coordenação do Plano, foram priorizados os principais gargalos da cadeia, elencadas ações prioritárias, definidos responsáveis e identificados parceiros para a execução das mesmas.

Em função de um mapa gerado pelo ZEE/MMA o qual demonstra a interseção entre os municípios que ocorrem o babaçu, com aqueles presentes em Territórios da Cidadania (TC), com a presença de Unidades de Conservação de Uso Sustentável - UC's ou incluídos na área do Arco Verde, foi encaminhado como critério, a princípio, que os municípios que terão prioridade alta para as ações do Plano serão aqueles que além de ocorrer o babaçu, coincidam com algum TC, UC'S ou com a área do Arco Verde, e que tenha de média, alta ou muito alta

produção de amêndoa, de acordo com os dados do IBGE (2007) relativos à produção do extrativismo não-madeireiro.

Com base numa primeira lista dos municípios eleitos prioritários para as ações do Plano, a qual totalizou 108 (cento e oito) distribuídos entre os estados do MA, PI, BA, TO, CE e PA, a Coordenação juntamente com a sua Equipe Técnica, por meio de reuniões bilaterais envolvendo os governos estaduais e organizações representativas de Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares envolvidos com a cadeia do coco babaçu, discutiu e definiu de fato a área de atuação do Plano, pactuando compromissos e partilhando responsabilidades.

Com isso o Plano de Ação para a Cadeia do Babaçu foi construído. O Workshop do Babaçu do qual trata este relatório é o momento onde todos os elos da cadeia do babaçu se reuniram, representando os estados do MA, TO, PI e CE, assim como alguns representantes do estado do PA, para homologar o Plano de Ação e pactuar as atividades e responsabilidades de cada parceiro.

Objetivos do Workshop

- a) Apresentar Plano de Ação para a Cadeia do Coco Babaçu
- b) Apresentação das metas para o período 2009-2010
- c) Definir responsabilidades para a implementação do Plano de Ação para a Cadeia do Coco Babaçu
- d) Estabelecer a Estrutura de Gestão e funcionamento da Cadeia do Coco Babaçu

Processo Metodológico

O workshop seguiu o enfoque participativo que reúne princípios, técnicas e instrumentos que facilitam o processo de debate e de intercâmbio de experiências e conhecimentos. Uma equipe de moderadores, formada por Rejane Tavares e Rosa Maria de Melo Lima (GTZ), coordenou o processo metodológico, apoiada por facilitadores e relatores que coordenaram as dinâmicas nos diversos grupos de trabalho (GTs). Os facilitadores funcionaram como catalisadores para as diversas propostas que apareceram, procurando não interferir no conteúdo das discussões, tendo somente a responsabilidade de facilitar o processo de construção participativa.

Ocorreu a apresentação da proposta do Plano de Ação para a Cadeia do Babaçu e da Câmara Setorial, além de experiências ilustrativas dos PCTAFs, relacionadas aos diferentes

gargalos da cadeia, que tiveram a objetivo de subsidiar os participantes nos debates do workshop. Os participantes foram divididos aleatoriamente em 5 grupos de trabalho.

Cada grupo de trabalho, com o apoio de um facilitador e um relator, ficou responsável por:

- discutir um dos gargalos identificados no Plano de Ação da Cadeia do Babaçu:
Os gargalos, ações e responsáveis do Governo Federal foram apresentados pela Coordenação do Plano Nacional da Sociobiodiversidade. Os participantes dos grupos ficaram responsáveis por incluir os possíveis parceiros para cada atividade e suas colaborações.
- avaliar e discutir a estruturação da Câmara Setorial da Cadeia da Castanha do Brasil:
A Coordenação do Plano apresentou uma proposta de estrutura da Câmara Setorial, que foi discutida nos grupos de trabalho.

As proposições dos grupos foram apresentadas para debate em plenária, apoiados pelo registro visual contínuo de todo o processo, buscando-se mais objetividade e transparência em todos os momentos.

A documentação do seminário é descritiva e baseada na transcrição das apresentações e no registro das reflexões que aconteceram nos grupos e em plenária.

Programação do Workshop

DIA	HORA	OBJETIVO
	9h00	Mesa de Abertura: Sra. Maria Ferreira (MIQCB), Sr. Washington Rio Branco (Sec. Meio Ambiente), Sra. Conceição Andrade (Sec. Desenvolvimento Agrário), Sr. José Batista Fernandes (Sec. Agricultura), Sr. Gustavo de Assis (MDS), Sra. Ianelli Loureiro (CONAB), Sr. José Ademar Batista (MDA) e Sra. Claudia Maria Calorio (MMA)
	10h20	Intervalo Lanche
	10h40	Apresentação do Plano Nacional para a Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade – Claudia Maria Calorio – Diretora de Extrativismo/MMA
	11h20	Apresentação do Plano de Ação da Cadeia do Coco Babaçu – Júlio Pinho – DEX/MMA
	12h00	Almoço
	14h00	Apresentação dos participantes e de experiências de referência: Tema 1: comercialização (mercado diferenciado) – José Vicente Filho - COPPALI Tema 2: empresarial (repartição de benefícios) – Manoel Rodrigues de Sousa - ASSEMA Tema 3: governo (mercado institucional) – Francisco das Chagas Limma - Prefeitura de São João do Arraial (PI)
	16h00	Intervalo – Lanche
	16h20	Trabalho em grupo: j) avaliação e priorização dos gargalos e ações propostos para a Cadeia do Coco Babaçu (construção do Plano de Ação) k) como as instituições podem contribuir com o Plano de Ação do Coco Babaçu
	18h30	Encerramento do dia
05/11	08h30	Banco do Nordeste - Apresentação das linhas de apoio ao extrativismo – José Rubens Dutra Mota
	09h30	Apresentação dos resultados do trabalho em grupo
	10h30	Intervalo – Lanche
	10h45	Continuação da apresentação dos resultados de trabalho em grupo
	12h00	Almoço
	14h00	Apresentação da proposta de gestão para a Cadeia do Coco Babaçu – Hetel Santos – DEX/MMA
	14h30	Trabalho em grupo – composição e estruturação da Câmara Setorial do Coco Babaçu
	15h30	Intervalo – lanche
	15h45	Apresentação dos trabalhos
	17h00	Próximos Passos – Secretaria Executiva
	18h00	Encerramento do evento

Destaques das Apresentações e Discussões

Mesa de Abertura

Participaram da mesa de abertura:

- Sra. Maria Ferreira – MIQCB, Representante dos PCTAFs
- Sr. Washington Rio Branco – Secretário de Meio Ambiente do Estado do Maranhão
- Sra. Conceição Andrade – Secretária de Desenvolvimento Agrário do Estado do Maranhão
- Sr. José Batista Fernandes – Secretário Adjunto de Agricultura do Estado do Maranhão
- Sr. Gustavo de Assis – Representante do MDS
- Sra. Ianelli Loureiro – Representante da CONAB/MAPA
- Sr. José Ademar Batista – Representante do MDA
- Sra. Claudia Calorio – Diretora de Extrativismo do MMA



Claudia Calorio (MMA), Jose Batista (MDA), Conceição Andrade (SEDAGRO), José Fernandes (SEAGRI) e Maria Ferreira (MIQCB). Foto: Roberta Sá



José Batista (MDA), Conceição Andrade (SEDAGRO) e José Fernandes (SEAGRI).

Foto: João Morita

“O Plano Nacional já está em ação e implementação, em benefício da cidadania, do apoio aos PCTAFs. O Plano dialoga claramente com a dimensão ambiental, econômica e social. É importante todos colocarem suas expectativas e ansiedades, mas também se comprometerem com as ações e atividades que estão sendo propostas e pactuadas.”

Claudia Calório – DEX/MMA, Cerimônia de Abertura

Apresentação do Plano Nacional

Claudia Calório, Diretora de Extrativismo

Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável/Ministério do Meio Ambiente (SEDR/MMA), claudia-maria.calorio@mma.gov.br



Claudia Calório, DEX/MMA. Foto: João Morita

O Brasil está entre os 20 países megadiversos do mundo, detém 50% de vegetação nativa. Apesar de todos os problemas ambientais, estamos em uma posição altamente privilegiada, mas infelizmente não aproveitamos este potencial.

Na COP15 o Brasil apresentará uma proposta de redução de 40% na emissão dos gases e 70% das emissões de gases do Brasil são oriundos do desmatamento.

Produtos da Sociobiodiversidade:

Bens e serviços (produtos finais, matérias primas ou benefícios) gerados à partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem.

Não estamos falando de todo e qualquer extrativista. Estamos falando de populações tradicionais que tem um conjunto de praticas e conhecimentos e que usam a biodiversidade de forma sustentável.

Apresentação do Plano de Ação para a Cadeia do Babaçu

Julio Pinho, Gerente de Extrativismo



Julio Pinho, DEX/MMA. Foto: Roberta Sá

Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável/Ministério do Meio Ambiente (SEDR/MMA), Julio.pinho@mma.gov.br

Trabalho iniciado no sul do Ma, junto com TO, PI e parte do PA, agora se integra na política nacional.

Neste workshop apresentamos o conjunto de estratégias pensadas para a promoção da cadeia do babaçu, que já foi apresentada e discutida nos estados do MA, PI, TO e CE.

- Público envolvido: 400.000 extrativistas diretamente, 1.000.000 de pessoas direta ou indiretamente.
- Principais produtos do coco babaçu: Amêndoa/óleo, mesocarpo, azeite e carvão
- Visão de Futuro dos Operadores:
 - Acesso livre dos extrativistas aos babaçuais e conservação ambiental;
 - Fortalecimento das organizações comunitárias;
 - Distribuição justa dos benefícios e diálogo fluente entre os operadores da cadeia;
 - Consolidação e abertura de mercados
 - Maior inclusão de Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares por meio de melhoria de renda familiar;
 - Fortalecer a integração entre políticas, programas e projetos no âmbito dos estados e do governo federal;
- Visão de Futuro dos Promotores:
 - Conservação e uso sustentável
 - Segurança alimentar e nutricional
 - Geração de emprego, renda e inclusão social
 - Acesso ao recurso, repartição justa e equitativa de benefícios pelos PCTAF's
 - Mercado diferenciados (valores de cooperação, solidariedade e ética)
 - Empoderamento e controle social
 - Articulação intra e interinstitucional, e intersetorial
 - Gestão compartilhada (sociedade civil, poder público e privado)

Experiências Exitosas



Francisco Limma, Manoel Sousa e José Filho – Experiências Exitosas. Foto: Roberta Sá

Mercados Diferenciados

José Vicente Filho

COPPALJ - zefilhocopalj@hotmail.com

- A Cooperativa começou comprando e vendendo amêndoa. A partir do desenvolvimento das máquinas de extração de óleo, passaram a ter a necessidade de entrar em contato com outras empresas mesmo no exterior, para garantir um preço adequado.

- Fizeram contrato com a Bodyshop (empresa de cosméticos naturais do Reino Unido), que de dois em dois anos visitam as comunidades. Para as fotos das visitas serem divulgadas a cooperativa tem que autorizar.

- O mercado de exportação não significa apenas o preço maior pelo produto mas também a valorização da organização, da cultura, da luta pela sobrevivência.

Desafios: garantia da qualidade do produto, condições higiênicas, certificação para poder exportar, burocracia e os tramites legais para a exportação.

Repartição de Benefícios

Manoel Rodrigues de Sousa

Sócio Fundador da ASSEMA

Diretor Presidente da COOPAESP - gentedefibra@assema.org.br

Apresentou a experiência da ASSEMA, COOPAESP e MIQCB em repartição de benefícios com a empresa NATURA.

- Discussões não foram fáceis, pois envolviam muita gente

- O produto foi desenvolvido pela NATURA usando o mesocarpo de babaçu, mas segundo a empresa o produto apresenta problemas técnicos em escala industrial que precisam ser resolvidos

- Cooperativa queria uma indenização porque a NATURA acessou o produto antes de ser legalizar. Como eles ainda não lançaram o produto, dizem que não estão devendo.

- A cooperativa também queria indenização sobre o conhecimento tradicional associado. Os detentores do conhecimento tradicional associado não seriam somente a cooperativa, mas também as quebradeiras de coco babaçu.

- O acordo é somente para o mesocarpo de babaçu em produtos específicos. Outros produtos precisam de processo novamente.

- Valores do acordo: 0,05% do lucro quando o babaçu não estiver no rótulo e 0,15% quando o babaçu estiver no rótulo.

- Foi criado um fundo socioambiental de apoio ao extrativismo.
- Segundo especialistas, dos processos que foram feitos em grupo, este foi o que chegou mais próximo da perfeição.
- Valeu a pena a luta.

Mercado Institucional

Francisco das Chagas Limma

Prefeitura de São João do Arraial – PI saojoaodoarraial@terra.com.br

Apresentou o Projeto Elo – Escola Local Organizada: projeto desenvolvido no município de São João do Arraial que promove a segurança alimentar através da aquisição da alimentação escolar da agricultura familiar dentro das comunidades onde as escolas estão inseridas.

- A maioria dos produtos são feitos na própria escola, como o babalate. Houve um trabalho árduo feito com as merendeiras, e hoje já existem diversas variações do babalate. Outros produtos (bolos e biscoitos) são preparados por grupos ou indivíduos.
- Não há uma discussão forte no município sobre a lei do babaçu livre, provavelmente porque não existem grandes propriedades
- Cocal é uma moeda social, e as quebradeiras fazem parte do conselho monetário do banco. Há um fundo municipal para a economia solidária, que também lastreia o banco, que é utilizado para apoiar as iniciativas de economia solidária.
- O banco gerencia os recursos do fundo municipal, recebe doações e se auto-lastreia com prestação de serviços. O salário dos servidores da prefeitura são pagos através do banco e até 25% em cocais. Está em negociação com o governo do estado uma doação para ampliar o fundo e para ampliar a rede para outros municípios vizinhos.
- Se todos os municípios decidirem adotar o mesocarpo na alimentação escolar, não há condições de atender. Entretanto, é por demanda. Se todos os gestores decidirem adquirir o produto, vai aparecer mesocarpo para comercialização.
- Se não houver a estruturação de experiências locais, a valorização dos produtos do babaçu, estamos fadados à catação, vamos perder a disputa. Os subprodutos (casca, carvão) estão mais valorizados que do que a amêndoa.
- O empoderamento é muito importante, porque as empresas com grande capital destroem isso muito rapidamente.

Participação dos Presentes e Momentos Culturais



Apresentação do Boi. Foto: Roberta Sá



“Oh não derruba essa palmeira....”

Foto: João Morita



Intervenções. Maria Querubina (MIQCB-ITZ).

Foto: João Morita



Publico concentrado. Foto: Roberta Sá

Plano de Ação para a Cadeia do Babaçu – Resultado do Trabalho dos Grupos

Grupo 1 - Gargalo 1: Deficiência nos Serviços de Apoio (ATER, fomento e crédito)

Ações	Complementação do grupo	Resp.	Parceiros	Parceiros sugeridos no grupo
1.1 Criar uma Rede de Serviços para a cadeia do coco babaçu identificando atores e definindo prioridades	Atividade em andamento, já houve o encontro para constituição da rede de serviços. - levar em consideração as políticas e a lógica de desenvolvimento territorial, e o PRONATER; - complementação e integração de ações e políticas; - unificar o conceito de ATER e ampliar e convidar outras instituições.	MDA	MDA EMATER'S ONG'S	- Órgãos oficiais de assistência técnica e extensão rural; - INCRA; - CONDRAF/Comitê de ATER; - ONG's que já fazem parte da rede de serviços; - MIQCB.
1.2 Capacitar e qualificar as equipes dos serviços de ATER e ATES	- realizar capacitações em nível regional; - unificar o conceito de ATER/ATES; - proporcionar intercâmbio e troca de experiências entre entidades (governamentais e não governamentais).	MDA	EMBRAPA SENAR SEBRAE MDS	- Órgãos oficiais de assistência técnica e extensão rural; - ONG's e movimentos sociais; - INCRA.
1.3 Adequar a infra-estrutura e quadro técnico necessário para o trabalho de ATER	- realizar levantamento da capacidade operacional (profissionais, equipamentos) nos estados; - ampliar as equipes técnicas, considerando a multidisciplinaridade, integrando também as diversas experiências (pública, comunitárias, ONG's ...) e envolvimento dos governos estaduais.	MDA	MDA Estados	- Governo dos Estados; - Prefeituras municipais; - Movimentos sociais (atuando no levantamento do público).
1.4 Promover maior divulgação e discussão das políticas públicas e programas (PGPM, PAA, PNAE, etc) para os empreendimentos da cadeia	- veiculação dos spots de rádio (feitos pelo MMA sobre PGPM) em todos os meios de comunicação possíveis (e fazer sobre PNAE); - realizar seminários, encontros e oficinas para socialização.	Coordenação	MDA MDS MMA CONAB	Rede de Serviços.
1.5 Adequar os serviços de crédito para os produtos do coco babaçu	- promoção de mesas de diálogo com os bancos oficiais para sensibilizar os técnicos dos bancos; - melhorar a interação entre os técnicos que prestam serviços e os agentes financeiros; - realizar capacitação dos técnicos de assistência técnica para a elaboração de projetos adequados para os extrativistas acessarem o crédito; - avaliar e divulgar experiências de micro-credito local (como o exemplo de São João do Arraial); - agilizar o credenciamento e capacitação de entidades de ATER e STTR para emissão de DAP; - viabilizar o fomento ao cooperativismo de crédito.	Coordenação	MDA MMA BB BASA BNB BNDES	- Rede bancária oficial (BB, BNB, Banco da Amazônia e BNDES); - Emissores de DAP; - MTE/SENAES; - UNICAFES Nacional.

Participantes do Grupo 1

- a) Francisco Carvalho – MDA - PI
- b) Maria Denise Leal – CENTRU
- c) Maria Bouzada – equipe técnica APA-TO
- d) João Emilio Lemos Pinheiro - AEFA-PI
- e) Welton Moreira Borges – DFDA/MDA-TO
- f) Jose Tadeu Santos Oliveira – EMATER-PI (Articulador PMD)
- g) Deusalina L. Soares – Quebradeira de coco/coordenadora MIQCB-PA
- h) Marco Aurélio – AGERP/responsável pelo SISDAP
- i) José Erisvaldo da Silva Figueiredo – Fundação Mussambe - CE
- j) Claudia Regina Cascais Sousa – COOSERT/diretora conselheira, UNICAFES-MA/ diretora secretária, e membro da CENATER (Central Nacional de Ater - Rede Unicafe)
- k) Antonio Carlos Braga Moura – EMATER-PA (Articulador PMD)
- l) Christoph Trusen – Consultor GTZ
- m) Raquel Torquato – AGERP-MA
- n) Ronaldo Rodrigues – ATES-INCRA/MA
- o) Divani Souza – SAF/MDA - facilitadora do grupo
- p) Roberta Sá – PNPSB – relatora do grupo

Grupo 2 - Gargalo 2: Baixa Capacidade Organizativa da Cadeia

Ações	Complementação do Grupo	Resp.	Parceiros	Parceiros sugeridos pelo grupo
2.1 Elaborar e implementar plano de fortalecimento e melhoria da gestão das organizações produtivas da cadeia	<ul style="list-style-type: none"> - diagnosticar o grau de organização produtiva dos grupos e empreendimentos (através de diagnósticos). Qualificar este diagnóstico; - com relação aos diagnósticos ou outras atividades, valorizar o trabalho das organizações buscando o que já vem sendo feito e focar em novas áreas; - realizar capacitações sobre técnica organizativa e gerencial para o fortalecimento dos grupos em organizações coletivas. 	MDS	MDA, MMA, MDS, MTE, SEBRAE	SEBRAE; UNICAFES; SEDAGRO-MA, SETRES-MA, SECOM-MA, Secretaria de Estado da Mulher – MA; FETAG's; MIQCB.
2.2 Promover o acesso a documentação básica (RG, CPF, DAP)	<ul style="list-style-type: none"> - realizar levantamento das entidades cadastradas para emissão de DAP, das suas principais dificuldades e divulgar; - a partir do diagnóstico, capacitar e garantir as condições para a emissão de DAP's; - estreitar o diálogo entre as associações e o INCRA para identificar os problemas de emissão de DAP para os assentamentos; - Interagir com a Campanha “Nenhuma Maranhense sem Documento” – Secretaria de Estado da Mulher (MA); - viabilizar integração com outros Programas de documentação que podem apoiar na emissão de documentos, em específico a DAP, de acordo com a lista dos municípios prioritários encaminhada oficialmente (para efetivar o processo, é necessário visita in loco dos técnicos emissores antes do evento, para conhecer a realidade local); - para o RG o grande problema é que no Maranhão processo é terceirizado e é pago (no caso do MA – R\$18,60). 	MDS	MDA, MDS, MMA- <u>ICMBio</u>	INCRA; MDA; MIQCB;; FETAG's; STTR's. Sistema EMATER. Secretaria de Direitos Humanos PPIGRE/MDA. Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Estado da Mulher (MA).

Ações	Complementação do Grupo	Resp.	Parceiros	Parceiros sugeridos pelo grupo
2.3 Criar e animar mesas de diálogos entre os atores da cadeia produtiva	- atribuição dos Grupos de Trabalho - GT estaduais ou espaços de gestão definidos pelos Estados (criação onde não existem).	Coordenação	MDA, MDS, MMA	SEDAGRO (MA); Sec. Trabalho – SETAS – TO; DFDA/MDA; MIQCB; UNICAFES; FETAGs; SDA – Ceará.
2.4 Fomentar a criação e regularização de associações, cooperativas e centrais.	- apoiar as iniciativas de criação.	MDS	MMA, MDS, MTE, SEBRAE	Incubadoras de empresas das Universidades; SEBRAE; SEDAGRO-MA; UNICAFES; MTE; SENAR-PA.

Participantes do Grupo 2

- a) Mariana - MDA
- b) Manoel Rodrigues - ASSEMA
- c) Terezinha - itapecuru
- d) José Vicente de Souza Filho - COPPALJ
- e) Ana Carolina Magalhães Mendes – MIQCB e GTA
- f) Lucélia Neves Santos – Mestranda UFTO
- g) Maria De Jesus (Dijé) – São Luis Gonzaga (MIQCB)
- h) Gleide Marinho – CONSAD Bico do Papagaio
- i) Freide Pellegrini – (AMBIP/CONSAD)
- j) Maria Gavião – COAPIMA
- k) Maria da Silva Ferreira – MIQCB
- l) Leida Souza- SEDAGRO-MA
- m) Gustavo Assis – MDS
- n) Rodrigo Noleto - PNPSB

Grupo 3 - Gargalo 3: Baixa Oferta e Qualidade do Produto

Ações	Complementação do Grupo	Resp.	Parceiros	Parceiros sugeridos pelo grupo
3.1 Definir modelos tecnológicos de quebra de coco acordados com as quebradeiras de coco babaçu	- definir princípios tecnológicos que atendam as necessidades e a realidade das organizações das quebradeiras de coco babaçu (respeitando os diferentes estágios dos grupos das quebradeiras de coco – graduar as intervenções);	MMA	MMA e MDA, EMBRAPA, MCT-CNPq	- MIQCB; EMBRAPA Meio Norte; MCT; BNB; MMA/DEX; FBB.
	- apoiar agente(s) institucional(s) que facilite(m) a definição de modelos tecnológicos adequados às quebradeiras de coco babaçu e viáveis (custo x benefício);			MMA/DEX; MDA; MCT, EMBRAPA (MA e PI); BNB.
	- promover visitas com acompanhamento técnico a tecnologias disponíveis em uso (escala de economia familiar);			GTZ; TOBASA; SEBRAE; EMBRAPA Meio Norte; Governos de estado; INCRA; BNB; MMA/DEX.
	- definir e promover uma campanha de aproveitamento do coco babaçu de forma integral e de consumo de produtos do babaçu;			- MIQCB; MMA –DEX; MDA; APA-TO.
	- promover capacitações em boas práticas de produção com material e práticas educativas;			INCRA; GTZ; ASSEMA; ISPN; APA-TO.
	- identificar as comunidades que estão dispostas a experimentar modelos de quebra mecânica do coco de acordo com as necessidades das quebradeiras;			-MIQCB.
	- promover capacitações em segurança no trabalho (considerando a saúde da quebradeira de coco);			MTE; MS.
	- envolver a juventude (mobilizar, sensibilizar, capacitar, projetos experimentais-;			- MIQCB; MDA; APA-TO.
3.2 Promover fomento e crédito para a implantação de agroindústrias de base familiar para o aproveitamento integral do coco babaçu	- garantir a assessoria para elaboração, implantação de projetos (viabilidade sócio-econômica e ambiental), principalmente por meio de fomento; - garantir crédito e fomento a projetos.	MMA	MDA, MMA, Fundação Banco do Brasil, PETROBRÁS	- INCRA – Terra Sol; - MMA - DEX; - MDA; BNB; BNDES; PETROBRAS; BASA; ISPN/PPP-ECOS; FBB; SISTEMA EMATER; APA-TO.
	- elaborar um Termo de Referência para desenvolvimento e aquisição de maquinário que garanta os princípios e as propostas apresentadas no plano de ação.			INCRA; MIQCB; MMA; GTZ; MCT; EMBRAPA; MDA/SDT; SAGRIMA.

Participantes do Grupo 3

- a) Marlene Campos Pinto – Resex Quilombo do Flexal
- b) Raimundo Nonato Pires de Sá – Resex Extremo Norte
- c) José Frasso, EMBRAPA Meio Norte
- d) Valdomiro Aurélio Barbosa de Souza – EMBRAPA Meio Norte
- e) Maria Queburina da Silva Neta – MIQCB/Imperatriz
- f) Antônio
- g) Francisco das Chagas Neves Cavalcante – Oleama,
- h) Rômulo Carvalho Machado – CEPES-PI
- i) Welington Fernandes – INCRA-Sede
- j) Maria Do Socorro Teixeira Lima – MIQCB-MA
- k) Edinaldo Ribeiro - TOBASA
- l) Júlio Pinho – DEX/MMA
- m) Cláudia César – INCRA-PI

Grupo 4 - Gargalo 4: Acesso a Mercados

Ações	Complementação do grupo	Resp.	Parceiros	Parceiros sugeridos pelo grupo
4.1 - Criar um sistema integrado de informação de oferta e demanda de produtos do coco babaçu	<ul style="list-style-type: none"> - disponibilização de informações de mercado (preço); - incluir os produtos do babaçu na sistemática de levantamento de preço, oferta e demanda mensal. 	Coordenação	CONAB, IBGE	CONAB; MIQCB; ASSEMA; CCAMA; SEBRAE; EMBRAPA/SISPAF; Empresas.
4.2 - Definir padrões de classificação e coeficientes técnicos para produtos do coco babaçu.	<ul style="list-style-type: none"> - realizar levantamento de informações existentes sobre os coeficientes técnicos do babaçu; - realizar padronização dos produtos identificados sem caracterização (Mesocarpo, amêndoa, azeite, carvão). 	CONAB	MAPA, ANVISA	EMBRAPA; CONAB; MIQCB; MAPA; ISPN; Institutos e Universidades.
4.3 - Promover maior acesso às políticas públicas e programas de apoio a comercialização (PGPM, PAA, PRONAF, Nota Fiscal do Produtor)	<ul style="list-style-type: none"> - potencializar a divulgação das políticas e das experiências existentes; - realizar diálogo com INCRA, MDA e órgãos emissores de DAP para viabilização de DAP's para Agricultores Familiares das áreas de reforma agrária; - estimular o estado do Maranhão a se credenciar como emissor de notas fiscais para produtor rural (e outros estados que não emitem); - agilizar e descentralizar o processo de emissão de DAPs jurídicas e DAP individuais para as organizações das quebradeiras de coco babaçu; - divulgar informações qualificadas sobre o processo de emissão de DAPs. 	Coordenação	MAPA-CONAB, MDA, Bancos Públicos	INCRA; MDA; Órgãos Emissores de DAP; Secretarias de Fazenda dos Estados; CONAB; SEBRAE; REDE SERVIÇOS.
4.4 - Elaborar planos de negócios para os produtos do babaçu (mesocarpo, carvão, óleo)	<ul style="list-style-type: none"> - capacitar as organizações para gestão de negócios; - assessorar as organizações para construir e implementar planos de negócios; 	CONAB	MDA, MMA	SEBRAE; CONAB; UNICAFES; REDE DE SERVIÇOS; MDA/SDT/DCOOP

Ações	Complementação do grupo	Resp.	Parceiros	Parceiros sugeridos pelo grupo
4.5 - Ampliar o acesso a mercados (institucionais, convencional e mercado justo)	<ul style="list-style-type: none"> - desenvolver plano de marketing para divulgação dos produtos em nível nacional; - viabilizar a regularização e certificação de produtos do extrativismo e das agroindústrias das quebradeiras de coco babaçu e agricultura familiar; - levantar possibilidades de isenção fiscal, nos diferentes estados (e nas diversas esferas de tributação), para produtos do extrativismo (sugestão selo social); - fortalecer as cadeias e redes de comercialização; - fortalecer as bases de serviços de comercialização; - ampliar atendimento do PAA para os produtos do babaçu; - promover o desenvolvimento de novos produtos derivados do babaçu com foco no mercado. 	CONAB	MDA, MDS, MEC-SECAD, MAPA-CONAB	SEBRAE; MIQCB; SINDIOLEO; ISPN; UNICAFES; CONAB; Central do Cerrado; MDA/SDT/DCOOP

Participantes do Grupo 4

- a) Jose Noletto Oliveira – SEBRAE (Contribuir na área de acesso a mercados)
- b) Luiz Carlos Peixoto – OLEAMA e SINDIOLEO
- c) Luciene Dias Figueiredo – Assessoria MIQCB
- d) Eli Querobina – CCAMA e UNICAFES
- e) Luiz Carrazza – Central do Cerrado e ISPN
- f) Raimunda Nonata – ASMUBIP
- g) Ianelli Loureiro – CONAB - DF
- h) Rosilda Cardoso – CNS - Tocantins
- i) Maria Dalva – Reserva extrativista do Ciriaco
- j) Francisco Alves – EMATER CE
- k) Valdener Pereira Miranda – ASSEMA
- l) Maria Domingas – União dos Clubes de Mães de Itapecuru Mirim
- m) Rosa Maria - GTZ

Grupo 5 - Gargalo 5: Acesso aos Babaçuais e Vulnerabilidade dos Estoques Naturais

Ações	Complementação do Grupo	Resp.	Parceiros	Parceiros sugeridos pelo grupo
5.1 Criar e regulamentar unidades de conservação de uso sustentável e projetos de assentamento (de preferência agroextrativistas)	<ul style="list-style-type: none"> - priorizar a criação e regulamentação das RESEX em andamento; - priorizar a criação de assentamentos agroextrativistas e de uso sustentável e divulgar a existência destas modalidades; - estimular a criação de APAs; - aprofundar o conhecimento das experiências já existentes de moradores e usuários para o acesso aos recursos das RESEX e difundir junto aos atores dos estados que participam do Plano Nacional. 	MMA	MDA- INCRA, MMA- ICMBio	OEMA's INCRA ICMBio MA, TO, PI e CE
5.2 Acelerar a regularização fundiária nos territórios ocupados por povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares	<ul style="list-style-type: none"> - resolver os gargalos burocráticos do processo de regularização fundiária; - criar uma linha especial no programa de crédito fundiário para acesso a terra às quebradeiras de coco babaçu; - priorizar a regularização fundiária das terras quilombolas. 	Coordenação	MMA, MDA, FUNAI	Prog. Terra Legal; Prog. Crédito Fundiário; MDA; Casa Civil; INCRA; CNPT – ICMBio; Institutos Estaduais de Terra.
5.3 Definir e apoiar o desenvolvimento de manejo sustentável para o uso do babaçu.	<ul style="list-style-type: none"> - levantar e divulgar os estudos já existentes da EMBRAPA Meio Norte e as experiências da ASSEMA, MIQCB; - aprovação da lei Federal de livre acesso aos babaçuais e regulamentação das leis estaduais e municipais; - ampliar o marco regulatório para o manejo vigente no Tocantins (Lei 1959 de 2008) para os outros estados; - qualquer Plano de Manejo deverá levar em conta: <ul style="list-style-type: none"> - as formas de uso dos babaçuais pelas quebradeiras; - as áreas de reserva legal e áreas de cultivo a partir de um diálogo com as quebradeiras de coco; - Definir índices técnicos para analisar os processos de manejo dos babaçuais. <i>(GT estadual poderia cobrar mais incisivamente que o estado crie e regule esses parâmetros técnicos);</i> - proporcionar o pagamento por serviços socioambientais; - fomentar planos de manejo. 	MMA	MMA- DCBIO, ICMBIO	INCRA; EMBRAPA; OEMA's (MA, TO, PI e CE); ICMBio; SEBRAE; Universidades; Casa Civil.

Ações	Complementação do Grupo	Resp.	Parceiros	Parceiros sugeridos pelo grupo
5.4 Promover ações de educação ambiental e intensificar as medidas de controle do desmatamento e das queimadas em áreas de babaçuais	<ul style="list-style-type: none"> - promover a comunicação qualificada dos caminhos legais que podem ser seguidos para coibir o desmatamento; - promover a sensibilização e capacitação das próprias Sec Est Segurança Pública; - promover a ampliação e formação de brigadistas e grupos de queima controlada; - promover capacitação de alternativas ao uso do fogo (Sistema Agroflorestal entre outros) e combate ao uso ilegal de agrotóxicos.; - promover campanha de proibição ao uso de agrotóxicos por parte dos proprietários nas brotas de palmeira; - ampliação do Programa de Agentes Ambientais Voluntários (com envolvimento dos Agricultores Familiares); - aplicar a Lei Federal que estabelece a política nacional de educação ambiental, incluindo as Escolas Família Agrícola; - intensificar as fiscalizações de forma integrada (federal e estadual). 	MMA	MMA- IBAMA, OEMA's	IBAMA; ICMBio; PREV-FOGO; OEMA's; MEC; INCRA; SEDUC; SEDAGRO; Universidades; Casas Família Rural; Escolas Família Agrícola; Rede de Serviços Empresas
5.5 Regular a produção e o transporte de carvão a partir do coco babaçu	- incluir como atribuição dos GT's Estaduais a cobrança incisiva para que cada estado crie e regulamentem a produção e transporte do carvão e o transporte do coco inteiro.	MMA	MMA, OEMA's	OEMA's; IBAMA.

Participantes do Grupo 5

- l) Eliane Oliveira de Abreu Alhadef – SEMA/MA
- m) Maria Luiza Mendes da Silva Custódio – MIQCB/PI
- n) Ivon Helber Borges Azevedo – SEMA/MA
- o) Yuri Teixeira Amaral – ICMBio/ITZ
- p) Hulda Rocha e Silva – INCRA/MA
- q) Antônio César Carneiro de Souza – SEMA/MA
- r) Marco Antonio Leime – TOBASA/TO
- s) Auridenes Alves Matos – REGEAMA
- t) Cristiane Maria Macau Rocha – Fórum Carajás/MA
- u) Haroldo Oliveira – MMA
- v) João Paulo Morita – PNPSB

Estruturação da Câmara Setorial

Proposta de Estrutura para a Câmara Setorial do Babaçu

A proposta apresentada pela Coordenação do PNPSB para discussão foi a seguinte:

Abrangência: Nacional

Caráter: Consultivo e Multissetorial

Atribuições:

- I - Formulação, proposição e revisão de atividades do Plano Nacional da Cadeia do Babaçu
- II - Planejamento, acompanhamento e avaliação da execução e do andamento do Plano Nacional e Estaduais;
- III - Definição de prioridades na implementação.

Coordenação:

Grupo de Coordenação do Plano Nacional, instituído pela Portaria Interministerial Nº 239, de 21 de julho de 2009.

Proposta de Composição:

I – 07 Representantes titulares e suplentes dos seguintes órgãos e entidades do Governo Federal:

- a) Ministério do Meio Ambiente – MMA;
- b) Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA;
- c) Ministério do Desenvolvimento Social – MDS;
- d) Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT;
- e) Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB;
- f) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
- g) Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

II – 04 Representantes titulares e suplentes dos Governos dos seguintes Estados:

- a) Maranhão – MA
- b) Tocantins – TO
- c) Piauí – PI
- d) Ceará - CE

III – 01 Representante titular e suplente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA - representando a área de pesquisa.

IV – 03 Representantes titulares e suplentes das seguintes associações representando o Setor Empresarial:

- a) Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação - ABIA;
- b) Associação Brasileira de Indústrias de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos – ABIHPEC;
- c) Associação Brasileira de Supermercados – ABRAS;

V - 05 Representantes titulares e suplentes das seguintes instituições da Rede de Serviços:

- a) Banco da Amazônia - BASA;
- b) Banco do Nordeste - BNB;
- c) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.
- d) Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural - ASBRAER;
- e) Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE;

VI – 04 Representantes titulares e suplentes das cooperativas e associações de Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares indicados pelos Grupos de Trabalhos dos Estados (MA, TO, PI e CE) ou, na ausência dos GTs, indicados pelo Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB).

VII – 05 Representantes titulares e suplentes das seguintes organizações da agricultura Familiar, ambientais e indígenas:

- a) Conselho Nacional dos Extrativistas – CNS;
- b) Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB
- c) Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG;
- d) Grupo de Trabalho Amazônico – GTA;
- e) Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão - COAPIMA

Resultado Consolidado do Trabalho dos Grupos

Após o trabalho dos grupos, a apresentação dos resultados e discussão em plenária, chegou-se a seguinte proposta de estrutura para a Câmara Setorial da Cadeia do Babaçu:

Abrangência: Nacional

Caráter: Consultivo e Multissetorial

Atribuições:

I - Formulação, proposição e revisão de atividades do Plano Nacional da Cadeia do Babaçu;

II - Definição de prioridades na implementação;

III - Planejamento, acompanhamento e avaliação da execução do Plano Nacional e Estaduais.

Coordenação:

Grupo de Coordenação do Plano Nacional, instituído pela Portaria Interministerial Nº 239, de 21 de julho de 2009.

Proposta de Composição:

I – 10 Representantes titulares e suplentes dos seguintes órgãos e entidades do Governo Federal:

- a) Ministério do Meio Ambiente – MMA;
- b) Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA;
- c) Ministério do Desenvolvimento Social – MDS;
- d) Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT;
- e) Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB;
- f) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
- g) Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA
- h) Ministério do Trabalho e Emprego – MTE
- i) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
- j) Fundação Nacional do Índio - FUNAI

II – 05 Representantes titulares e suplentes dos Governos dos seguintes Estados:

- a) Maranhão – MA
- b) Tocantins – TO
- c) Piauí – PI
- d) Ceará – CE
- e) Pará - PA

III – 01 Representante a área de pesquisa titular e suplente

- a) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA MEIO NORTE

IV – 04 Representantes titulares e suplentes das seguintes associações representando o Setor Empresarial:

- a) Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação - ABIA;
- b) Associação Brasileira de Indústrias de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos – ABIHPEC;
- c) Sindicato das Indústrias de Óleos Vegetais - SINDIÓLEO
- d) Sindicato das Guzerias

V - 06 Representantes titulares e suplentes das seguintes instituições da Rede de Serviços:

- a) Banco da Amazônia - BASA;
- b) Banco do Nordeste - BNB;
- c) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.
- d) Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural - ASBRAER;
- e) Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE;
- f) Banco do Brasil - BB
- g) ONGs - ISPN
- h) União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária - UNICAFES

VI – 05 Representantes titulares e suplentes das cooperativas e associações de Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares indicados pelos Grupos de Trabalhos dos

Estados (MA, TO, PA, PI e CE) ou, na ausência dos GTs, indicados pelo Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB).

- *Levar em consideração indígenas e quilombolas,*
- *Considerar que o MIQCB não tem atuação no CE*

VII – 07 Representantes titulares e suplentes das seguintes organizações da agricultura Familiar, ambientais e indígenas:

- a) Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB
- b) Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG;
- c) Grupo de Trabalho Amazônico – GTA;
- d) Incluir a entidade nacional para os povos indígenas
- e) Central das Cooperativas Agroextrativistas do Maranhão - CCAMA
- f) Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio - ASMUBIP
- g) Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas do Lago do Junco - COPPALJ

Encaminhamentos

Os pontos a seguir foram apresentados, discutidos e acordados em plenária:

O que será feito?	Coordenação	Até Quando
1. Repassar o relatório para os participantes do workshop	Moderadores / Secretaria Executiva	Final de novembro
2. Formalizar a estrutura da Câmara Nacional considerando as contribuições do workshop - Confirmar interesse e indicar representantes - Confirmar a composição final – titulares e suplentes - Publicar a Portaria de criação da Câmara Nacional	Secretaria Executiva / Coordenação	Dezembro/2009
3. Orientar a execução do plano nacional: - Fechar o plano da cadeia do babaçu - Definir as formas e instrumentos de execução - Responsabilidades - Metas	Secretaria Executiva / Coordenação	Dezembro/2009
4. Estruturar / fortalecer o espaço de articulação e de debate estadual – GT, Câmara, etc.	MA – Conceição Andrade + MIQCB TO – Roberto Jorge Sahium + APA-TO PI – Francisco Guedes Alcoforado Filho + CEPES CE – Camilo Sobreira de Santana – EMATER-CE e MUSSAMBE	Março/2010
5. Realizar a 1ª reunião da Câmara Nacional da Cadeia do Babaçu	Secretaria Executiva / Coordenação	Março/2010
6. Estruturar os planos estaduais da Cadeia do Babaçu	MA – Conceição Andrade TO – Roberto Jorge Sahium PI – Francisco Guedes Alcoforado Filho CE – Camilo Sobreira de Santana	Março-Abril/2010
7. Agenda com o Estado do Pará para a inclusão do Estado dentro do Plano da Cadeia do Babaçu	MIQCB (Luciene) e EMATER (Antonio Carlos)	Até final de novembro/2009

Avaliação Geral

A avaliação foi realizada através de um mapa de satisfação, onde os participantes avaliaram 05 elementos (conteúdo, metodologia, moderação, logística e integração). Os resultados mostraram:

- a) um grau de satisfação entre bom a excelente para todos os campos avaliados
- b) necessidade de melhoria em relação ao tema integração do grupo.

Em relação ao tema integração, os comentários gerais foram sobre a falta de momentos culturais, e que estes devem estar incluídos na programação oficial do encontro.



Avaliação do Workshop. Foto: Roberta Sá

Outras Atividades

Diálogo com o Setor Empresarial

Durante o Workshop foram realizadas reuniões bilaterais com o setor empresarial, especificamente entre empresas que tem interesse na compra de produtos derivados do coco babaçu e os representantes dos empreendimentos de extrativistas presentes. O objetivo principal foi estreitar os elos da cadeia, e promover um maior entendimento dos gargalos para o acesso aos mercados, em ambos os lados da cadeia.

Participaram deste diálogo, em momentos separados, Sr. Aurélio Araújo, da Distribuidora de Carvão Vegetal Ouro Preto (com sede em São Luis – MA) e a Sra. Simone Conte, da Natura (com sede em São Paulo – SP).

Alguns destaques dos diálogos estão a seguir:

Distribuidora de Carvão Ouro Preto:

Hoje existe uma conscientização de que não é interessante a queima do coco inteiro. O interesse é comprar o carvão da casca do babaçu. Os empreendimentos têm que ter Nota Fiscal. Sua proposta é de comprar diretamente dos extrativistas produtores, sem a figura do

atravessador. A empresa tem interesse em comprar o carvão da casca do babaçu pela questão ambiental. Além de churrascos, parte deste carvão será destinada também a padarias, churrasceria, por produzir menos fumaça que a madeira.

Sendo o preço acessível ao mercado, a preferência, será pelo carvão de casca do babaçu. A demanda é por uma carrada de 750 sacas de carvão, com 22kg em cada saca por mês. Entretanto, é necessário fazer todos os cálculos de frete, volume disponível e formas de deslocamento, que terão que ser custeadas pelas fornecedoras. A empresa também não fornece as embalagens.

O estado do Maranhão é o mais interessante pela proximidade/distância da empresa. Outros estados o preço se inviabilizaria devido ao deslocamento. Se houver um acordo de preço, quantidade e temporalidade da entrega (dois em dois meses ou três em três meses, a compra pode ser negociada. Segundo o mesmo, é melhor que as quebradeiras de coco apresentem a proposta de preço. A empresa diz que não conseguiria pagar mais do que R\$10,50 por cada saca.

As mulheres do Pará produzem carvão apenas para o consumo por não terem mercado garantido. Ter uma empresa que garanta a compra é uma oportunidade para as mesmas.

Segundo o MIQCB, só da região da Baixada, a quantidade solicitada não seria possível, pois é muito além das possibilidades da região e da capacidade de produção pelas mulheres. Além disso, as mulheres consideram que não é fácil fazer carvão por muito tempo, problemas de saúde.

Dificuldades encontradas:

Frete – o deslocamento das comunidades até a empresa é que encarece o produto e por isso dificulta as negociações com as comunidades e principalmente as mais distantes da empresa.

Regularização - Atualmente, a fiscalização é permanente e acontece independente da quantidade de carvão que é produzido. Para a empresa comprar, o carvão precisa ser regularizado, pois a fiscalização também acompanha o estoque da empresa.

Encaminhamentos:

Dona Maria da ASSEMA também vai dialogar com os outros integrantes da cooperativa, com possibilidade de retomar um contato.

Luciene (MIQCB) fará um levantamento de custo para entrega do carvão na empresa, depois voltarão a fazer contatos para continuar a conversa.

Os contatos trocados: aureliocpa@hotmail.com

Natura:

Devido ao curto tempo, Simone falou que não tem a intenção de criar expectativas ou propostas nebulosas, e pretende construir em cima do que é real. Propôs que cada pessoa falasse o seu interesse ou sentimento que a motivou a estar nesta conversa.

SEDAGRO – Leida: Fazer a interlocução representando algum grupo do estado que não está aqui e entender melhor.

EMATER – Teresina: saber se a Natura tem interesse e possibilidade de adquirir produtos oriundos do coco babaçu de municípios e comunidades do Piauí.

ASMUBIP – Raimunda Nonata: Se tem jeito do estado do TO também ser contemplado nos negócios da Natura.

MIQCB – Luciene: Se a Natura tem demanda pelos produtos do babaçu dos estados onde tem atuação do MIQCB (PI, MA, TO, PA).

MIQCB/Cordenação – Maria:

Associação das Quebradeiras de Coco Babaçu: Curiosidade e interesse em garantir a venda dos produtos do babaçu.

ARENT: Ouvir a Natura com expectativa de estabelecer uma parceria para a comercialização; Propor uma agenda para uma oficina com a Natura

Simone expressou a satisfação de que atualmente se consegue realizar um diálogo entre governo, empresa e movimentos. Faz parte da gerencia que cuida da relação da Natura com comunidades. Já teve um contato com uma comunidade no Maranhão e é a responsável por esse contato por estar mais próxima, no Pará.

Não há, no momento, possibilidade de ampliar a parceria para compra de mais produção. A Natura teria que lançar um novo produto para absorver mais produção, e isso no

momento ainda não está em vista, mas isso não é definitivo, pode surgir algo. A ASSEMA consegue produzir o que a Natura precisa, 3 toneladas por ano.

A Natura tem interesse em contribuir na discussão da cadeia do babaçu, na perspectiva de melhorar a relação das comunidades com empresas, e contribuir para que as quebradeiras de coco babaçu possam realizar empreendimentos satisfatórios. Acredita no “ganha – ganha”, empresas, pessoas, meio ambiente. É mesmo necessário se discutir, aprofundar para fortalecer a cadeia produtiva do babaçu.

Hétel – A experiência da Natura com a ASSEMA é referência para buscar outras parcerias, com outras empresas que podem ser mapeadas, inclusive com o apoio da Natura. Pergunta como é a agenda com a Natura para as extrativistas, se a relação é justa.

Maria: A relação é tranqüila, quando eles precisam fazem o contato e a ASSEMA viabiliza. Foi através do contrato com a empresa que a cooperativa aprendeu muito sobre as leis. As crianças não podem se envolver; os jovens participam como aprendizes com bolsas de R\$ 80,00.

Através da ASSEMA, foi feita toda a negociação – 3 anos. Primeiro, venderam a massa para pesquisa, sem a comunidade saber, sem anuência. Daí, conseguiu-se um recurso para a Cooperativa (R\$ 500.000, 00), mais um contrato de três anos pra fornecimento de 3 toneladas por ano. Esse valor foi dividido entre ASSEMA, MIQCB e associação da comunidade local, que investiu em projetos para as mulheres (R\$ 700,00) metade devolvida após um ano.

A COPPALJ já desenvolveu vários projetos para ampliação e melhoria da produção de mesocarpo – FBB e outros.

Lucienne: Será lançada uma cartilha com a experiência da comunidade que está envolvida com a Natura. O valor pago (R\$1.500.000,00) que a Natura está pagando (R\$500.000,00 por ano) foi por acessar os conhecimentos tradicionais. A Natura inicialmente manifestou o interesse de pagar apenas R\$ 90.000, mas as quebradeiras conseguiram sensibilizar e envolver promotoras de justiça que acompanharam todo o processo e indicaram três pessoas (antropólogo, advogado e economista) que foram acompanhando cada passo do processo. A Natura apresentou uma proposta de pagar o valor acordado, mas a cooperativa não poderia divulgar o valor nem o por que. Proposta não aceita e não assinada.

D. Maria: O Mapa de risco foi essencial para se chegar até as altas autoridades, inclusive Casa Civil. Cada produto lançado pela Natura, 0,05% é destinado à cooperativa, e 0,15% se tiver no rótulo o nome do mesocarpo do babaçu.

Encaminhamentos:

Realizar oficina para mapeamento de possibilidades de parceria;

Reunião para Definição de Municípios Prioritários do Maranhão

Aproveitando a presença de representantes de todos os elos da cadeia do babaçu do estado do Maranhão, foi realizada uma reunião, no dia 06 de novembro, com o objetivo principal de discutir e decidir sobre quais os municípios prioritários para a cadeia do babaçu no Estado do Maranhão. Além disso, discutiu-se a criação do GT Estadual. A memória desta reunião está em anexo.

Seminário sobre Alimentação Escolar

Ainda no dia 06 de novembro foi realizado um seminário sobre o Programa Nacional da Alimentação Escolar para Proporcionar o diálogo entre os gestores públicos responsáveis pela aquisição de alimentos para a alimentação escolar nos estados priorizados pelo PNPSB e as organizações de PCTAFs que produzam algum tipo de alimento oriundo da cadeia do babaçu. A programação do seminário e a lista de participantes está em anexo.

Anexos

Pontos Focais nos Estados

UF	Nome	Cargo	Endereço / Contato	Telefone / E-mail
MA	Conceição Maria de Carvalho Andrade	Secretária de Estado de Desenvolvimento Agrário	Contato: Leida Souza Palácio Henrique de La Rocque, 2º andar Av. Jerônimo de Albuquerque, s/n Bairro Calhau – São Luis (MA)	Tel.: (98) 9606-8011 E-mail: leida.ss@hotmail.com
TO	Roberto Jorge Sahium	Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Contato: Francisca Marta B. dos Santos matinhabs@yahoo.com.br Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, Marco Central Palmas (TO)	Tel.: (63) 3218-2151 E-mail: gabinete@seagro.to.gov.br
PI	Francisco Guedes Alcoforado Filho	Diretor Geral da EMATER	Contato: Francisco Guedes A Filho Rua João Cabral, 2.319 Bairro Pirajá – Teresina (PI)	Tel.: (86) 3216-3858 / 3869 E-mail: emater@emater.pi.gov.br
CE	Camilo Sobreira de Santana	Secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário	Contato: Itamar Marques E-mail: itamarmarques@sda.ce.gov.br Av. Bezerra de Menezes, 1.820 Bairro São Gerardo – Fortaleza (CE)	Tel: (85) 3101-8129

Memória de Reunião – Plano Nacional da Sociobiodiversidade e representantes do Estado do MA

Data: 06/11/2009

Local: Calhau Praia Hotel, São Luis – MA

Pauta:

- 3) Discussão sobre os municípios prioritários para a cadeia do babaçu no Estado do Maranhão
- 4) Proposta de criação do GT Estadual – indicativos de data, participantes e organização do 1º encontro.

Desenvolvimento:

Júlio Pinho (DEX/MMA) explicou os critérios para a inclusão de municípios prioritários (estar incluso em algum Território da Cidadania, Operação Arco Verde Terra Legal, APL's que o MMA tem atuação direta, ter Unidades de Conservação no município, volume de produção segundo dados do IBGE - 2007) e abriu para a discussão da inclusão de novos municípios.

A tabela abaixo contém os municípios já contemplados e as sugestões de inclusão:

MUNICÍPIOS PRIORIZADOS BABAÇU			
UF	Município	Produção	Critérios (UC, TC, Cadeias, AV)
MA (91)	Afonso Cunha	Alta	TC Cocais
	Alcântara	Sem citação no IBGE	TC Baixada Ocidental
	Amarante do Maranhão	Média	Cadeias da Sociobiodiversidade
	Anajatuba	Média	TC Vale do Itapecuru
	Anapurus	Alta	TC Baixo Parnaíba
	Araguanã	Muito Alta	TC Alto Turuí e Gurupi
	Arari	Alta	TC Campos e Lagos
	Bacabal	Muito Alta	GT-MA
	Bacabeira	Média	TC Lençóis Maranhenses e Munim
	Bacurituba	Média	TC Alto Turuí e Gurupi
	Bequimão	Média	TC Alto Turuí e Gurupi
	Bom Lugar	Muito Alta	GT-MA
	Brejo	Muito Alta	TC Baixo Parnaíba
	Buriti	Muito Alta	TC Baixo Parnaíba
	Buriti Bravo	Muito Alta	TC Cocais
	Buritirana	Sem citação do IBGE	Cadeias da Sociobiodiversidade
	Cantanhede	Média	TC Vale do Itapecuru
	Capinzal do Norte	Muito Alta	TC Médio Mearim
	Caxias	Muito Alta	TC Cocais
	Central do Maranhão	Baixa	TC Baixada Ocidental
	Chapadinha	Baixa	TC Baixo Parnaíba e UC RESEX Chapada Limpa
	Cidelândia	Sem citação do IBGE	RESEX Ciriaco
	Codó	Muito Alta	TC Cocais
	Coelho Neto	Muito Alta	TC Cocais
	Coroatá	Muito Alta	TC Cocais
	Davinópolis	Sem citação do IBGE	Cadeias da Sociobiodiversidade

Dom Pedro	Alta	GT-MA
Duque Bacelar	Alta	TC Cocais
Esperantinópolis	Muito Alta	TC Médio Mearim
Fortuna	Muito Alta	TC Cocais
Gonçalves Dias	Alta	GT-MA
Governador Newton Belo	Muito Alta	TC Alto Turuí e Gurupi
Igarapé Grande	Muito Alta	GT-MA
Imperatriz	Sem citação do IBGE	Cadeias da Sociobiodiversidade
Itapecuru Mirim	Muito Alta	TC Vale do Itapecuru
João Lisboa	Sem citação do IBGE	Cadeias da Sociobiodiversidade
Lago da Pedra	Muito Alta	TC Médio Mearim
Lago do Junco	Muito Alta	TC Médio Mearim
Lago dos Rodrigues	Muito Alta	TC Médio Mearim
Lagoa do Mato	Média	TC Cocais
Lima Campos	Muito Alta	TC Médio Mearim
Mata Roma	Muito Alta	TC Baixo Parnaíba
Matinha	Alta	TC Campos e Lagos
Matões	Muito Alta	TC Campos e Lagos
Matões do Norte	Média	TC Vale do Itapecuru
Milagres do Maranhão	Alta	TC Baixo Parnaíba
Miranda do Norte	Média	TC Vale do Itapecuru
Mirinzal	Baixa	TC Alto Turuí e Gurupi e UC RESEX Quilombo do Frexal
Montes Altos	Sem citação do IBGE	Cadeias da Sociobiodiversidade
Nina Rodrigues	Muito Alta	TC Vale do Itapecuru
Olinda Nova do Maranhão	Alta	TC Campos e Lagos
Palmeirândia	Muito Alta	TC Campos e Lagos
Parnarama	Muito Alta	TC Cocais
Paulo Ramos	Muito Alta	GT-MA
Pedreiras	Muito Alta	TC Médio Mearim
Pedro do Rosário	Muito Alta	TC Campos e Lagos
Peri Mirim	Média	TC Alto Turuí e Gurupi
Peritoró	Muito Alta	GT-MA
Pinheiro	Muito Alta	TC Alto Turuí e Gurupi
Pio XII	Muito Alta	GT-MA
Pirapemas	Muito Alta	TC Vale do Itapecuru
Poção de Pedra	Sem citação no IBGE	TC Médio Mearim
Presidente Dutra	Alta	GT-MA
Presidente Sarney	Muito Alta	TC Alto Turuí e Gurupi
Presidente Vargas	Muito Alta	TC Vale do Itapecuru
Rosário	Média	TC Lençóis Maranhenses e Munim
Santa Filomena do Maranhão	Baixa	GT-MA
Santa Helena	Média	TC Alto Turuí e Gurupi
Santa Luzia	Muito Alta	GT-MA
Santa Luzia do Paruá	Média	TC Alto Turuí e Gurupi
Santa Quitéria do Maranhão	Muito Alta	TC Baixo Parnaíba
Santo Antonio dos Lopes	Muito Alta	GT-MA
São Benedito do Rio Preto	Muito Alta	TC Baixo Parnaíba

São Bernardo	Média	TC Baixo Parnaíba
São João Batista	Média	TC Campos e Lagos
São João do Soter	Muito Alta	TC Cocais
São Jose dos Basílios	Alta	GT-MA
São Luis Gonzaga do Maranhão	Muito Alta	TC Médio Mearim
São Pedro da água Branca	Média	Cadeias da Sociobiodiversidade
São Raimundo das Mangabeiras	Sem citação no IBGE	Cadeias da Sociobiodiversidade
Senador Alexandre Costa	Muito Alta	TC Cocais
Senador La Rocque,	Sem citação do IBGE	Cadeias da Sociobiodiversidade
Timbiras	Muito Alta	TC Cocais
Timon	Muito Alta	TC Cocais
Trizidela do Vale	Muito Alta	TC Médio Mearim
Urbano Santos	Muito Alta	TC Baixo Parnaíba
Vargem Grande	Muito Alta	TC Vale do Itapecuru
Viana	Muito Alta	TC Campos e Lagos
Vila Nova dos Martírios	Sem citação do IBGE	Cadeias da Sociobiodiversidade
Vitória do Mearim	Muito Alta	TC Campos e Lagos
Zé Doca	Muito Alta	TC Alto Turuí e Gurupi

Instalação e Reunião do GT:

- Data acordada: 13 e 14 de janeiro de 2010;
- O Governo do Estado não tem recursos para apoiar plenamente a participação de todos no encontro. Poderia apoiar com a alimentação.
- O Instituto Território tem recursos de um convênio com a SDT para elaborar estudos de cadeias produtivas nos territórios da cidadania, e poderia negociar para bancar parte do encontro. Desta forma o encontro terá que ser em algum município de território da cidadania;
- Cada entidade deverá verificar se pode ou não pagar as despesas para participação (transporte, hospedagem e café da manhã e jantar);
- O Governo do Estado, MMA e o Instituto Territorium garantirão as despesas (local, alimentação, transporte, hospedagem, etc);
- As entidades que não tiverem condições de garantir as despesas serão apoiadas pelo MMA. Porém, na primeira reunião deverá ser definido a estratégia de autonomia financeira do GT;

Participantes:

	NOME	CIDADE	UF	ORGANIZAÇÃO	E-MAIL	FONE(S)
1	Antonio da Conceição Sousa	Davinópolis	MA	ATRAMAG		(99) 9138-1187
2	Maria Denise B. Leal	Imperatriz	MA	CENTRU	Direito.avesso@yahoo.com.br centru@jupiter.com.br	(99) 3526-4944/ (99) 3075-7321 (99) 8815-2410
3	Leida Souza	São Luis	MA	SEDAGRO	Leida.ss@hotmail.com	(98) 9696-8011
4	Rosa Maria M. Lima	Teresina	PI	GTZ	Rosa.lima@gtz.de	(86) 9445-9373
5	Divani Souza	Brasília	DF	SAF/MDA	Divani.souza@mda.gov.br	(61) 2020-0963
6	Maria Querubina da Silva Neta	Imperatriz	MA	MIQCB – MA		(99) 3526-1904
7	José Vicente Sousa Filho	Lago do Junco, Lago dos Rodrigues	MA	COPPALJ	zefilhocoppalj@hotmail.com coppalj@gmail.com	(99) 3634-1463
8	Valdener P. Miranda	Pedreira	MA	ASSEMA	assemacomercio@asema.org.br	(99) 3642-2152 / 3642-2061
9	Mary do Socorro P. Luz	São Luis	MA	SUVISA	mspluz@yahoo.com.br	(98) 8844-7022
10	Raimunda Nonata Nunes Rodrigues	São Miguel	TO	ASMUBIP	Nonatanunes2009@hotmail.com	(63) 3447-1122 / 3447-1147 (63) 3447-1110
11	Ana Caroline Magalhães Mendes	São Luis	MA	MIQCB	assessoria@miqcb.org.br	(98) 3268-3357
12	Maria de Jesus B. Santos	Imperatriz	MA	COAPIMA	Coapima_imp@yahoo.com	(99) 3525-2842
13	Maria Dalva de S. Silva	Cidelândia	MA	Resex Mata Grande	euvaldomel@hotmail.com	(99) 3581-5901 / 3535-0079 (99)3525-3305
14	Maria A. Morcef Bouzada	Augustinópolis	TO	APA-TO	Mbouzada04@hotmail.com	(63) 9204-4766 / 3456-1673
15	Manoel Rodrigues de Souza	Esperantinópolis	MA	COOPAESP	Coopaesp1@ig.com.br	(99) 3645-1916 / 3645-2061
16	Maria do Socorro T. Lima	Praia Norte	TO	MIQCB	miqcb@miqcb.org.br	(63) 3447-1294
17	Paulo da Silva Maciel	São Luis	MA	SAGRIMA	pmvet@ig.com.br	(98) 3218-9702
18	Lia Raquel B. Martins	São Luis	MA	AGERP/SAGRIMA	liarbm@hotmail.com	(98) 8135-8599 / 3243-6324
19	Antonio Darinho do Nascimento	Massapê	CE	COOPERBIO	Nascdarinho@yahoo.com.br	(85) 3231-5887 / (88) 9921-8842
20	Lucélia Neves	Porto Franco	MA	UFT-TO Estudante	Lucelianeveasantos@yahoo.com.br	(99) 9129-6559 / 3571-2038
21	Haroldo C. B. Oliveira	Brasília	DF	MMA	Haroldo.oliveira@mma.gov.br	(61) 3317-1593
22	Ianelli S. Loureiro	Brasília	DF	CONAB	Ianelli.loureiro@conab.gov.br	(61) 3312-6262
23	João Valdeci Viana da Silva	Lago do Junco	MA	UNICAFES – MA	v.joaovaldecir@yahoo.com.br	(99) 9131-0040
24	Antonio Carlos Braga Moura	Belém	PA	EMATER-PA	Acbraga51@yahoo.com.br	(91) 3256-5559 / 9963-3779
25	Welton Moreira Borges	Palmas	TO	DFDA-TO	Welton.borges@mda.gov.br	(63) 3219-5217 / 8404-2703
26	Deuzalina L. Soares	São Domingos do Araguaia	PA	MIQCB-PA	regionalpara@miqcb.org.br	(91) 3332-9922
27	Mariana R. dos Santos	São Luis	MA	DFDA-MA	Mariana.rodrigues@mda.gov.br	(98) 3245-3685 / 8125-1001

28	Maria da Silva Ferreira	Esperantinópolis	MA	MIQCB-MA		(99) 3645-1043
29	Ely Querobina da Silva Santos	Imperatriz	MA	CCAMA	elyquerobina@yahoo.com.br	(99) 3072-5005
30	Claudia Regina Cascais Sousa	São Luis	MA	COOCERT	claudiacascais@uol.com.br	(98) 9116-7477 / 3221-1401
31	Cláudia Maria César de Araujo	Teresina	PI	INCRA	Claudia.cesar@tsa.incra.gov.br	(86) 9973-8965
32	Ana Tereza Pinto	São Luis	MA	CONSEA-MA	Consea.ma@yahoo.com.br Azeret7@hotmail.com	(98) 9111-6689 / 8847-0141 (98) 3232-9939
33	Cesar Carneiro	São Luis	MA	Instituto Território	Cesar-carneiro@hotmail.com	(98) 3231-8130 / 9601-4735
34	Raimundo Nonato Pires de Sá	Carrasco Bonito	TO	ARENT	Bananamnlm@hotmail.com	(63) 9991-8615
35	Rocilda Cardoso da Silva		TO	CNS-TO	Cnst02009@hotmail.com	(63) 3447-1143
36	Júlio César Gomes Pinho	Brasília	DF	DEX / MMA	Julio.pinho@mma.gov.br	(61) 3317-1011
37	Alan Ainer Boccato Franco	Brasília	DF	DEX / MMA	Alan.franco@mma.gov.br	(61) 3317-1841

Memória do Seminário sobre Alimentação Escolar

SEMINÁRIO CADEIA DE VALOR DO BABAÇU – APROXIMANDO OS ELOS

06 de novembro de 2009, São Luis (MA) - Calhau Praia Hotel

Participantes:

Organizações formadas por Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PCTAFs) da cadeia de valor do babaçu que produzam óleo de babaçu e/ou alimentos com base de babaçu, e com escala mínima para comercialização, dos estados do PI, CE, MA e TO.

e) Gestores públicos (estaduais e municipais) responsáveis pela aquisição de alimentos para a alimentação escolar: Secretários de educação; responsáveis pelo setor de compras do PNAE; Responsável Técnica nutricionista do PNAE.

f) Extensionistas, articuladores da Rede Temática de Comercialização e de Produtos e Mercados Diferenciados, DFDA, Superintendências do INCRA e da CONAB dos estados do PI, CE, MA e TO.

Objetivos:

- Proporcionar o diálogo entre os gestores públicos responsáveis pela aquisição de alimentos para a alimentação escolar nos estados priorizados pelo PNPSB e as organizações de PCTAFs que produzam algum tipo de alimento oriundo da cadeia do babaçu.

PROGRAMAÇÃO

Tempo	Atividade
10h30	Apresentação dos participantes.
10h45	Apresentação dos objetivos do Seminário e da programação.
11h00	Inovações da Lei nº 11.947/2009 - Passo a passo para operacionalização da compra de produtos do agroextrativismo para a alimentação escolar pela Lei – <i>Ana Müller (SAF/MDA)</i>
12h00	<u>Debate</u>
12h45	Almoço
14h30	Apresentação da sistematização da oferta de produtos agroextrativistas para a alimentação escolar (por meio de questionários previamente enviados aos PCTAFs) – <i>Raimunda Nonata (ASMUBIP)</i>
14h50	Receitas usando o Babaçu – <i>Raimundo Nonato (ARENT)</i>
15h00	Apresentação de quem compra e demanda de alimentos para alimentação escolar – <i>Ana Ayres (SUPAE/SEDUC)</i>
15h20	Debate entre a oferta (PCTAFs) e demanda (gestores do PNAE)
16h30	Encerramento das atividades com degustação de produtos agroextrativistas

Participantes:

	NOME	ORGANIZAÇÃO	E-MAIL	FONE 1	FONE 2
1	Alan Boccato	MMA	Alan.franco@mma.gov.br	(61) 3317-1841	(61) 3317-1669
2	Ana Caroline Magalhães Mendes	MIQCB	assessoria@miqcb.org.br	(98) 3268-3357	
3	Ana Maria Ayres Lima e Silva	SUPAE/SEDUC	anayresls@hotmail.com	(98) 3221-2188	(98) 8883-0316
4	Ana Muller	SAF/MDA	Ana.muller@consultor.mda.gov.br	(61) 2020-0983	
5	Antonio C. Braga Moura	EMATER-PA	Acbraga51@yahoo.com.br	(91) 9123-2529	
6	Antonio da Conceição Sousa	ATRAMAG – Resex Mata Grande	euvaldomel@hotmail.com	(99) 9138-1187	
7	Antonio Darinho do Nascimento	COOPERBIO	nascdarinho@yahoo.com.br	(85) 9621-0580	(85) 3231-5887
8	César Carneiro	Instituto Territorium	César-carneiro@hotmail.com	(98) 3231-8130	(98) 9601-4735
9	Claudia Regina Ataíde de Paula	SAF/MDA	Claudia.Paula@consultor.mda.gov.br	(61) 2020-0983	
10	Claudia Regina Cascais Sousa	COOSERT	claudiacascais@uol.com.br	(98) 9116-7477	(98) 3221-1401
11	Deuzalina Lopes Soares	MIQCB-PA	regionalpara@miqcb.org.br	(94) 3332-1922	
12	Ely Querobina da S. Santos	CCAMA	elyquerobina@yahoo.com.br	(99) 3072-5005	
13	Ermelinda Maria Dias Coelho	FMSAN	fmsalimentar@yahoo.com.br	(98) 3248-6126	
14	Glacy Soares	SUPAE	Glacy-fsoares@hotmail.com	(98) 8891-2334	
15	Ilka Fagundes Correia	SAF/MDA	Ilka.correia@consultor.mda.gov.br	(61) 2020-0983	
16	João Valdecir Viana da Silva	UNICAFES	n.joaovaldecir@yahoo.com.br	(99) 9131-0070	
17	José Erisvaldo	Fundação Mussambê	erisvaldomussambe@gmail.com	(88) 9931-1628	
18	José Rodrigues da S. Filho	Assistência Técnica em assentamentos			
19	Julio Pinho	DEX/MMA	Julio.pinho@mma.gov.br	(61) 3317-1011	
20	Leida Souza	SEDAGRO	Leida.ss@hotmail.com	(98) 9606-8011	
21	Lucélia Neves Santos	Estudante UFT-TO	lucelianevevessantos@yahoo.com.br	(99) 9129-6559	(99) 3571-2038
22	Luciene Figueiredo	MIQCB	consultoria@miqcb.org.br	(98) 3268-3357	
23	Manoel Rodrigues de Souza	ASSEMA/COOPAESP	coopaespa@ig.com.br	(99) 3645-1916	(99) 3645-2061
24	Maria A. Morcef Bouzada	APA-TO	Mbouzada04@hotmail.com	(63) 3456-1673	(63) 9204-4766
25	Maria da Silva Ferreira	MIQCB - MA		(99) 3645-1043	
26	Maria Dalva de Souza	Resex Ciriaco	euvaldomel@hotmail.com	(99) 3581-5901	
27	Maria de J. B. Santos	COAPIMA	Coapima_imp@yahoo.com.br	(99) 3525-2842	
28	Maria Denise B. Leal	CENTRU-MA	centru@jupiter.com.br	(99) 3526-4944	(99) 8815-2410
29	Maria do Socorro T. de Lima	MIQCB		(63) 3447-1294	(63) 3488-1127
30	Maria Luiza M. da Silva Custódio	MIQCB-PI	luizasonho@bol.com.br	(86) 3383-1386	

31	Maria Querubina da Silva Neta	MIQCB-ITZ	regionalimperatriz@miqcb.org.br	(99) 3526-1904	
32	Mary do Socorro P. da Luz	SUVISA	mspluz@yahoo.com.br	(98) 8844-7022	(98) 3275-1160
33	Miercio Robarth	CONSEA-MA	Consea.ma@yahoo.com.br	(98) 3232-9939	(98) 8126-6518
34	Patrícia Monteiro de Almeida	SUPAE	Patricia.monteiro.Almeida@gmail.com	(98) 8124-3900	
35	Paulo da Silva Maciel	SAGRIMA	pmvet@ig.com.br	(98) 3218-9702	
36	Raimunda Nonata Nunes Rodrigues	ASMUBIP	Nonatanunes2009@hotmail.com		
37	Raimundo Nonato Pires de Sá	ARENT – Resex Extremo Norte	bananamnlm@hotmail.com	(63) 9991-8615	
38	Rejane Tavares	GTZ	Rejane.Tavares@gtz.de	(86) 9988-6715	
39	Renara Leite	SUPAE	renarabr@hotmail.com	(98) 8117-4076	
40	Roberta Marins de Sá	PNPSB	Roberta.sa@mda.gov.br	(61) 2020-0984	
41	Rosa Maria M. Lima	GTZ	Rosa.mmaria@bol.com.br	(86) 9445-9373	
42	Rosilda Cardoso da Silva	CNS	Cnst02009@hotmail.com		
43	Silvia Helena Bezerra Barbosa	COOSERT	coosert@yahoo.com.br	(98) 3221-1401	
44	Terezinha de J. F. da Silva	AQCB – Urbano Santos		(98) 8819-0838	
45	Welton Moreira Borges	DFDA-TO	Welton.borges@mda.gov.br	(63) 3219-5217	

Lista de Participantes do Workshop do Babaçu

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE(S)
01	Antonio César Carneiro de Souza	SEMA - MA	cesar-carneiro@hotmail.com	(98) 9601 4735
02	João Batista Rodrigues Fernandes	Secretário Adjunto da Sec. de Agricultura		
03	Alan Franco	DEX/MMA	alan.franco@mma.gov.br	(61) 3317 1841
04	Ana Carolina Magalhães Mendes	GTA - MIQCB	assessoria@miqcb.org.br	(98) 3268 3357
05	Ana Luiza Muller	MDA	ana.muller@consultor.mda.gov.br	(61) 2020 0788
06	Antonio Carlos Braga Moura	Emater - PA	acbraga51@yahoo.com.br	(91) 3256 9557 (91) 3256 1931 (91) 9123 2529
07	Antonio da Conceição Sousa	RESEX Mata Grande	euvaldomel@hotmail.com	(99) 3535-0079
08	Antonio Darinho do Nascimento	Cooperbio	cooperbio_ce@yahoo.com.br nascdarinho@yahoo.com.br	(85) 3231 5887 (85) 9921 8842
09	Auridenes Alves Matos	REGEAMA	Regeama_ma@yahoo.com.br	(98) 8151 0139
10	Christoph Trussen	GTZ	christoph.trusen@gmail.com	(61) 8117 6732
11	Cláudia Calório	MMA / DEX	claudia-maria.calorio@mma.gov.br	(61) 3317 1669
12	Cláudia César	INCRA - PI	claudia.cesar@tsa.incra.gov.br	
13	Claudia de Paula	MDA - SAF	claudia.paula@consultor.mda.gov.br	(61) 2020 0983
14	Cláudia Regina C. Sousa	COOSERT	claudiacasais@uol.com.br coosert@yahoo.com.br	(98) 3221 1401
15	Conceição Maria de Carvalho Andrade	Sec. De Desenv. Agrário - MA	gabinete@sedagro.ma.gov.br	(98) 9902 1022
16	Cristiane Macau	CPT - Balsas	cristianemacau@gmail.com	(98) 3249 9712
17	Deusalina Lopes Soares	MIQCB – PA	regionalpara@miqcb.org.br	(94) 3332 1922
18	Divani Souza	MDA - SAF	divani.souza@mda.gov.br	(61) 2020 0983
19	Edinaldo Ribeiro	Tobasa – Sup. Florestal	tobasa@tobasa.com.br	(63) 3471 6600
20	Eliane Oliveira de Abreu	Secretaria de Meio Ambiente (MA)	abreu.eliane@hotmail.com	
21	Ely Querobina da Silva Santos	CCAMA	cca_ma@yahoo.com.br	(99) 3072 5005
22	Francisco Alves Souza	EMATER - CE	franciscoalves@ematerce.ce.gov.br	(85) 3101 7630 (85) 3101 7624 (85) 9987 5505
23	Francisco da Costa Carvalho	MDA – DFDA (PI)	Francisco.carvalho@mda.gov.br	(86) 9976 0748 (86) 3221 3774
24	Francisco das Chagas Limma	Prefeito de São João do Arraial	f.limma@uol.com.br saojoaodoarraial@terra.com.br	(86) 9985 6039 (86) 3385 1106

25	Francisco das Chagas Nunes Cavalcante	OLEAMA	cavalcantemil@gmail.com	(98) 3466 1156 (98) 8401 0352 (11) 9138 7243
26	Freide Pellegrini	AMBIP / CONSAD	freidepellegrini@hotmail.com	(63) 3456 1422 (63) 9968 3328
27	Geane de Souza Rodrigues	EMATER-TO	geane-to@hotmail.com	(63) 3602 1228 (63) 3602 2131 (63) 8432 4115 (63) 8462 0632
28	Gleide Fátima Maciel Marinho	CONSAD	gleidemarinho@bol.com.br	(63) 3456 1422 (63) 9244 0958
29	Gustavo Assis	MDS	gustavo.assis@mds.gov.br	(61) 8131 6210 (61) 3433 1670
30	Haroldo Oliveira	DEX/MMA	haroldo.oliveira@mma.gov.br	(61) 3317 1669
31	Hétel Santos	DEX/MMA	hetel.santos@mma.gov.br	(61) 3317 1841
32	Hulda Rocha e Silva	INCRA - MA	hulda.silva@sls.incra.gov.br	(98) 3245 9394 (98) 8831 4111
33	Ianelli Loureiro	CONAB	ianelli.loureiro@conab.gov.br	(61) 3312 6262 (61) 8103 0318
34	Ilka Correia	MDA - SAF	ilka.correia@consultor.mda.gov.br	(61) 2020 0983
35	Ivon Helber B. Azevedo	SEMA – Apicum-acu		(98) 8402 6338
36	Jadson M. Lago	SEDAGRO (MA)	jadson.mlago@gmail.com	(98) 8125 8583
37	Janete Glauce A. Ramos	CODETER	janeteglauce@hotmail.com	(98) 8807 4126
38	Jaubas de Freitas Alencar	Banco do Nordeste	jaubas@bnb.gov.br	(98) 3218 9689 (98) 8802 0308
39	João Carlos Barbosa	FUNAI	barbosacbj@hotmail.com	(98) 8135 5155
40	João Emilio Lemos Pinheiro	EMATER (PI)	j_pinheiro@uol.com.br	(86) 9986 6744
41	João Paulo Morita	Consultor babaçu	joao.morita@consultor.mda.gov.br	(61) 2020 0984
42	Jose Altamires Farias Caldas	Séc. de Agricultura (MA)	Eduardo.altamires@hotmail.com	(98) 3353 1319 (98) 8423 1298
43	José Batista	MDA - SAF	jose.batista@mda.gov.br	(61) 2020 0983
44	José Erisvaldo da Silva Figueiredo	Fundação Mussambê	mussambe@mussambe.org.br erisvaldomussambe@gmail.com	(88) 3571 6018 (88) 9933 1628
45	José Frazão	Embrapa Meio Norte	jmfrazao52@gmail.com	(98) 3878 1353
46	Jorge Cunha	Representante do Sec. Ind. e Comércio - MA		
47	Jose Noleto Oliveira	SEBRAE	inoletto@ma.sebrae.com.br	(98) 3471 0541

48	José Rodrigues S. Filho	Ass. Técnico		
49	José Rubens Dutra Mota	Banco do Nordeste	jrubensdm@bnb.gov.br Secretária angelatrajano@bnb.gov.br	(85) 3299 3440 (85) 8724 0098
50	Jose Tadeu Santos Oliveira	EMATER-PI	oliveiratadeu@yahoo.com.br	(86) 3216 3864 (86) 9988 0021
51	José Vicente de Souza Filho	COOPALJ	zefilhocopalj@hotmail.com isidioss@hotmail.com	(99) 3643 1463 (99) 8402 8214
52	Joselito de J. Araujo			(98) 8816 5445
53	Josemar Sousa Lima	IICA	josemarsousalima.lima@ymail.com	(98) 8608 8067
54	Júlio Pinho	DEX/MMA	julio.pinho@mma.gov.br	(61) 3317 1011
55	Lea Lagares	SEBRAE - Nacional	lea@sebrae.com.br	(61) 3348 7299
56	Leida Souza	SEDAGRO - MA	leida.ss@hotmail.com	(98) 9606 8011
57	Leidyenne N. Araujo	CONAB (MA)	Leidyenne.araujo@conab.gov.br	(98) 8829 5632 (98) 2109 1339
58	Lucélia Neves Santos	Estudante UFT (TO)	lucelianeveessantos@yahoo.com.br	(99) 9129 6559
59	Luciene Dias Figueiredo	MIQCB - MA	consultoria@miqcb.org.br	(98) 3268 3357
60	Luis Carrazza	ISPN	luis@ispn.org.br	(61) 3327 8085
61	Manoel Rodrigues de Sousa	ASSEMA	gentedefibra@assema.org.br	(99) 3642 2061 (99) 3642 2152
62	Marco Antonio Leime	Tobasa - Superintendente	tobasa@tobasa.com.br	(63) 3471 6600
63	Maria Aparecida Morcef Bouzada	APA-TO Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins	apatobico@uol.com.br apa-to@uol.com.br pindova@hotmail.com	(63) 3456 1407 (63) 3216 1899 (63) 9204 4766
64	Maria da Silva Ferreira	MIQCB - MA		(99) 3645 1043
65	Maria Dalva de Souza Silva	RESEX Ciriaco	euvaldomel@hotmail.com	(99) 3535 0079 (99) 3525 3305
66	Maria de Jesus B. Santos	COAPIMA	coapima_imp@yahoo.com.br	(99) 3525 2842
67	Maria de Jesus Bringelo	MIQCB (MA)	assessoria@miqcb.org.br	(99) 9129 0069
68	Maria Denise de Leal	CENTRU	direito.avesso@yahoo.com.br centru@jupiter.com.br	(99) 3526 4944 (99) 8815 2410
69	Maria do Socorro Teixeira Lima	MIQCB - TO	regionaltocantins@miqcb.org.br sanremonteiro@hotmail.com	(63) 3447 1294
70	Maria Domingas Marques Pinto	Clube de Mães Utapecuru Mirim	mdomingaspinto@bol.com.br	(98) 8807 0734 (98) 8169-2403
71	Maria Luiza Mendes da Silva Custódio	MIQCB - PI	regionalpiaui@miqcb.org.br luizasonho@bol.com.br	(86) 3383 1386 (86) 9989 9551
72	Maria Querubina da Silva Neta	MIQCB - ITZ	regionalimperatriz@miqcb.org.br	(99) 3526 1904

			abraseijos@hotmail.com	(99) 3528 5020
73	Mariana Rodrigues dos Santos	MDA – DFDA (MA)	mariana.rodrigues@mda.gov.br	(98) 3245 3685
74	Marlene Campos Pinto	ICMBio – SL RESEX Quilombo do Flexal	akarinasoares@hotmail.com	(98) 3231 3010 (98) 3231 3070
75	Myla Jaber	SEBRAE – TO	mila.jaber@to.sebrae.com.br myla.jaber@to.sebrae.com.br	(63) 3414 6100
76	Paulo da Silva Maciel	SAGRIMA	pmuet@ig.com.br	(98) 3218 9702
77	Raimunda Nonata Nunes	ASMUBIP	nonatanunes2009@hotmail.com	(63) 3447 1147 (63) 3447 1110 (63) 3447 1122
78	Raimunda Nonato Nunes Rodrigues	ASMUBIP	Nonatanunes2009@hotmail.com	
79	Raimundo Nonato Costa Rodrigues	INCRA (MA)	ates@sls.incra.gov.br	(98) 3244 7956
80	Raimundo Nonato Pires de Sá	RESEX Extremo Norte	bananamnlm@hotmail.com euvaldomel@hotmail.com	(63) 9991 8615 (99) 3525 3305
81	Reinaldo Sales Alves	SEIR	igualdaderacialm@yahoo.com.br	(98) 2108 9124
82	Rejane Tavares	GTZ	rejane.tavares@gtz.de	(86) 9953 6888
83	Roberta Marins de Sá	Secretária Executiva PNPSB	roberta.sa@mda.gov.br	(61) 2020 0984
84	Rodrigo Noletto	Consultor castanha	rodrigo.noletto@consultor.mda.gov.br	(61) 2020 0984
85	Rômulo Carvalho Machado	CEPES	romulocepes@gmail.com	(86) 9937 1909
86	Rosa Maria de Melo Lima	GTZ	rosa.lima@gtz.de	(86) 9953 6869
87	Rosilda Cardoso da Silva	CNS	cnsto2009@hotmail.com	(63) 3447 1143
88	Sandra Maria Aguiar	CODETER	saguiarlopes@yahoo.com.br	(98) 8883 5828
89	Silvia Helena Bezerra Barbosa	COOSERT	coosert@yahoo.com.br	(98) 3221 1401
90	Simone Conte	Natura	simoneconte@natura.net	(91) 8100 8336
91	Terezinha de Jesus F. da Silva	AQCB – Urbano Santos		(98) 8819 0838
92	Terezinha Nogueira	Clube das Mães de Itapecuru Mirim	<u>NÃO TEM</u>	(98) 8716 8572
93	Valdener Pereira Miranda	ASSEMA	gentedefibra@assema.org.br	(99) 3642 2061 (99) 3642 2152
94	Valdomiro Aurélio Barbosa de Souza	Embrapa Meio Norte	valdo@cpomn.embrapa.br	(86) 3889 9151 (86) 3233 1087 (86) 9432 6889
95	Washington Rio Branco	Sec. de Meio Ambiente - MA		(98) 8171 0698 (98) 8812 7208
96	Wellington Fernandes	INCRA (SEDE)	welington.fernandes@incra.gov.br	(61) 3411 7200
97	Welton Moreira Borges	MDA – DFDA (TO)	Welton.borges@mda.gov.br	(63) 3219 5217
98	Yuri Teixeira Amaral	ICMBio - Resex Ciriaco	yuri.amaral@icmbio.gov.br	(99) 3225 3305

PLANO DE AÇÃO PARA PROMOÇÃO DA CADEIA DO BABAÇU

O Plano de Ação para a Cadeia do Babaçu consiste em:

- Pontos focais para a cadeia do babaçu nos Estados
- Lista de municípios prioritários para a cadeia do babaçu
- Gargalos, gestores e atividades pactuadas para promoção da cadeia do babaçu
- Contribuições da Rede de Serviços
- Estrutura de gestão

Pontos Focais para a Cadeia do Babaçu

Para obter as indicações dos Estados, foram enviados em Julho/2009, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, ofícios circulares para os governadores dos Estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Ceará. Este último foi devido a uma demanda do próprio Estado para a Coordenação do Plano Nacional da Sociobiodiversidade.

Os ofícios foram enviados para:

- José Wellington Barroso Araújo Dias
Governador do Estado do Piauí
Palácio de Karmak – Av. Antonio Freire, 1450, Centro
CEP 64001-040 – Teresina (PI)
- Roseana Sarney
Governadora do Estado do Maranhão
Palácio dos Leões – Av. Dom Pedro Segundo, s/n, Centro
CEP 65010-904 – São Luis (MA)
- Marcelo de Carvalho Miranda
Governador do Estado do Tocantins
Palácio do Araguaia – Praça dos Girassóis, Marco Central
CEP 77001-900 – Palmas (TO)
- Cid Ferreira Gomes
Governador do Estado do Ceará
Palácio Iracema – Centro Administrativo Barbara Alencar
Av. Dr. José Martins Rodrigues, 150 – CEP 60811-520 Fortaleza (CE)

A minuta do ofício circular enviado para os governadores, e as respectivas respostas com a indicação dos representantes estão em anexo.

Os pontos focais para a cadeia do babaçu nos Estados prioritários são:

UF	Nome	Cargo	Endereço / Contato	Telefone / E-mail
MA	Conceição Maria de Carvalho Andrade	Secretária de Estado de Desenvolvimento Agrário	Contato: Leida Souza Palácio Henrique de La Rocque, 2º andar Av. Jerônimo de Albuquerque, s/n Bairro Calhau – São Luis (MA)	Tel.: (98) 9606-8011 E-mail: leida.ss@hotmail.com
TO	Roberto Jorge Sahium	Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Contato: Francisca Marta B. dos Santos matinhabs@yahoo.com.br Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, Marco Central Palmas (TO)	Tel.: (63) 3218-2151 E-mail: gabinete@seagro.to.gov.br
PI	Francisco Guedes Alcoforado Filho	Diretor Geral da EMATER	Contato: Francisco Guedes A Filho Rua João Cabral, 2.319 Bairro Pirajá – Teresina (PI)	Tel.: (86) 3216-3858 / 3869 E-mail: emater@emater.pi.gov.br
CE	Camilo Sobreira de Santana	Secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário	Contato: Itamar Marques E-mail: itamarmarques@sda.ce.gov.br Av. Bezerra de Menezes, 1.820 Bairro São Gerardo – Fortaleza (CE)	Tel: (85) 3101-8129

Municípios Prioritários para a Cadeia do Babaçu

Foram definidos como municípios prioritários para as ações do Plano Nacional, aqueles que além de incidir o babaçu, tivessem citação nas fontes do IBGE de produção³ de amêndoa e estivessem inseridos na área de interseção dos municípios que fazem parte dos Territórios da Cidadania (TC) do Ministério de Desenvolvimento Agrário, contemplassem a ocorrência de alguma área de Unidades de Conservação de uso sustentável (UC's) e estivessem na lista da Operação Arco Verde⁴.

³ A produção média de um município foi considerada aquela > 20 t até 100 t de amêndoa; alta a produção > 100 t a 250 t; e muito alta, aquela > que 250 t segundo os dados do IBGE de 2007 referentes a produção extrativista não-madeireira.

⁴ Coordenada pela Casa Civil e que conta com a participação de 13 ministérios, entre eles: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), tem como objetivo oferecer alternativas de produção sustentável aos municípios que mais desmataram na Amazônia Legal entre 2007 e 2008.

Posteriormente, considerou-se também, mesmo com a produção baixa, ou sem indicação de produção pelo IBGE, aqueles municípios que coincidiam com os territórios das 10 cadeias da sociobiodiversidade priorizadas pelo Ministério do Meio Ambiente, no caso do babaçu, a região do Bico do Papagaio envolvendo os estados do Pará, Tocantins e Maranhão.

Com base nisso, foi levantado por meio dos dados do IBGE (2009) referente à produção extrativista não-madeireira do ano de 2007, os estados produtores de amêndoa de babaçu, com seus respectivos municípios e quantidade produzida para se elaborar uma lista dos municípios selecionados em relação ao critério de produção de amêndoa e que também atendessem aos demais critérios de seleção anteriormente citados, conforme ilustra os quadros 1, 2, 3 e 4, apresentados abaixo.

Por fim, a Coordenação do Plano se reuniu com os governos dos estados selecionados produtores de amêndoa de babaçu, para que junto com estes, validassem a lista dos municípios eleitos prioritários referentes a cada estado, ou então alterá-los sob jus de outros critérios. Os municípios prioritários para a cadeia do babaçu, em um total de 158, estão apresentados nos quadros abaixo.

MUNICÍPIOS PRIORIZADOS BABAÇU			
UF	Município	Produção	Crítérios (UC, TC, Cadeias, AV)
CE (02)	Barbalha	Média	TC Arari e UC F.N. Araripe-Apodi
	Crato	Alta	TC Arari e UC F.N. Araripe-Apodi

Quadro 1 – Municípios priorizados no estado do Ceará para as ações do Plano.

MUNICÍPIOS PRIORIZADOS BABAÇU			
UF	Município	Produção	Crítérios (UC, TC, Cadeias, AV)
PI (35)	Barras	Muito Alta	TC Cocais
	Esperantina	Muito Alta	TC Cocais
	Luzilândia	Muito Alta	TC Cocais
	Miguel Alves	Muito Alta	TC Entre Rios
	União	Muito Alta	TC Entre Rios
	Altos	Alta	TC Entre Rios e UC F.N de Palmares
	Batalha	Alta	TC Cocais
	Campo Largo do Piauí	Alta	TC Cocais
	Lagoa Alegre	Alta	TC Entre Rios
	Matias Olímpio	Alta	TC Cocais
	Nossa Senhora dos Remédios	Alta	TC Cocais
	Porto	Alta	TC Cocais
	São João do Arraial	Alta	TC Cocais
	Teresina	Alta	TC Entre Rios
	Curralinhos	Média	TC Entre Rios
	Demerval Lobão	Média	TC Entre Rios
	Cabeceiras do Piauí	Média	TC Carnaubais
	Pau D'arco do Piauí	Média	TC Entre Rios
	Joca Marques	Média	TC Cocais
	José de Freitas	Média	TC Entre Rios
	Monsenhor Gil	Média	TC Entre Rios
	Morro do Chapéu do Piauí	Média	TC Cocais

	Palmeirais	Média	TC Entre Rios
	São Pedro do Piauí	Média	TC Entre Rios
	Uruçuí	Sem citação do IBGE	Território do Alto Parnaíba (MDA)
	Antônio Almeida	Sem citação do IBGE	Território do Alto Parnaíba (MDA)
	Landri Sales	Sem citação do IBGE	Território do Alto Parnaíba (MDA)
	Marcos Parente	Sem citação do IBGE	Território do Alto Parnaíba (MDA)
	Ribeiro Gonçalves	Sem citação do IBGE	Território do Alto Parnaíba (MDA)
	Sebastião Leal	Sem citação do IBGE	Território do Alto Parnaíba (MDA)
	Porto Alegre do Piauí	Sem citação do IBGE	Território do Alto Parnaíba (MDA)
	Barra d'Alcântara	Sem citação do IBGE	Território do Vale do Sambito (MDA)
	Francinópolis	Sem citação do IBGE	Território do Vale do Sambito (MDA)
	Novo Oriente do Piauí	Sem citação do IBGE	Território do Vale do Sambito (MDA)
	Várzea Grande	Sem citação do IBGE	Território do Vale do Sambito (MDA)

Quadro 2 – Municípios priorizados no estado do Piauí para as ações do Plano.

MUNICÍPIOS PRIORIZADOS BABAÇU			
UF	Município	Produção	Crítérios (UC, TC, Cadeias, AV)
TO (30)	Tocantinópolis	Muito Alta	TC Bico do Papagaio e Cadeia da Sociobiodiversidade
	Nazaré	Alta produção	TC Bico do Papagaio
	Araguatins	Baixa	TC Bico do Papagaio e Cadeia da Sociobiodiversidade
	Augustinópolis	Baixa	TC Bico do Papagaio e Cadeia da Sociobiodiversidade
	Buriti do Tocantins	Baixa	TC Bico do Papagaio e Cadeia da Sociobiodiversidade
	Itaguatins	Baixa	TC Bico do Papagaio e Cadeia da Sociobiodiversidade
	São Bento do Tocantins	Baixa	TC Bico do Papagaio e Cadeia da Sociobiodiversidade
	Axixá do Tocantins	Sem citação do IBGE	TC Bico do Papagaio e Cadeia da Sociobiodiversidade
	Carrasco Bonito	Sem citação do IBGE	TC Bico do Papagaio, UC RESEX Extremo Norte do Tocantins e Cadeia da Sociobiodiversidade
	Esperantina	Sem citação do IBGE	TC Bico do Papagaio e Cadeia da Sociobiodiversidade
	Maurilândia do Tocantins	Sem citação do IBGE	TC Bico do Papagaio e Cadeia da Sociobiodiversidade
	Praia Norte	Sem citação do IBGE	TC Bico do Papagaio e Cadeia da Sociobiodiversidade
	Sampaio	Sem citação do IBGE	TC Bico do Papagaio, UC RESEX Extremo Norte do Tocantins e Cadeia da Sociobiodiversidade
	São Miguel Tocantins	Sem citação do IBGE	TC Bico do Papagaio e Cadeia da Sociobiodiversidade
	São Sebastião do Tocantins	Sem citação do IBGE	TC Bico do Papagaio e Cadeia da Sociobiodiversidade
	Sítio Novo do Tocantins	Sem citação do IBGE	TC Bico do Papagaio e Cadeia da Sociobiodiversidade
	Aguiarnópolis	Sem citação do IBGE	TC Bico do Papagaio e Cadeia da Sociobiodiversidade
	Ananás	Sem citação do IBGE	TC Bico do Papagaio e Cadeia da Sociobiodiversidade
	Angico	Sem citação do IBGE	TC Bico do Papagaio e Cadeia da Sociobiodiversidade
	Araguatins	Sem citação do IBGE	TC Bico do Papagaio e Cadeia da Sociobiodiversidade
	Darcinópolis	Sem citação do IBGE	TC Bico do Papagaio e Cadeia da Sociobiodiversidade
	Luzinópolis	Sem citação do IBGE	TC Bico do Papagaio e Cadeia da Sociobiodiversidade
	Palmeiras do Tocantins	Sem citação do IBGE	TC Bico do Papagaio e Cadeia da Sociobiodiversidade
	Cachoeirinha	Sem citação do IBGE	TC Bico do Papagaio e Cadeia da Sociobiodiversidade
	Chapada da Natividade	Sem citação do IBGE	TC Bico do Papagaio e Cadeia da Sociobiodiversidade
	Nazaré	Sem citação do IBGE	TC Bico do Papagaio e Cadeia da Sociobiodiversidade
	Riachinho	Sem citação do IBGE	TC Bico do Papagaio e Cadeia da Sociobiodiversidade
	Santa Terezinha do Tocantins	Sem citação do IBGE	TC Bico do Papagaio e Cadeia da Sociobiodiversidade
	São Bento do Tocantins	Sem citação do IBGE	TC Bico do Papagaio e Cadeia da Sociobiodiversidade
	Babaçulândia	Sem citação do IBGE	Município com grande incidência, existência de trabalhos e afetada pela UHE Estreito

Quadro 3 – Municípios priorizados no estado do Tocantins para as ações do Plano.

MUNICÍPIOS PRIORIZADOS BABAÇU			
UF	Município	Produção	Crítérios (UC, TC, Cadeias, AV)
MA (91)	Afonso Cunha	Alta	TC Cocais
	Alcântara	Sem citação no IBGE	TC Baixada Ocidental
	Amarante do Maranhão	Média	Cadeias da Sociobiodiversidade
	Anajatuba	Média	TC Vale do Itapecuru

Anapurus	Alta	TC Baixo Parnaíba
Araguanã	Muito Alta	TC Alto Turuí e Gurupi
Arari	Alta	TC Campos e Lagos
Bacabal	Muito Alta	GT-MA
Bacabeira	Média	TC Lençóis Maranhenses e Munim
Bacurituba	Média	TC Alto Turuí e Gurupi
Bequimão	Média	TC Alto Turuí e Gurupi
Bom Lugar	Muito Alta	GT-MA
Brejo	Muito Alta	TC Baixo Parnaíba
Buriti	Muito Alta	TC Baixo Parnaíba
Buriti Bravo	Muito Alta	TC Cocais
Buritirana	Sem citação do IBGE	Cadeias da Sociobiodiversidade
Cantanhede	Média	TC Vale do Itapecuru
Capinzal do Norte	Muito Alta	TC Médio Mearim
Caxias	Muito Alta	TC Cocais
Central do Maranhão	Baixa	TC Baixada Ocidental
Chapadinha	Baixa	TC Baixo Parnaíba e UC RESEX Chapada Limpa
Cidelândia	Sem citação do IBGE	RESEX Ciriaco
Codó	Muito Alta	TC Cocais
Coelho Neto	Muito Alta	TC Cocais
Coroatá	Muito Alta	TC Cocais
Davinópolis	Sem citação do IBGE	Cadeias da Sociobiodiversidade
Dom Pedro	Alta	GT-MA
Duque Bacelar	Alta	TC Cocais
Esperantinópolis	Muito Alta	TC Médio Mearim
Fortuna	Muito Alta	TC Cocais
Gonçalves Dias	Alta	GT-MA
Governador Newton Belo	Muito Alta	TC Alto Turuí e Gurupi
Igarapé Grande	Muito Alta	GT-MA
Imperatriz	Sem citação do IBGE	Cadeias da Sociobiodiversidade
Itapecuru Mirim	Muito Alta	TC Vale do Itapecuru
João Lisboa	Sem citação do IBGE	Cadeias da Sociobiodiversidade
Lago da Pedra	Muito Alta	TC Médio Mearim
Lago do Junco	Muito Alta	TC Médio Mearim
Lago dos Rodrigues	Muito Alta	TC Médio Mearim
Lagoa do Mato	Média	TC Cocais
Lima Campos	Muito Alta	TC Médio Mearim
Mata Roma	Muito Alta	TC Baixo Parnaíba
Matinha	Alta	TC Campos e Lagos
Matões	Muito Alta	TC Campos e Lagos
Matões do Norte	Média	TC Vale do Itapecuru
Milagres do Maranhão	Alta	TC Baixo Parnaíba
Miranda do Norte	Média	TC Vale do Itapecuru
Mirinzal	Baixa	TC Alto Turuí e Gurupi e UC RESEX Quilombo do Frexal
Montes Altos	Sem citação do IBGE	Cadeias da Sociobiodiversidade
Nina Rodrigues	Muito Alta	TC Vale do Itapecuru
Olinda Nova do Maranhão	Alta	TC Campos e Lagos
Palmeirândia	Muito Alta	TC Campos e Lagos
Parnarama	Muito Alta	TC Cocais
Paulo Ramos	Muito Alta	GT-MA
Pedreiras	Muito Alta	TC Médio Mearim
Pedro do Rosário	Muito Alta	TC Campos e Lagos
Peri Mirim	Média	TC Alto Turuí e Gurupi
Peritoró	Muito Alta	GT-MA
Pinheiro	Muito Alta	TC Alto Turuí e Gurupi
Pio XII	Muito Alta	GT-MA
Pirapemas	Muito Alta	TC Vale do Itapecuru

Poção de Pedra	Sem citação no IBGE	TC Médio Mearim
Presidente Dutra	Alta	GT-MA
Presidente Sarney	Muito Alta	TC Alto Turuí e Gurupi
Presidente Vargas	Muito Alta	TC Vale do Itapecuru
Rosário	Média	TC Lençóis Maranhenses e Munim
Santa Filomena do Maranhão	Baixa	GT-MA
Santa Helena	Média	TC Alto Turuí e Gurupi
Santa Luzia	Muito Alta	GT-MA
Santa Luzia do Paruá	Média	TC Alto Turuí e Gurupi
Santa Quitéria do Maranhão	Muito Alta	TC Baixo Parnaíba
Santo Antonio dos Lopes	Muito Alta	GT-MA
São Benedito do Rio Preto	Muito Alta	TC Baixo Parnaíba
São Bernardo	Média	TC Baixo Parnaíba
São João Batista	Média	TC Campos e Lagos
São João do Soter	Muito Alta	TC Cocais
São Jose dos Basílios	Alta	GT-MA
São Luis Gonzaga do Maranhão	Muito Alta	TC Médio Mearim
São Pedro da água Branca	Média	Cadeias da Sociobiodiversidade
São Raimundo das Mangabeiras	Sem citação no IBGE	Cadeias da Sociobiodiversidade
Senador Alexandre Costa	Muito Alta	TC Cocais
Senador La Rocque,	Sem citação do IBGE	Cadeias da Sociobiodiversidade
Timbiras	Muito Alta	TC Cocais
Timon	Muito Alta	TC Cocais
Trizidela do Vale	Muito Alta	TC Médio Mearim
Urbano Santos	Muito Alta	TC Baixo Parnaíba
Vargem Grande	Muito Alta	TC Vale do Itapecuru
Viana	Muito Alta	TC Campos e Lagos
Vila Nova dos Martírios	Sem citação do IBGE	Cadeias da Sociobiodiversidade
Vitória do Mearim	Muito Alta	TC Campos e Lagos
Zé Doca	Muito Alta	TC Alto Turuí e Gurupi

Quadro 4 – Municípios priorizados no estado do Maranhão para as ações do Plano.

Gargalos, Gestores e Atividades Pactuadas para Promoção da Cadeia do Babaçu

Gargalo 1 - Deficiência nos Serviços de Apoio (ATER, fomento e crédito)

Ações	Atividades Identificadas	Resp.	Parceiros	Parceiros sugeridos
1.1 Criar uma Rede de Serviços para a cadeia do coco babaçu identificando atores e definindo prioridades	<ul style="list-style-type: none"> - identificar os pontos a serem trabalhados na Cadeia de Valor do Babaçu pela Rede de Serviços; - aperfeiçoar o ambiente no Portal da Sociobiodiversidade para estimular a comunicação. 	MDA	MDA EMATER'S ONG'S	<ul style="list-style-type: none"> - Órgãos oficiais de assistência técnica e extensão rural; - INCRA; - CONDRAF/Comitê de ATER; - ONG's que já fazem parte da rede de serviços; - MIQCB.
1.2 Capacitar e qualificar as equipes dos serviços de ATER e ATES	<ul style="list-style-type: none"> - planejar capacitações via Rede Temática PMD (Produtos e Mercados Diferenciados). 	MDA	EMBRAPA SENAR SEBRAE MDS	<ul style="list-style-type: none"> - Órgãos oficiais de assistência técnica e extensão rural; - ONG's e movimentos sociais; - INCRA.
1.3 Adequar a infra-estrutura e quadro técnico necessário para o trabalho de ATER	<ul style="list-style-type: none"> - nova lei de ATER em trâmite no Congresso Nacional. 	MDA	MDA Estados	<ul style="list-style-type: none"> - Governo dos Estados; - Prefeituras municipais; - Movimentos sociais (atuando no levantamento do público).
1.4 Promover maior divulgação e discussão das políticas públicas e programas (PGPM, PAA, PNAE, etc) para os empreendimentos da cadeia	<ul style="list-style-type: none"> - reunião de trabalho com representantes do movimento social e outros órgãos do governo para discussão da DAP para populações tradicionais; - produção de material áudio-visual, principalmente rádio (recurso no PCT); - reunião no MDA para traçar uma estratégia de comunicação para o Plano Nacional; - reunião com CONAB para discutir comunicação conjunta. 	Coordenação	MDA MDS MMA CONAB	<ul style="list-style-type: none"> - Rede de Serviços.
1.5 Adequar os serviços de crédito para os produtos do coco babaçu	<ul style="list-style-type: none"> - alteração de texto do Manual de Crédito Rural e do Manual de Política Agrária. 	Coordenação	MDA MMA BB BASA BNB BNDES	<ul style="list-style-type: none"> - Rede bancária oficial (BB, BNB, Banco da Amazônia e BNDES); - Emissores de DAP; - MTE/SENAES; - UNICAFES Nacional.

Gargalo 2 – Baixa Capacidade Organizativa da Cadeia

Ações	Atividades Identificadas	Resp.	Parceiros	Parceiros sugeridos
2.1 Elaborar e implementar plano de fortalecimento e melhoria da gestão das organizações produtivas da cadeia	<ul style="list-style-type: none"> - articulação com o SEBRAE, que está verificando junto às unidades estaduais a viabilidade de atuar no desenvolvimento de competências gerenciais para os grupos em estágio mais avançado de organização; - articulação com a Cáritas Nacional, que se propôs a atuar junto aos grupos mais isolados e com menor grau de organização. Inicialmente foi negociada a atuação nos estados do MA, PA, CE e AM. Num segundo momento, os grupos seriam direcionados ao SEBRAE com a finalidade de aprofundar o desenvolvimento de competências gerenciais; - realização de oficinas com UNIVERSIDADES e INSTITUTOS FEDERAIS buscando o envolvimento das respectivas pró-reitorias de extensão, que estão mobilizados para atuar nos estados que aderiram ao Compromisso Nacional para o Desenvolvimento Social agregando esforços para a promoção de ações de inclusão sócio produtiva. Será realizada a descentralização de recursos para custear os projetos das referidas instituições de ensino. 	MDS	MDA, MMA, MDS, MTE, SEBRAE	<ul style="list-style-type: none"> - SEBRAE; - UNICAFES; - SEDAGRO-MA, SETRES-MA, SECOM-MA, Secretaria de Estado da Mulher – MA; - FETAG's; - MIQCB.
2.2 Promover o acesso a documentação básica (RG, CPF, DAP)	- verificar disponibilidade de redistribuição da ação.	MDS	MDA, MDS, MMA- <u>ICMBio</u>	<ul style="list-style-type: none"> - INCRA; - MDA; - MIQCB,, - FETAG's; - STTR's. - Sistema EMATER; - Secretarias Estaduais de Direitos Humanos; - PPIGRE/MDA. - Secretarias Estaduais de Segurança Pública, - Secretaria de Estado da Mulher (MA).
2.3 Criar e animar mesas de diálogos entre os atores da cadeia produtiva	- verificar possibilidade de redistribuição da ação.	Coordenação	MDA, MDS, MMA	<ul style="list-style-type: none"> - SEDAGRO (MA); - Sec. Trabalho – SETAS – TO; DFDA/MDA; - MIQCB; - UNICAFES; - FETAGs;

				- SDA – Ceará.
2.4 Fomentar a criação e regularização de associações, cooperativas e centrais.	<ul style="list-style-type: none"> - articulação com o SEBRAE, que fará articulação junto às unidades estaduais com a perspectiva de verificar a viabilidade de atuar no desenvolvimento de competências gerenciais para os grupos em estágio mais avançado de organização; - articulação com a Cáritas Nacional, que se propôs a atuar junto aos grupos mais isolados e com menor grau de organização. Inicialmente foi negociada a atuação nos estados do MA, PA, CE e AM. Num segundo momento, os grupos seriam direcionados ao SEBRAE com a finalidade de aprofundar o desenvolvimento de competências gerenciais; - realização de oficinas com UNIVERSIDADES e INSTITUTOS FEDERAIS buscando o envolvimento das respectivas pró-reitorias de extensão, que estão mobilizados para atuar nos estados que aderiram ao Compromisso Nacional para o Desenvolvimento Social agregando esforços para a promoção de ações de inclusão sócio produtiva. Será realizada a descentralização de recursos para custear os projetos das referidas instituições de ensino. 	MDS	MMA, MDS, MTE, SEBRAE	<ul style="list-style-type: none"> - Incubadoras de empresas das Universidades; - SEBRAE; - SEDAGRO-MA; - UNICAFES; - MTE; - SENAR-PA.

Gargalo 3 – Baixa Eficiência do Modo de Produção

Ações	Atividades Identificadas	Resp.	Parceiros	Parceiros sugeridos
3.1 Definir modelos tecnológicos de quebra de coco acordados com as quebradeiras de coco babaçu	<ul style="list-style-type: none"> - realizar seminário sobre tecnologias de processamento do coco babaçu; - constituir um Grupo de Trabalho, anterior ao seminário, para discussões sobre as tecnologias existentes; - promover visitas desse Grupo de Trabalho a locais com experiências de processamento do coco babaçu, antes e depois do seminário; - identificar os motivos para a não utilização do coco inteiro, elaborar, definir e promover uma campanha de aproveitamento do coco babaçu de forma integral e de consumo de seus produtos; - definir critérios, segundo MAPA e ANVISA para os produtos do coco babaçu para a divulgação desses critérios e a promoção de capacitações. 	MMA	MMA e MDA, EMBRAPA, MCT-CNPq	<ul style="list-style-type: none"> - MIQCB; - EMBRAPA Meio Norte; - MCT, MTE, MS; - BNB; - MMA/DEX; - Fundação Banco do Brasil; - BNB; - GTZ; - Empresas; - SEBRAE; - Governos dos Estados; - INCRA; - Organizações Não Governamentais.
3.2 Promover fomento e crédito para a implantação de agroindústrias de base familiar para o aproveitamento integral do coco babaçu	<ul style="list-style-type: none"> - discutir com a Rede de Serviços a assessoria ao público alvo para a elaboração e implantação de projetos com viabilidade sócio-econômica e ambiental; - discutir com a Rede de Serviços crédito e fomento a projetos; - definir no MMA agenda e estratégias de fomento. 	MMA	MDA, MMA, Fundação Banco do Brasil, PETROBRÁS	<ul style="list-style-type: none"> - INCRA – Terra Sol; - MMA - DEX; - MDA; - MDS; - MDA/SDT; - MCT; - BNB; BNDES, BASA - PETROBRAS; - ISPN/PPP-ECOS, Fundação Banco do Brasil, APA-TO - SISTEMA EMATER; - MIQCB; - SAGRIMA (MA).

Gargalo 4 – Acesso a Mercados

Ações	Atividade Identificada	Resp.	Parceiros	Parceiros sugeridos
4.1 - Criar um sistema integrado de informação de oferta e demanda de produtos do coco babaçu	- inserir no Portal da Sociobiodiversidade informações de mercado e custos.	Coordenação	CONAB, IBGE	- CONAB; - MIQCB; - ASSEMA; - CCAMA; - SEBRAE; - EMBRAPA/SISPAF; - Empresas.
4.2 - Definir padrões de classificação e coeficientes técnicos para produtos do coco babaçu.	- iniciar junto ao MAPA o processo de elaboração da norma de padrão do mesocarpo do coco babaçu, de acordo com a Portaria MAPA no. 381.	CONAB	MAPA, ANVISA	- EMBRAPA; - CONAB; - MIQCB; - MAPA; - ISPN; - Institutos e Universidades.
4.3 - Promover maior acesso às políticas públicas e programas de apoio a comercialização (PGPM, PAA, PRONAF, Nota Fiscal do Produtor)	- dar continuidade a capacitação e divulgação do PAA e PGPMBio junto aos agricultores familiares e extrativistas; - dar continuidade ao Plano de Implantação das Políticas Operacionalizadas pela CONAB (PAA e PGPMBio) nas UC's de Uso Sustentável para capacitação de gestores e lideranças em parceria com o ICMBio; - realizar capacitações / oficinas sobre PAA Net e divulgar informações sobre PGPMBio nas 6 regionais do MIQCB.	Coordenação	MAPA-CONAB, MDA, Bancos Públicos	- INCRA; - MDA; - Órgãos Emissores de DAP; - Secretarias de Fazenda dos Estados; - CONAB; - SEBRAE; - REDE SERVIÇOS.
4.4 - Elaborar planos de negócios para os produtos do babaçu (mesocarpo, carvão, óleo)	- estabelecer agenda com parceiros para montar estratégia nacional.	CONAB	MDA, MMA	- SEBRAE; - CONAB; - UNICAFES; - REDE DE SERVIÇOS; - MDA/SDT/DCOOP.
4.5 - Ampliar o acesso a mercados (institucionais, convencional e mercado justo)	- dar continuidade a capacitação e divulgação do PAA e PGPMBio junto aos agricultores familiares e extrativistas; - dar continuidade ao Plano de Implantação das Políticas Operacionalizadas pela CONAB (PAA e PGPMBio) nas UC's de Uso Sustentável para capacitação de gestores e lideranças em parceria com o ICMBio; - realizar capacitações / oficinas sobre PAA Net e divulgar informações sobre PGPMBio nas 6 regionais do MIQCB; - ampliar atendimento do PAA para os produtos do babaçu.	CONAB	MDA, MDS, MEC-SECAD, MAPA-CONAB	- SEBRAE; - MIQCB; - SINDIOLEO; - ISPN; - UNICAFES; - CONAB; - Central do Cerrado; - MDA/SDT/DCOOP.

Gargalo 5 – Acesso aos Babaçuais e Vulnerabilidade dos Estoques Naturais

Ações	Atividades Identificadas	Resp.	Parceiros	Parceiros sugeridos
5.1 Criar e regulamentar unidades de conservação de uso sustentável e projetos de assentamento (de preferência agroextrativistas)	<ul style="list-style-type: none"> - agenda coordenada pela DEX/MMA para a priorização da criação e regulamentação das RESEX em andamento; - reunião com o INCRA para conhecer o “estado da arte” e definir estratégias para a criação de assentamentos agroextrativistas de uso sustentável e divulgação da existência destas modalidades; - reunião com ICMBio para estimular a criação de APA’s; - organização de um fórum de discussão sobre questão fundiária e uso do babaçu. 	MMA	MDA-INCRA, MMA-ICMBio	<ul style="list-style-type: none"> - OEMA’s (MA, TO, PI e CE); - INCRA; - ICMBio.
5.2 Acelerar a regularização fundiária nos territórios ocupados por povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares	<ul style="list-style-type: none"> - reunião no MMA sobre os processos de regularização fundiária; - reunião com SRA/MDA sobre regularização fundiária das terras quilombolas. 	Coordenação	MMA, MDA, FUNAI	<ul style="list-style-type: none"> - Prog. Terra Legal; - Prog. Crédito Fundiário; - MDA; - Casa Civil; - INCRA; - CNPT – ICMBio; - Institutos Estaduais de Terra.
5.3 Definir e apoiar o desenvolvimento de manejo sustentável para o uso do babaçu.	<ul style="list-style-type: none"> - reunião com EMBRAPA, MAPA (Agroecologia – Plano de Manejo), ASSEMA e MIQCB para levantamento de estudos já existentes sobre o manejo sustentável para o uso do babaçu; - reunião com a Casa Civil sobre a Lei Federal de livre acesso aos babaçuais; - reuniões com as Secretarias de Meio Ambientes dos Estados sobre índices técnicos para análise de processos de manejo de babaçuais; - definir estratégia da DEX/MMA sobre pagamentos de serviços ambientais e fomento a planos de manejo. 	MMA	MMA-DCBIO, ICMBIO	<ul style="list-style-type: none"> - INCRA; - EMBRAPA; - OEMA’s (MA, TO, PI e CE); - ICMBio; - SEBRAE; - Universidades; - Casa Civil.
5.4 Promover ações de educação ambiental e intensificar as medidas de controle do desmatamento e das queimadas em áreas de babaçuais	<ul style="list-style-type: none"> - reuniões com setores responsáveis do MMA para definição de estratégias a serem adotadas. 	MMA	MMA-IBAMA, OEMA’s	<ul style="list-style-type: none"> - IBAMA; - ICMBio; - PREV-FOGO; - OEMA’s; - MEC; - INCRA; - SEDUC; - SEDAGRO (MA); - Universidades; - Casas Família Rural; - Escolas Família Agrícola; - Rede de Serviços; - Empresas.
5.5 Regularizar a produção e o transporte de carvão a partir do coco babaçu	<ul style="list-style-type: none"> - MMA garantir e subsidiar a abordagem do tema nos espaços estaduais. 	MMA	MMA, OEMA’s	<ul style="list-style-type: none"> - OEMA’s; - IBAMA.

Contribuições da Rede de Serviços

Os quadros abaixo mostram as atividades pactuadas no Encontro da Rede de Serviços para o Plano de Ação do Coco Babaçu.

Gargalo 01: Deficiência nos serviços de apoio (ATER, Fomento e Crédito) / MDA

Ação	Instituição
Veicular os spots do MMA (PGPM, PAA etc.) sobre a PNCS nos programas de rádio Prosa Rural e Faça Diferente e Programa da rádio Aldeia	todos
Adequar o corpo técnico para prestar ATER à Cadeia	EMATERCE FUNDAÇÃO MUSSAMBÊ
Capacitação de agentes de ATER nos produtos da Sociobiodiversidades	EMATER – RO RURALTINS, APA - TO
Fomento p/uso sustentável do cerrado (PPP-Ecos)	ISPN
Capacitar os técnicos “Ates” p/ demanda das quebradeiras	Incra
Programa Terra Sol, Agroindustrialização comercialização	Incra
Promover maior divulgação das políticas públicas e programas (PGPM, PAA, PNAE, etc.) para empreendimentos da cadeia do Babaçu	APA-TO

Gargalo 02: Baixa capacidade organizativa da cadeia / MDS

Ação	Instituição
Cursos de gestão (associativismo / cooperativismo), formação de preço, custo de produção, finanças.	SEBRAE / IUCN / Cooperacre / IUCN
Emissão de DAP's	EMATER PARÁ
Inserir-se no preenchimento das DAPs	CNS – MIQCB
Promover a organização dos extrativistas em associações e outras formas associativas	EMATERCE e Fundação Mussambê
Capacitação para obter DAP e acessar PBs.	ASSEMA e COPAESP
Elaboração de Diagnósticos das Organizações das quebradeiras de coco do Babaçu	EMATER-PI
Promover acesso à documentação básica (RG / CPF e DAP)	EMATER -PI
Fomentar a criação e regularização de associações, cooperativas e centrais	APA - TO
Criar e animar mesas de diálogos entre atores da cadeia produtiva do Babaçu	APA - TO
Elaborar e implementar plano de fortalecimento e gestão das organizações da cadeia do Babaçu	APA - TO
Capacitação em organização social e produtiva	ECODATA

Gargalo 03: Baixa eficiência do modo de produção / MMA

Ação	Instituição
Capacitação para adoção de boas práticas de manejo e produção	CNS
Definir modelos tecnológicos de quebra de coco com as quebradeiras para aproveitamento integral do coco de babaçu	EMATERCE, F. Mussambê ASSEMA, EMATER-PI, EMBRAPA MA, PI, CE
Capacitação em agroextrativismo	ECODATA
Manual de boas práticas de produção do Babaçu	ISPN

Gargalo 04: Acesso aos mercados / CONAB

Ação	Instituição
Certificação Orgânica	Cooperacre, SEBRAE, WWF, UICN e Embrapa
Atuar junto ao MDA / MAPA na criação de padrões de classificação	CNS
Promover a comercialização local dos derivados do babaçu	TODOS
Promover a adoção dos derivados do babaçu na Alimentação Escolar local	TODOS
Inserir os derivados nas redes de comercialização solidária	TODOS
Desenvolvimento de redes de comercialização	ECODATA
Programa Terra Sol, feiras promocionais e de produtores	Incra
Rede de comercialização	ISPN/Central do Cerrado
Base de serviços de comercialização	Unicafes

Gargalo 05: Acesso aos babaçuais e vulnerabilidade dos estoques naturais / MMA

Ação	Instituição
Definição de índices / coeficientes técnicos	Embrapa
Fazer campanha pela sanção da Lei do Babaçu Livre	TODOS
Promover ações da educação ambiental e intensificar as medidas de controle dos desmatamentos e queimadas dos Babaçuais.	APA - TO

Estrutura de Gestão da Cadeia do Babaçu

Atualmente a estrutura de gestão, no âmbito do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade é a seguinte:

Nível Macro:

Coordenação

Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

Secretaria de Agricultura Familiar - SAF

Diretoria de Geração de Renda e Agregação de Valor – DGRAV

Arnoldo Campos – Diretor

José Ademar Batista - Coordenador

Divani de Souza – Técnica Responsável pelas ações no MDA

Ministério do Meio Ambiente

Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável

Diretoria de Extrativismo

Cláudia Maria Calório- Diretora

Julio César Gomes Pinho - Coordenador

Hetel Leepkaln Santos – Técnica Responsável pelas ações no MMA

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias (SAIP)

Diretoria de Articulação Governamental (DAG)

Marcus Vinícius Villarim – Diretor

Gustavo de Assis – Técnico Responsável pelas ações MDS

Companhia Nacional do Abastecimento (CONAB)

Diretoria de Política Agrícola e Informações (DIPAI)

Silvio Isipo Porto - Diretor

Rogério Neuwald - Assessor da DIPAI

Ianelli Loureiro – Técnica responsável pelas ações CONAB

No workshop do babaçu discutiu-se a estruturação da Câmara Setorial da Cadeia do Babaçu. A proposta finalizada do workshop está em discussão em nível de Coordenação Geral do Plano Nacional da Sociobiodiversidade. A estrutura em discussão é:

Abrangência: Nacional

Caráter: Consultivo e Multissetorial

Atribuições:

- I - Formulação, proposição e revisão de atividades do Plano Nacional da Cadeia do Babaçu;
- II - Definição de prioridades na implementação;
- III - Planejamento, acompanhamento e avaliação da execução do Plano Nacional e Estaduais.

Coordenação:

Grupo de Coordenação do Plano Nacional, instituído pela Portaria Interministerial Nº 239, de 21 de julho de 2009.

Proposta de Composição:

I – 10 Representantes titulares e suplentes dos seguintes órgãos e entidades do Governo Federal:

- a) Ministério do Meio Ambiente – MMA;
- b) Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA;
- c) Ministério do Desenvolvimento Social – MDS;
- d) Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT;
- e) Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB;
- f) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
- g) Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA
- h) Ministério do Trabalho e Emprego – MTE
- i) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
- j) Fundação Nacional do Índio - FUNAI

II – 05 Representantes titulares e suplentes dos Governos dos seguintes Estados:

- a) Maranhão – MA
- b) Tocantins – TO
- c) Piauí – PI
- d) Ceará – CE
- e) Pará - PA

III – 01 Representante a área de pesquisa titular e suplente

- a) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA MEIO NORTE

IV – 04 Representantes titulares e suplentes das seguintes associações representando o Setor Empresarial:

- a) Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação - ABIA;
- b) Associação Brasileira de Indústrias de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos – ABIHPEC;
- c) Sindicato das Indústrias de Óleos Vegetais - SINDIÓLEO
- d) Sindicato das Guzerias

V - 06 Representantes titulares e suplentes das seguintes instituições da Rede de Serviços:

- a) Banco da Amazônia - BASA;
- b) Banco do Nordeste - BNB;
- c) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.
- d) Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural - ASBRAER;
- e) Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE;
- f) Banco do Brasil - BB
- g) ONGs - ISPN
- h) União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária - UNICAFES

VI – 05 Representantes titulares e suplentes das cooperativas e associações de Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares indicados pelos Grupos de Trabalhos dos Estados (MA, TO, PA, PI e CE) ou, na ausência dos GTs, indicados pelo Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB).

VII – 07 Representantes titulares e suplentes das seguintes organizações da agricultura Familiar, ambientais e indígenas:

- a) Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB
- b) Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG;
- c) Grupo de Trabalho Amazônico – GTA;
- d) Incluir a entidade nacional para os povos indígenas
- e) Central das Cooperativas Agroextrativistas do Maranhão - CCAMA
- f) Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio - ASMUBIP
- g) Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas do Lago do Junco - COPPALJ

A proposta de estrutura de gestão em nível meso e micro ainda está em discussão. Diferente da cadeia da castanha do Brasil, nos Estados prioritários da cadeia do babaçu as estruturas de gestão ainda não foram criadas. Cada Estado será encorajado pelo Plano Nacional a criar sua própria estrutura de gestão (Câmaras Técnicas, APLs, Grupos de Trabalho) envolvendo todos os elos da cadeia.

No Estado do Maranhão esta discussão já está bastante adiantada e a primeira reunião do GT da Sociobiodiversidade deverá ocorrer nos primeiros meses de 2010, em São Luis.

AVALIAÇÃO GERAL

Até este momento, o trabalho realizado como consultora foi principalmente a organização e acompanhamento de reuniões e organização de eventos do Plano Nacional, incluindo elaboração de pauta e programação, relatoria, preparo de material, redação e edição de relatórios. Nos 06 meses desde a contratação desta consultoria (26 semanas), foram realizados pelo Plano Nacional e contaram com a participação desta consultoria:

- 04 Reuniões bilaterais nos estados prioritários para a cadeia do babaçu;
- Encontro para Constituição da Rede de Serviços;

- Seminários e reuniões durante a Exposustentat, incluindo o seminário com os associados da ABIA;

- Workshop do babaçu;

- 06 reuniões de Coordenação do PNPSB;

- 35 reuniões técnicas, incluindo bilaterais realizadas em Brasília.

O produto apresentado retrata todo o processo de estruturação e validação do Plano de Ação para a Cadeia do Babaçu. As duas cadeias prioritárias (Castanha do Brasil e Babaçu) tiveram seu Plano de Ação validado e estruturado, e conseqüentemente agora as atividades do Plano Nacional devem ter um foco mais voltado para a execução e acompanhamento das atividades previstas nestes Planos de Ação para a promoção destas cadeias e minimização dos gargalos.

Verificando o balanço preliminar realizado pela Secretaria Executiva ao final destes seis meses de consultoria (em anexo), observa-se que os estados prioritários para a cadeia da castanha do Brasil, com exceção do estado de Rondônia, já estruturaram ou estão estruturando suas instâncias de gestão das cadeias da sociobiodiversidade. Para a cadeia do babaçu, é importante focar no estímulo e fomento de formação destas estruturas estaduais. O acompanhamento e priorização de atividades do Plano de Ação será mais sistemático e estruturado uma vez que a Câmara Setorial da Cadeia do Babaçu, discutida no workshop do babaçu e apresentada neste documento, e as instâncias de gestão estaduais estejam instituídas. Com as estruturas de gestão nacional e estaduais operantes, espera-se uma movimentação positiva da cadeia.

Cabe ainda destacar a importância do desenvolvimento da estratégia de gestão do conhecimento para o Plano Nacional da Sociobiodiversidade, que trará efeitos diretos no andamento e acompanhamento do Plano de Ação da Cadeia do Babaçu. As ferramentas de comunicação e formação propiciarão o diálogo qualificado entre os diversos elos da cadeia, em especial aos técnicos que fazem parte da Rede de Serviços.

ANEXOS

Minuta de Ofício Circular para Indicação de Representantes dos Estados



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Gabinete do Ministro

Esplanada dos Ministérios, Bloco A/Ala Norte, CEP 70054-900 - Brasília/DF

Ofício Circular nº /2009/GM/MDA

Brasília, 29 de junho de 2009.

Encaminhar ao Governador do Maranhão, Piauí, Tocantins e Ceará

«RODAPE»

«NOME»

«CARGO»

Assunto: **Indicação de representante.**

«VOCATIVO»,

O Plano Nacional de Promoção das Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade é uma estratégia de grande relevância, que visa conciliar o desenvolvimento econômico do País com a conservação do meio ambiente e com a inclusão social e produtiva de povos e comunidades tradicionais, assim como de agricultores familiares.

O seu objetivo geral é desenvolver ações integradas para a promoção e o fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis.

Para a elaboração do plano foram realizados sete seminários regionais e um seminário nacional, abrangendo os diversos biomas brasileiros. Nesses eventos foram colhidos subsídios e orientações junto às três esferas de governo, academia, e sociedade civil – comunitários e empresários – atores que compõem essas cadeias produtivas.

Nesse contexto, solicitamos a Vossa Excelência a indicação, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, do representante do Governo desse Estado para articular as ações estaduais, no âmbito do referido plano, junto aos representantes do Governo Federal nesse Estado e equipe de diretores dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Meio Ambiente e da CONAB. Solicitamos também que nos sejam enviados o endereço, o contato telefônico e a Secretaria que o indicado representa.

Entre outras atividades, o representante indicado contribuirá com a elaboração da estratégia para implementação do *Plano de Ação da Cadeia do Babaçu* nesse Estado, com a aprovação da lista dos municípios prioritários para sua implementação.

Atenciosamente,

GUILHERME CASSEL

MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Resposta dos Estados Indicando Pontos Focais



ESTADO DO MARANHÃO GABINETE DA GOVERNADORA

Ofício nº 163 /2009-GG

São Luís, 31 de julho de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
GUILHERME CASSEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Brasília/DF

MIN.DESENV/AGRÁRIO

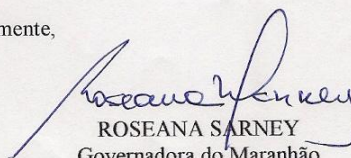
MDA - GM. 3592 /2009-90

Assunto: Ref. Ofício Circular nº 03/2009-MDA

Senhor Ministro,

Em atenção ao Ofício Circular acima mencionado, indico LEIDA SILVA DE SOUZA, Chefe do Departamento de Feiras e Exposições da Superintendência de Promoção e Fomento Rural, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário - SEDAGRO, Palácio Henrique de La Rocque - Av. Jerônimo de Albuquerque, s/n Calhau - CEP: 65070-901 - Fone: (98) 3214-1766/1851 e 9606-8011, como representante do Governo do Estado do Maranhão, para articular as ações estaduais, no âmbito do Plano Nacional de Promoção das Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade.

Atenciosamente,


ROSEANA SARNEY
Governadora do Maranhão

RECEBIDO

Em 11/8/09

Hora 18:00

Rubrica: Francisco



U:\gabinete\MDA\grat3_09.doc



Estado do Piauí
Gabinete do Governador
Palácio de Karnak

OF. Nº. 321 /GG

Teresina(PI), 20 de Julho de 2009

MIN.DESENV/AGRÁRIO
MDA - GM. 3332 /2009 - 14

Senhor Ministro,

Cumprimentando-o, e em atenção ao Ofício Circular nº 03/2009 – MDA, de 03 de julho de 2009, indico como representante do Governo do Estado do Piauí para articular as ações deste Estado no âmbito do Plano Nacional de Promoção das Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade o Senhor **FRANCISCO GUEDES ALCOFORADO FILHO** – Diretor Geral do EMATER/PI, situada na Rua João Cabral, 2319 – Bairro Pirajá, telefone (086) 3216-3858/3869/3865 - Geral 3216-3850.

Atenciosamente,

JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS
Governador do Estado do Piauí

Excelentíssimo Senhor
GUILHERME CASSEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Esplanada dos Ministérios Bloco "A" – 8º Andar Ala Norte
70.050-902 – **BRASÍLIA-DF**



Palácio de Karnak – Av. Antonino Freire, 1450 - / Centro - CEP: 64.001-040 – Teresina (PI)
Telefone: (0**86) 3221-7246 – Ramal (27), Fax: (0**86) 3221-1696; E-mail: governador@pi.gov.br



Estado do Tocantins

Ofício nº 416-GG.

Palmas, 21 de julho de 2009.

MIN.DESENV/AGRÁRIO
MDA - GM. 3400 /2009 - 45

A Sua Excelência o Senhor
GUILHERME CASSEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
BRASÍLIA – DF

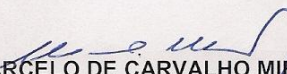
Assunto: **Cessão de servidor.**

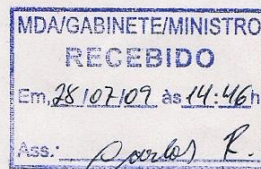
Senhor Ministro,

Em resposta ao Ofício Circular n. 3 - MDA, de 3 de julho de 2009, informo a Vossa Excelência que **FRANCISCA MARTA BARBOSA DOS SANTOS** foi designada para representar o Governo do Estado do Tocantins, a fim de articular as ações estaduais no âmbito do "Plano Nacional de Promoção das Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade", na conformidade da anexa cópia do Ato 2.503- DSG, de 17 de julho de 2009

Encaminho ainda, a anexa cópia do Ofício n. 855/GAB –DDA, de 16 de julho de 2009, do Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com as informações complementares da referida servidora.

Atenciosamente,


MARCELO DE CARVALHO MIRANDA
Governador do Estado



Estado do Tocantins - Casa Civil - Palácio Araguaia - Praça dos Girassóis - Marco Central
CEP: 77001-900 - Palmas - Tels.: 3218-1060 / 3218-1061 - www.to.gov.br/casacivil



Estado do Tocantins

ATO Nº 2.503 - DSG.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso II, da Constituição do Estado, e com fulcro no Decreto 2.455, de 6 de julho de 2005, resolve

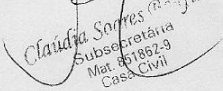
DESIGNAR

FRANCISCA MARTA BARBOSA DOS SANTOS, Diretora de Desenvolvimento Agrário, matrícula 829055-5, da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para representar o Governo do Estado do Tocantins a fim de articular as ações estaduais, no âmbito do "Plano Nacional de Promoção das Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade".

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 17 dias do mês de julho de 2009; 188º da Independência, 121º da República e 21º do Estado.


MARCELO DE CARVALHO MIRANDA
Governador do Estado


Mary Marques de Lima
Secretaria-Chefe da Casa Civil


Claudia Soares
Subsecretária
Mat. 861882-9
Casa Civil

Reunião da Coordenação do Plano 05/10/2009**Data:** 05/10/2009 (sexta feira)**Local:** Sala Dater/MDA 6 andar (prédio do Incra)**Horário:** 14:30hs**Participantes:**

Nome	Entidade
Arnoldo de Campos	SAF/MDA
Hétel Leepkahn dos Santos	DEX/MMA
Roberta Marins de Sá	PNPSB - Consultora
Rodrigo Noleto	PNPSB - Consultor
João Paulo Morita	PNPSB - Consultor
Gustavo C. Assis	MDS
Luciana Rocha	GTZ
Ianelli Loureiro	CONAB

Pauta:

1. Informes:
 - Eventos: Feira da Agricultura Familiar
 - Agendas – bilaterais MAPA, GTA, MT, PA, AP, Embrapa AC
 - Câmara Setorial Castanha
 - Alimentação Escolar/Turismo
2. Diálogo com o setor empresarial: Exposustentat, ABIA
3. Workshop Babaçu
 - programação
 - lista de convidados (território da cidadania, delegados do mda, gta...)
 - 3º dia

Encaminhamentos:

- Agendar bilateral com EMBRAPA
- Agendar bilateral com COIAB
- Diálogo setor empresarial: verificar agenda do Arnoldo
- Informe do estado da arte da cadeia da castanha nos Estados.

Reunião da Coordenação do Plano 25/11/2009**Data:** 25/11/2009 (quarta feira)**Local:** Sala de Reuniões da CONAB,

Conab Sede - SGAS 901 Bloco "A" Lote 69, 2º andar - Asa Sul

Horário: 14h30 às 17h30**Participantes:**

Nome	Instituição	telefone	email
Gustavo C. Assis	SAIP/MDS	3433-1670	Gustavo.assis@mds.gov.br
Ianelli Sobral Loureiro	CONAB	3264-1673	Ianelli.loureiro@conab.gov.br
Rodrigo Noleto	PNPSB	2020-0984	Rodrigo.noleto@consultor.mda.gov.br
Martha Helena Gama de Macedo	CONAB	3312-6254	Martha.macedo@conab.gov.br
Humberto Lobo Pennacchio	CONAB	3312-6263	Humberto.pennacchio@conab.gov.br
Elizabeth T. Turini	CONAB	3312-2275	Elizabeth.turini@conab.gov.br

Claudia Calorio	DEX/MMA	3317-1669	Claudia-maria.calorio@mma.gov.br
Jose Ademar Batista	SAF/MDA	2020-0935	Jose.batista@mda.gov.br
Hetel. L. dos Santos	DEX/MMA	3317-1664	Hetel.santos@mma.gov.br
Roberta Marins de Sá	PNPSB	2020-0984	Roberta.sa@mda.gov.br
Arnoldo de Campos	SAF/MDA	2020-0927	Arnoldo.campos@mda.gov.br
Silvio Porto	CONAB	3312-6373	dipai@conab.gov.br

Pauta:

1. Balanço 2009
 - discussão dos resultados e preparação da apresentação
 2. Câmara Setorial Nacional
 - Sociobiodiversidade ou por cadeia prioritária
 - Estratégia de ação
 3. Agenda nos Estados
 4. MDS
- estratégia de ação para envolvimento do MDS na coordenação;
 - 5. Informes
 - Dialogo com setor empresarial
 - macrozoneamento da Amazônia legal
 - superintendente do BNB

Desenvolvimento

Coordenação da Reunião– Arnoldo de Campos (SAF/MDA)

1. Balanço

José Batista apresentou o balanço preliminar do Plano, elaborado com base no documento que está em preparação pela Secretaria Executiva do Plano.

Este balanço será apresentado na reunião do dia 02/12 da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, na qual o PNPSB faz parte das ações.

Alguns comentários sobre o balanço e a apresentação:

- Apresentação precisa seguir a linha dos gargalos e ser mais curta, menos repetitiva
- Arnoldo: o tom do balanço deve ser que “o tema colou”. No setor empresarial isto ficou bem claro, tem a ver com a responsabilidade social e ambiental das empresas. Neste próximo ano precisamos dar consequência a isto tudo.

Sobre o relatório

- Feiras e eventos: fazer levantamento dos valores por sociobiodiversidade como um todo
- Alimentação Escolar: Convênio SAF-MDA/Agendha – região nordeste com prioridade para produtos da Sociobiodiversidade; Acordo MMA/Agendha (alimentação escolar) – R\$600 mil para produtos sociobiodiversidade no nordeste
- Incluir o portal da Sociobiodiversidade
- Claudia:

Quantificar (em termos de \$), ex: capacitações e eventos: quanto foi gasto?

Cumprimos uma etapa de divulgação, sensibilização, e que o Gov. Federal incluía estratégias para promoção de produtos da sociobiodiversidade. Entretanto, ainda temos gargalos bastante sérios (MCT, ANVISA) e precisamos avaliar o que é esta dificuldade (divulgação ou capacidade técnica?)

Devemos pensar um planejamento estratégico, no que conseguiremos dentro das metas estabelecidas fechar até 2010. Ideal é fazer este exercício ainda este ano.

Precisamos passar para a ação, e ficar menos nos eventos. Importante continuar alimentando o diálogo com os estados. Os governos estaduais têm assento em todas as instâncias de governança que estão sendo criadas nos estados. Entretanto, a participação dos movimentos sociais ainda é frágil.

MDS que está com os gargalos da organização social e ainda é muito frágil enquanto gestor. Talvez os gargalos do MDS deverão ser puxados e operacionalizados de forma conjunta e pela coordenação. O foco tem que ser no investimento da estruturação da capacidade organizacional, comercial, social dos empreendimentos dos extrativistas.

Silvio: se formos realistas, nenhum dos ministérios tem condições de realizar este trabalho na ponta. Isso se daria apenas por assessoramento técnico. É estratégico fazermos esta discussão. Não são 250 mil que irão resolver a questão com o CNS e MIQCB. Sobre as ações já realizadas, foram realizadas 88 oficinas de PPA e PGPM. Falta quantificar esta ação.

Arnoldo: Precisamos verificar os potenciais parceiros na rede de serviço e também retomar as bilaterais com os estados numa pauta mais propositiva, como serão executadas as ações. (AC vai conseguir fechar este ano os 30% da Alimentação escolar, mas nenhum kg de produtos da sociobiodiversidade – feijão, farinha de mandioca e leite).

Silvio: aspecto preço tem que ser considerado como limitação para os produtos da sociobiodiversidade na alimentação escolar. O casamento PNAE/PAA deve acontecer. No próximo ano a CONAB realizará um diagnóstico das tecnologias mais apropriadas para armazenagem. Com relação à logística, a CONAB apresentará no próximo ano para o BNDES, um projeto de barco (ao todo serão 03 unidades) para percorrer parte da bacia amazônica.

Rodrigo: no Amapá o governo do estado tem estudos de viabilidade para inclusão de produtos da sociobio na alimentação escolar. O evento PNAE/Sociobio vai acontecer em 14 de dezembro.

Encaminhamentos:

- DAP – Enviar o balanço para todos da coordenação e verificar sobre o Grupo de Trabalho para adequação da DAP e do Manual de Crédito Rural (INCRA)
- equipe técnica aprofunda o balanço e faz um exercício de priorização das ações para 2010.
- Reunião de coordenação para a priorização e pensar a organização da base produtiva.

3. Agenda nos Estados

AP – subsidiado pela GTZ e SEBRAE. Reunião 16/11, onde participaram 3 Secretários de estado, ao todo 30 pessoas. 14/12 Expovale – Laranjal do Jarí – evento que vai criar a camara setorial dos produtos da sociobiodiversidade

AM – vão fazer o exercício das demandas e apresentar para a coordenação. A Secretária de Estado, Sila, se comprometeu em estruturar a agenda no estado, com o apoio da GTZ.

Acre – puxado pelo SEBRAE com a SEAPROF. 09/12 tem uma agenda para discussão do plano de ação e estruturação.

MT – já contrataram consultor e a formalização da câmara está andando

RO – ainda uma incógnita

Arnoldo: precisamos identificar quais os atores que são importantes para os ministérios nos estados (MDS, Conab, MMA, MDA) e reforçar a presença deles nos fóruns estaduais, porque muito recurso vai para o estado e não está tendo sinergia para discutir. Os convites para os eventos nos estados tem que vir formalmente e com antecedência, para que possamos nos programar e enviar para os parceiros locais.

Os GTs estaduais tem que ter um “mini-plano de ação para as cadeias”.

2. Câmara Setorial Nacional

Arnoldo: estamos com a portaria da Câmara Setorial da Cadeia da Castanha do Brasil pronta para ser publicada, mas queremos discutir se este é realmente o caminho a tomar ou se vamos criar uma Câmara Setorial para os produtos da sociobiodiversidade, como o que está acontecendo nos Estados.

Claudia: a deliberação do seminário nacional foi de criar uma câmara nacional para os produtos da sociobiodiversidade

Encaminhamentos:

Aproveitar a minuta da cadeia da castanha, resgatar os atores e sugestões do Seminário Nacional, fazer uma proposta para encaminhar na próxima reunião da coordenação.

4. MDS

Marcus Villarim já saiu da SAIP/MDS. Houve uma reunião com o Secretário Ronaldo Garcia no dia 24/11. Participaram Claudia Calorio, Arnoldo de Campos, José Batista e Gustavo de Assis. Estamos em transição e vai haver negociação

Temos o gargalo “organização social” que já foi discutido nesta reunião (item 1)

5. Informes

- macrozoneamento da Amazônia legal

Esta em consulta com vários setores, será um decreto do presidente da república, e a partir daí todas as atividades econômicas deverão respeitar o macrozoneamento.

Dia 30/11 e 01/12 será realizada uma oficina as equipes técnicas do plano deveriam participar. Hetel irá enviar o texto base e a programação da oficina.

- Bilateral com BNB

A partir de uma reunião que ocorreu no MMA com dois dirigentes do BNB e a Hetel, um dos dirigentes (José Rubens Dutra Mota) esteve presente no Workshop do Babaçu e se reuniu com José Batista e Hetel Santos. Apresentou as linhas e políticas do banco para todos os participantes e agora coordenação do Plano deve dar os encaminhamentos.

MEMÓRIAS DAS REUNIÕES DE EQUIPE TÉCNICA DO PNPSB

Reunião da Equipe Técnica 17/09/2009

Data: 17/09/09

Horário: 14:30hs

Local: Prédio do INCRA, Sala de reuniões da AGU (4º andar, sala 415)

Participantes:

Nome	Entidade	E-mail	Fones
Hetel Leepkain dos Santos	DEX/MMA	Hetel.santos@mma.gov.br	(61) 3317-1664
João Paulo Morita	PNPSB - Consultor	Joao.morita@consultor.mda.gov.br	(61) 2020-0984
Gustavo Assis	SAIP/MDS	Gustavo.assis@mds.gov.br	(61) 3433-1760
Roberta Marins de Sá	PNPSB - Consultora	Roberta.sa@mda.gov.br	(61) 2020-0984

Pauta:

- 5) Informes
 - a) Câmara Técnica da Castanha
 - b) Reunião com ABIA em outubro
- 6) Workshop do Babaçu
- 7) Evento comercialização (babaçu)
- 8) Plano de Trabalho 2010-2011

Desenvolvimento e encaminhamentos:

- Câmara Setorial Castanha: cartas consulta foram enviadas. Falta responder ABIHPEC, Associação dos Exportadores de Castanha. Banco do Brasil se recusou. Agendar bilaterais com COIAB e GTA (Muriel)
- Seminário ABIA: Apresentação do Plano, ver orientações da metodologia de PPPs da GTZ. No Plano Nacional tem orientações para o setor empresarial. Proposta da programação geral: a) apresentação do Plano, b) apresentação das demandas ao setor empresarial, c) troca de informações sobre oferta e demandas do setor e d) encaminhamentos.
- Workshop Babaçu
Hetel fica com a logística: contratações, local, bolsa, passagens, diárias
Secretaria executiva: lista de convidados, distribuição dos convites, preparar programação
João: apresentar lista de convidados até dia 18/09 para equipe técnica, incluindo Hetel e Julio.
24/09 a Secretaria Executiva dispara os convites. Solicitações de passagem até dia 28/09.
- Evento Comercialização (06/11) – enviar documento com a proposta para a equipe técnica.
- Plano 2010-2011 – verificar o PCT antigo e propor:
 - consultor para gerenciar o PCT
 - novas cadeias (açai??)
 - encontros da rede de serviços

Reunião da Equipe Técnica 22/10/2009

Data: 22/10/09

horário: 14:30hs

Local: Sala do Dater, SAF/MDA, 6º andar

Participantes:

Nome	Entidade	E-mail	Fones
Hetel Leepkain dos Santos	DEX/MMA	Hetel.santos@mma.gov.br	(61) 3317-1664
João Paulo Morita	PNPSB - Consultor	Joao.morita@consultor.mda.gov.br	(61) 2020-0984
Gustavo Assis	SAIP/MDS	Gustavo.assis@mds.gov.br	(61) 3433-1760
Roberta Marins de Sá	PNPSB - Consultora	Roberta.sa@mda.gov.br	(61) 2020-0984
Rodrigo Noletto	PNPSB – Consultor	Rodrigo.noletto@consultor.mda.gov.br	(61) 2020-0984
José Ademar Batista	SAF/MDA	Jose.batista@mda.gov.br	(61) 2020-0935

Pauta

1. Informes

- Gestão do Conhecimento e Site

2. Seminário ABIA (29/10 em São Paulo)

- fechar a apresentação do Plano
- fechar a apresentação dos Planos de Ação (castanha e babaçu devem estar em uma só apresentação)
- divulgação
- confirmação dos participantes da equipe

3. Workshop Babaçu

- Participantes
- Fechar a programação
- Experiências exitosas
- fechar apresentações Plano Nacional e Plano de Ação Babaçu
- estrutura da Câmara Setorial
- Como será o terceiro dia - diálogo setor empresarial e alimentação escolar

Encaminhamentos:

Site: já foi discutido o assunto com a Clarita (José Batista e Hetel).

Seminário ABIA: proposta de programação está ok. A divulgação pode ser feita sem problemas. Enviar um release para a ASCOM/SAF. Apresentação do Plano de ação, preparada por João e Rodrigo está ok, só precisa dar uma limpada.

Workshop Babaçu: material para pasta: Plano de Ação, Programa, folder.

Reunião da Equipe Técnica 19/11/2009

Data: 19/11/2009

Horário: 09h00

Local: Sala de Reuniões da CONAB,
Conab Sede - SGAS 901 Bloco "A" Lote 69, 2º andar - Asa Sul

Participantes:

Nome	Entidade	E-mail	Fones
Ianelli S. Loureiro	Conab	ianelli.loureiro@conab.gov.br	(61) 3312-6262
Hetel Leepkaln dos Santos	DEX/MMA	Hetel.santos@mma.gov.br	(61) 3317-1664
João Paulo Morita	PNPSB - Consultor	Joao.morita@consultor.mda.gov.br	(61) 2020-0984
José Ademar Batista	SAF/MDA	Jose.batista@mda.gov.br	(61) 2020-0935
Roberta Marins de Sá	PNPSB - Consultora	Roberta.sa@mda.gov.br	(61) 2020-0984
Rodrigo Noletto	PNPSB - Consultor	Rodrigo.noletto@consultor.mda.gov.br	(61) 2020-0984
Humberto L. Pennacchio	Conab	Humberto.pennacchio@conab.gov.br	(61) 3312-6263
Gustavo Lund Viegas	Conab	Gustavo.viegas@conab.gov.br	(61) 3312-6232

Pauta:

Ações de apoio à Comercialização

1. Divulgação das Políticas Públicas
 - Mutirão Arco Verde 43 municípios
 - Plano para Unidades de Conservação de Uso Sustentável (ICMBio)
 - Plano Babaçu/Pequi (MMA) – Norte de MG/Sul do Maranhão/Serra do Araripe no Ceará
 - Oficinas de Capacitação PAA Net nas 6 Regionais do MIQCB
 - Capacitações Programadas/Demandas
 - Palestras em eventos e feiras

2. Estudos, análises de mercado e disponibilização de informações técnicas
 - Portal da Sociobiodiversidade
 3. Coordenação e acompanhamento do processo de elaboração de norma de padrão
 - Trabalho MAPA
 4. Apoio na montagem de redes de comercialização com fomento à adoção de tecnologias apropriadas e boas práticas
 - Associativismo e cooperativismo
 5. Câmara Setorial
 - Grupos de Trabalho
1. Divulgação de Políticas Públicas
 - Foram realizadas palestras sobre PAA e PGPM nos 43 municípios do Mutirão Arco Verde
 - Serão realizadas oficinas de capacitação de lideranças sobre o PAA e PGPM em Tefé, Boca do Acre e Imperatriz, dentro do Plano para UC de uso sustentável, em parceria com o MMA
 - No plano Babaçu/Pequi, está sendo realizado um mapeamento de regiões que tem as duas cadeias (MMA e Conab – Haroldo e Alan). A mobilização no CE está sendo feita pela EMATER-CE e Fundação Mussambe; no Maranhão pelo CENTRU e Prefeitura de São Raimundo.
 - Oficinas de PAA-Net – serão realizadas com as 6 regionais do MIQCB, para capacitar para o uso do sistema e encaminhamento de propostas.
 - Sugestão do Rodrigo – incluir uma oficina sobre PAA e PGPM no evento em Laranjal do Jarí (Expovale) no dia 08/12. Segundo Ianelli e Humberto, deve ser encaminhando com a Priscila da Superintendência da Conab.
 2. Estudos, análises de mercado e disponibilizarão de informações técnicas.
 - Já houve uma reunião do Christoph (GTZ) com a equipe da CONAB, para levantamento do material que será disponibilizado no Portal da Sociobiodiversidade. Em princípio serão informações de preço e análise de mercado, com atualização mensal.
 3. Coordenação e acompanhamento do processo de elaboração de norma de padrão
 - Humberto citou o Comforcast, extenso trabalho realizado pelo MAPA para amendoim e castanha-do-brasil.
 - Rodrigo e Hetel explicaram que já vem acompanhando e articulando as agendas com a ANVISA e DIPOV
 - Para o babaçu a estratégia seria reunir o maior nº de informações possível e fazer uma articulação com a equipe da DIPOV.
 - **Encaminhamento:** CONAB irá organizar uma reunião bilateral do Plano Nacional com a DIPOV, socializando a data com o restante da coordenação. O objetivo da reunião será colocar para o DIPOV/MAPA que o Plano Nacional poderá apoiar/facilitar a articulação com todos os elos das cadeias (castanha e babaçu). **João deve apoiar no levantamento de material.**
 5. Câmara Setorial
 - É preciso dar prioridade para a instalação da Câmara Setorial, porque o que estamos fazendo é paliativo e com a câmara setorial tudo ficaria mais organizado.
 - Orientar para que a CONAB esteja presente nas câmaras estaduais
 - **Encaminhamento:** organizar reunião da Coordenação para decidir sobre a Câmara Setorial (por cadeia ou sociobiodiversidade). Indicativo de data: 25/11 período da tarde. Local: CONAB. Pauta: Câmara Setorial, Balanço 2009, Agenda nos Estados e MDS.

Informativos:

- Hetel informou sobre a capacitação para técnicos em Value Link B em Fortaleza, na semana de 23 a 27/11.
- Humberto informou o processo de formação do preço mínimo para os produtos da PGPM. Para o próximo ano os GTs estaduais e os pontos focais nos estados serão contactados. **Rodrigo vai enviar os contatos.**

REUNIÕES SOBRE GESTÃO DO CONHECIMENTO NO PNPSB

Reunião Equipe Técnica e GTZ – 03/09/2009

Data: 03/09/2009

Local: SEP/505, Bloco B, 2º andar

Participantes:

Nome	Entidade	E-mail	Fones
Gustavo C. Assis	SAOP/MDS	Gustavo.assis@mds.gov.br	(61) 8131-6210
Hetel Leepkain dos Santos	DEX/MMA	Hetel.santos@mma.gov.br	(61) 3317-1664
Roberta Marins de Sá	PNPSB - Consultora	Roberta.sa@mda.gov.br	(61) 2020-0984
Rodrigo Noletto	PNPSB - Consultor	Rodrigo.noletto@consultor.mda.gov.br	(61) 2020-0984
Monika Röper	GTZ	Monika.roeper@gtz.de	(61) 3105-2089
Ladjane Caporal	GTZ	Ladjane.ramos@gtz.de	(61) 3105-2089

Pauta: Esclarecimentos sobre Gestão do Conhecimento e como a GTZ pode colaborar com o Plano neste tema.

- GTZ já está envolvida com a gestão do conhecimento há 02 anos. Com o Plano, inicialmente foi feito um pequeno estudo, aproveitando o Workshop da Castanha.
- O portal é uma ferramenta potente – precisa emplacar para não ficar desacreditado. Para isso seria interessante unir atividades de capacitação às ferramentas do Portal.
- Christoph está à disposição até o início de 2010 e poderia ser inicialmente o aglutinador dos documentos e estruturador do Portal da Sociobiodiversidade.
- Seria interessante agendar uma oficina de trabalho sobre gestão do conhecimento, com envolvimento da Coordenação.
- Definir perfil de um gestor para o Portal
- Propor formato e conteúdo da capacitação dentro do Portal.

Reunião Equipe Técnica do MDA e Secretaria Executiva – 30/09/2009

Data: 30/09/2009

Local: ASCOM/MDA, Ed. Sarkis

Participantes:

Nome	Entidade	E-mail	Fones
João Paulo Morita	PNPSB – Consultor	João.morita@mda.gov.br	(61) 2020-0984
Roberta Marins de Sá	PNPSB - Consultora	Roberta.sa@mda.gov.br	(61) 2020-0984
Rodrigo Noletto	PNPSB - Consultor	Rodrigo.noletto@consultor.mda.gov.br	(61) 2020-0984

Divani Souza	SAF/MDA	Divani.souza@mda.gov.br	(61) 2020-0963
Christoph Trusen	GTZ/GFA	Christoph.trusen@gtz.de	(61) 8117-6732

Pauta:

- Esboço da estruturação do Portal da Sociobiodiversidade
- Mecanismo de alimentação (processo contínuo)

Desenvolvimento

- Christoph apresentou planilhas com os gargalos que poderiam ser “atacados” através da gestão do conhecimento e atividades no Portal
- Discussão sobre uma capacitação/curso a distância: estratégico para a mobilização da rede e também para estimular o uso do portal
- Tema; prático, ligado aos problemas diários da Rede de Serviços – proposta na área de comercialização.

Objetivos concretos do Portal da Sociobiodiversidade:

- plataforma de diálogo
- socialização de informações

Necessário discutir a política de acesso e o conteúdo.

Encaminhamentos

1. senha de administrador para o Christoph – Roberta
2. Enviar planos de ação castanha e babaçu para Christoph – João e Rodrigo
3. Esboço da estrutura do Portal – Christoph
4. Revisar relatório da rede de serviços – Divani e Roberta
5. Verificar junto à coordenação do Portal qual a política de envio e aprovação de materiais – Divani

Reunião Gestão do Conhecimento no PNPSB – 14/10/2009

Data: 14/10/09

Horário: 10h30

Local: SAF/MDA, 6º andar, sala do Dater

Participantes:

Nome	Entidade	E-mail	Telefone
Divani Souza	SAF/MDA	Divani.Souza@mda.gov.br	2020-0963
Mônica Röper	GTZ	Monica.roeper@gtz.de	3105-2089
João Paulo Morita	PNPSB - Consultor	João.morita@consultor.mda.gov.br	2020-0984
Christoph Trusen	GTZ/GFA	Christoph.trusen@gtz.de	81176732
Arnoldo de Campos	SAF/MDA	Arnoldo.campos@mda.gov.br	2020-0929
Roberta Marins de Sá	PNPSB - Consultora	Roberta.as@mda.gov.br	2020-0984
Rodrigo Noleto	PNPSB - Consultor	Rodrigo.noleto@consultor.mda.gov.br	2020-0984

Pauta:

Apresentação da proposta de estruturação da Comunidade PNPSB no Portal da Cidadania

Desenvolvimento da reunião

Christoph apresentou a proposta

- mapa mental da estrutura da Comunidade,
- documento com os objetivos e funções da Comunidade,

- documento Possíveis Contribuições o Portal para as ações relacionadas à Cadeia da Castanha do Brasil e Cadeia do Babaçu

Discussão:

Arnoldo:

- prioridade no momento para a implantação do espaço da Rede de Serviços e início das comunicações.
- Importante dar um início imediato na Rede de Serviços, marcar uma reunião virtual urgentemente;
- Se existem limitações técnicas para o conteúdo aberto ao público em geral, poderíamos usar o espaço do site;
- Incluir links úteis: muitas informações estão em outros locais
- Documentos tem que ser rastreáveis – informações sobre autor e quem incluiu no Portal tem que estar claros
- Construir regras para o usuário e deixar claro que documentos publicados estão sujeitos a serem retirados do portal
- Interessante que houvesse um “eu aceito as regras” na hora do cadastramento do usuário no Portal.

Rodrigo:

- Seria interessante ter também um espaço para a Câmara Setorial da cada cadeia, um espaço de comunicação entre os atores das câmaras setoriais.
- Sugestão de gravação de um depoimento do Ministro do MDA para ser apresentado na abertura do Workshop do Babaçu, que poderia estar hospedado no portal.

Encaminhamentos

Comunidade do Plano Nacional da Sociobiodiversidade no Portal ficaria com:

- Rede de Serviços
- Gestão do Plano (subcomunidade exclusiva da equipe técnica e coordenação do PNPSB)
- Câmaras Setoriais

Material aberto (no mapa mental - Plano Nacional, Cadeia da Castanha, Cadeia do Babaçu, Campanhas, Agenda de eventos) ficarão no site.

Verificar com ASCOM:

- como ter o site visualmente mais limpo, com visual “Governo Federal”;
- um ícone/link que possa ser colocado no site de todos os Ministérios da Coordenação do PNPSB
- negociar com a ascom dos outros ministérios da coordenação a colocação do link

Operacionalização

- administrador deve ser alguém dedicado a esta função - necessário elaborar um TOR para contratação de um consultor pelo PCT do Plano no MMA – discutir isso em reunião da coordenação
- “conteudista” (organizador) por enquanto será o Christoph Trusen (GTZ), com supervisão de Divani (SAF/MDA) e colaboração com a Secretaria Executiva do PNPSB.

Atividades imediatas:

- Elaborar TOR para contratação de consultor e negociar na Coordenação do PNPSB – Mônica vai elaborar o texto do perfil do profissional, Diva e Secretaria Executiva finalizar o TOR;
- enviar relatório do encontro da Rede de Serviços para a Coordenação, para ajustes e aprovação – Secretaria Executiva (Roberta)
- finalizar o manual visual para o cadastramento no Portal e na comunidade do PNPSB – Secretaria Executiva (Roberta)
- Elaborar as regras para o envio e aceitação de documentos, bem como de funcionamento da comunidade – Christoph e Diva

- Circular o relatório do encontro (já aprovado pela Coordenação) para todos os participantes da Rede de Serviços. Juntamente com o relatório, enviar:
 - manual visual para cadastramento no Portal
 - regras para envio e aceitação de documentos
- iniciar o levantamento de materiais e marcar reuniões bilaterais com parceiros – Diva e Christoph
- verificar possibilidade de incluir na programação do workshop do babaçu a apresentação do Portal - João
- enviar convite do Workshop do Babaçu para Mônica e Christoph – Secretaria

Reunião Equipe ASCOM e PNPSB – 22/10/2009

Data: 22/10/2009

Local: Gabinete do Secretário, SAF/MDA

Participantes:

Nome	Entidade	E-mail	Fones
Antonio Alessandro Landim	ASCOM	Antonio.landim@mda.gov.br	(61) 2020-0256
Andre Marchetti	DATER	Andre.marchetti@mda.gov.br	(61) 2020-0956
Roberta Marins de Sá	PNPSB - Consultora	Roberta.sa@mda.gov.br	(61) 2020-0984
José Ademar Batista	SAF/MDA	Jose.batista@mda.gov.br	(61) 2020-0935
Divani Souza	SAF/MDA	Divani.souza@mda.gov.br	(61) 2020-0963
Christoph Trusen	GTZ/GFA	Christoph.trusen@gtz.de	(61) 8117-6732

Pauta: apresentação da estrutura que está sendo pensada para o Portal da Sociobiodiversidade e discussão sobre as possibilidades tecnológicas.

Desenvolvimento e encaminhamentos:

- Christoph apresentou o esboço da estrutura pensada para a Comunidade do Plano Nacional da Sociobiodiversidade.
- Discussão de alguns pontos para esclarecimentos
- Landim afirmou que é possível estruturar o Portal desta forma, é possível que sejam necessárias algumas adequações.

Reunião Gestão do Conhecimento e Portal – 27/11/2009

Data: 27/11/2009

Local: Sala de reuniões 4º andar, MDA

Participantes:

Nome	Entidade	E-mail	Fones
Roberta Marins de Sá	PNPSB - Consultora	Roberta.sa@mda.gov.br	(61) 2020-0984
Ladjane Caporal	GTZ	Ladjane.ramos@gtz.de	
Divani Souza	SAF/MDA	Divani.souza@mda.gov.br	(61) 2020-0963
Christoph Trusen	GTZ/GFA	Christoph.trusen@gtz.de	(61) 8117-6732

Pauta:

- Relato Divani – Reunião no Equador
- Como seguir com o trabalho do Christoph para 2010

- Denkmodell

Relato Diva:

O grupo era pequeno, 07 técnicos.

Muito interessante a dinâmica “assessoria entre colegas” (The Briefing) – importante para atividades da SAF em geral.

Vai fazer uma memória e chamar a equipe técnica para uma reunião.

Denkmodell:

- Podem dar aporte no processo de capacitação à distância (parte didática), dependendo do tema.
- 1ª agenda de trabalho poderia ser entre janeiro e fevereiro, para construir proposta de conteúdo e previsão de data do início do curso
- na gestão do Plano – podem apoiar na definição de um instrumento de monitoramento do plano. Proposta de uma oficina de 1-2 dias para identificar e contruir a proposta de gestão.

Sobre o curso de capacitação:

- ação direcionada à rede de serviços
- Relevante para todas as cadeias
- relação direta com ações previstas para solucionar os gargalos
- pacote metodológico ± formatado/pronto

Proposta do Christoph é de partir do gargalo “Baixa Capacidade Organizativa da Cadeia”, em um processo de aprendizado e ação.

- Metodologia Value Links
- Curso: desenvolvimento Organizacional participativo em 3 etapas (Reginaldo, do DATER, tem o manual)

Para Ladjane:

A capacitação deveria ser massiva, até 200 pessoas na lógica do ensino à distância. Pelo custo, se for para 20 pessoas é melhor fazer o curso presencial. Para um público maior será mais rico e diverso.

- é preciso discutir com a Coordenação do PNPSB a necessidade de estruturação da gestão administrativa/pedagógica, pois para cada 20-30 estudantes é necessário 1 tutor.

Encaminhamentos

- 1) Elaborar o termo de referência para contratação de consultor para dar apoio à estruturação e manutenção do Portal
- 2) Socializar a proposta de capacitação que está sendo esboçada com o Arnoldo
- 3) Socializar a proposta de capacitação discutida com o Arnoldo para a Coordenação do Plano
- 4) Marcar agenda de trabalho com equipe Denkmodell
- 5) Estruturação do curso
- 6) Paralelamente a tudo isso, colocar o portal em andamento.

REUNIÕES BILATERAIS E TÉCNICAS DO PNPSB

Reunião Secretaria Executiva e Equipe Alimentação Escolar – 05/10/2009

Data: 05/10/2009

Local: Sala de reuniões 4º andar, MDA

Participantes:

Nome	Entidade
Gustavo Assis	SAIP/MDS
Rodrigo Noletto	PNPSB
Divani Souza	SAF/MDA
Roberta Marins de Sá	PNPSB
João Paulo Morita	PNPSB
Arnoldo Campos	SAF/MDA
Luiz Humberto Silva	SAF/MDA
Ilka Fagundes Correia	SAF/MDA
Manoel Bonduki	SAF/MDA

- Apresentação do Plano Nacional – Rodrigo Noletto
- Apresentação do Plano de Ação do Babaçu – João Morita
- Apresentação do Passo a passo para operacionalização da compra de produtos do agroextrativismo para a alimentação escolar pela Lei 11.947/2009 – Luiz Humberto
- Discussão
Arnoldo: no âmbito do PNPSB é necessário contratar profissionais para elaboração de cardápios com produtos da sociobiodiversidade e capacitação para as cadeias de como elaborar as propostas do projeto de venda.

Encaminhamentos

- link no Portal da Sociobiodiversidade com a Alimentação Escolar
- adaptar o passo a passo para sociobiodiversidade – colocar no Portal, enviar para os pontos focais nos estados, GTs estaduais
- Para o evento do dia 06/11 serão 3 momentos (durante a manhã):
1) apresentação do programa e do passo a passo
2) apresentação dos produtos e PCTAFs
3) apresentação dos gestores
- Equipe alimentação escolar – articulação dos gestores e atores responsáveis pela compra, articulação com o FNDE.

DIÁLOGO COM SETOR EMPRESARIAL – MEMÓRIA DO SEMINÁRIO

Encontro MDA e empresas associadas da ABIA promovendo A Sociobiodiversidade e a Indústria de Alimentos no Brasil

Data: 29/10/2009

Horário: 09:30 – 12:00hs

Local: Sede da ABIA

Av. Brig. Faria Lima, 1.478 11º andar

INSCRIÇÕES GRATUITAS E LIMITADAS - Favor contatar o Departamento de Economia da ABIA, com Cleber – Telefone (11) 3030-1358 – e-mail: cleber@abia.org.br

1. Objetivo do encontro

Estabelecer um diálogo entre os elos das cadeias de produtos da sociobiodiversidade, apoiadas pelo Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB), com a Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação – ABIA, na organização de mercados sustentáveis para o setor extrativista.

2. Programação:

09:00 – 10:15

Cadeias de produtos da Sociobiodiversidade no Brasil: Panorama geral e a interface com o Setor Alimentício.

- 9) Claudia Maria Calório – Diretora de Extrativismo do Ministério do Meio Ambiente
- 10) Arnaldo de Campos - Diretor de Geração de Renda e Agregação Valor/Ministério do Desenvolvimento Agrário;

10:15 – 11:15

Tendências na indústria da alimentação relacionadas aos produtos da sociobiodiversidade - ABIA

Case: A Beraca e o Programa de Valorização da Biodiversidade – Cassiano Bracciali e André Sabará.

11:15 – 12:00

- Discussão e encaminhamentos

Destaques da discussão

- O Plano Nacional está aberto para discutir com as indústrias individualmente. Se a indústria alimentícia como um todo tem interesse em uma cadeia de produto da sociobiodiversidade em especial poderia explicitar.
- Importância de reconhecer os conhecimentos tradicionais, a cultura e os serviços ambientais prestados pelos extrativistas e populações tradicionais.
- entender os extrativistas como um elo da cadeia de valor
- Um mercado que demande pequenas quantidades de produtos pode ser um bom início para empreendimentos de extrativistas que estão se estruturando.
- Possibilidade de se pensar em um prêmio dentro da ABIA
- possibilidade de abrir uma agenda conjunta com a ANVISA
- A ABIA poderia pleitear recursos junto ao BNDES (dentro do Fundo Amazônia) para estruturar este mercado junto com os extrativistas
- Criar uma agenda de compromissos
- incentivos fiscais para que as empresas invistam na responsabilidade social e ambiental como negócio e não como caridade
- Criar uma linha de incentivo para pesquisa na área de alimentos funcionais

Segundo Mario Martins, Diretor da ABIA, a ABIA é um órgão técnico consultivo do setor público por decreto presidencial. A ABIA tem a tendência de montar grupos de discussão, e já tem uma comissão de responsabilidade social. Propôs a formação de um grupo de trabalho para sociobiodiversidade, com a participação da coordenação do Plano Nacional da Sociobiodiversidade.

Segundo Arnaldo, o grupo de trabalho seria uma excelente iniciativa para formar a opinião da ABIA e levar as decisões para a Câmara Setorial da qual a ABIA já aceitou fazer parte. O grupo poderia ser formal ou informal, mas o importante é marcar a 1ª agenda.

Encaminhamentos:

- Marcar um segundo encontro (considerando que este seminário já foi a 1ª agenda do grupo de trabalho) em São Paulo.
- Poderia ser até o final de novembro ou no início de 2010.

Participantes:

	NOME	CIDADE	UF	ORGANIZAÇÃO	E-MAIL	FONE(S)
1	Marcio Mendonça Pereira	São Paulo	SP	Editora Abril	Marcio.mendonca@abril.com.br	(11) 3037-2496
2	Rosângela Bezerra	São Paulo	SP	Ricardo Viveiros	Rosangela@viveiros.com.br	(11) 3675-5444
3	Suzana Chohfi	São Paulo	SP	NN Comercio Alim.	Suzana@bananapure.com.br	(11) 3048-6465
4	Marco Antonio Chaim	São Paulo	SP	NN Comercio Alim.	marco@bananapure.com.br	(11) 3048-6461
5	Felipe Corrêa da Costa de Souza	São Paulo	SP	Wickbold	Felipe_correa@wickbold.com.br	(11) 4070-9700
6	André A. J. Tabanez	São Paulo	SP	Firmenich	andretabanez@hotmail.com	(11) 4617-8992
7	Dermeval Neves	São Paulo	SP	Câmara de Comércio Brasil/Marrocos	camara@brasilmarrocos.com.br	(11) 2737-8664
8	Venâncio Goulart	São Paulo	SP	Câmara Comércio Árabe Brasil	venancio@ccab.org.br	(11) 3147-4096
9	Amilcar Lacerda	São Paulo	SP	ABIA	Amilcar@abia.org.br	(11) 3030-1355
10	Cleber Z. Sabonaro	São Paulo	SP	ABIA	Cleber@abia.org.br	(11) 3030-1357
11	Denis Ribeiro	São Paulo	SP	ABIA	Denis@abioa.org.br	(11) 3030-1357
12	Caico Dias Monteleone	São Paulo	SP	Fama Investimentos	cmonteleone@famape.com.br	(11) 5508-1188
13	Julio Cesar Gomes Pinho	Brasília	DF	MMA	Julio.pinho@mma.gov.br	(61) 3317-1011
14	Luciana Reis	Brasília	DF	MMA	Luciana.reis@mma.gov.br	(61) 3317-1843
15	Alan Boccato	Brasília	DF	MMA	Alan.franco@mma.gov.br	(61) 3317-1841
16	João Roberto Ramos	São Paulo	SP	Beraca	Roberto@beraca.com	(11) 2643-5008
17	André T. Sabará	São Paulo	SP	Beraca	andre.sabara@beraca.com	(11) 8906-1161
18	Cassiano Braccialli	São Paulo	SP	Beraca	Cassiano@beraca.com	(11) 7649-2411
19	Roberto Ornej	Sapiranga	RS	Prefeitura de Sapiranga	Robertinho@sapiranga.rs.gov.br	(51) 8169-1111
20	Roosevelt Hanoff		RS	Hanoff Advogados	Roosevelt@hanoffadvogados.com.br	(51) 3342-4500
21	Vanderlei Gonçalves		RS	Hanoff Advogados	Vanderlei@hanoffadvogados.com.br	(51) 3342-4500
22	Mario Martins	São Paulo	SP	ABIA	mario@abia.org.br	(11) 3030-1353
23	Arnoldo de Campos	Brasília	DF	SAF/MDA	Arnoldo.campos@mda.gov.br	(61) 2020-0860
24	Claudia Calorio	Brasília	DF	DEX/MMA	Claudia-maria.Calorio@mma.gov.br	(61) 3317-1669
25	Roberta Marins de Sá	Brasília	DF	PNPSB	Roberta.sa@mda.gov.br	(61) 2020-0984

RELATÓRIO DO ENCONTRO DA REDE DE SERVIÇOS



PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO DAS CADEIAS DE PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE - PNPSB

RELATÓRIO

Encontro para Constituição da Rede de Serviços para as Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade
(Castanha do Brasil e Babaçu)

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

Brasília, novembro de 2009

COORDENAÇÃO NACIONAL

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA
SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR – SAF
DEPARTAMENTO DE GERAÇÃO DE RENDA E AGREGAÇÃO DE VALOR
Arnoldo Anacleto de Campos - Diretor
José Ademar Batista - Coordenador

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E PARCERIAS - SAIP
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO GOVERNAMENTAL
Marcus Vinícius da Costa Villarim - Diretor

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – SEDR
DIRETORIA DE EXTRATIVISMO - DEX
Claudia Maria Calório - Diretora
Júlio César Gomes Pinho - Coordenador

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB
DIRETORIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA E INFORMAÇÃO – DIPAI
Sílvia Isopo Porto – Diretor
Rogério Neuwald – Assessor da Diretoria

EQUIPE TÉCNICA

MMA
Alan Franco Boccato
Hétel Leepkaln dos Santos

MDA
Divani Souza

MDS
Gustavo de Assis

CONAB
Ianelli Sobral Loureiro

SECRETARIA EXECUTIVA - PNPSB
Roberta Marins de Sá – Secretária Executiva – roberta.sa@mda.gov.br
João P. Morita – Consultor Nacional da Cadeia do Babaçu – joao.morita@consultor.mda.gov.br
Rodrigo A. Noleto – Consultor Nacional da Cadeia da Castanha-do-Brasil – rodrigo.noleto@consultor.mda.gov.br

Contato
61 2020 0984



Ministério do
Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Ministério do
Meio Ambiente

Ministério do
Desenvolvimento Agrário



Sumário

Lista de Siglas	113
Serviço	113
1. Resumo Executivo	114
2. Contextualização: O Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB) e a Rede de Serviços.....	114
3. Lições Aprendidas – Experiências exitosas na prestação de serviços de apoio aos PCTAFs nos diversos elos da cadeia produtiva	115
Tema 1: Acesso ao mercado Institucional: SEAPROF e COOPERACRE	115
Tema 2: Processo de emissão de DAP: experiência dos seringueiros do estado do Amazonas: IDAM e CNS	115
Tema 3: Prestação de serviço para as quebradeiras-de-coco-de-babaçu: ISPN	115
4. Assessoria em Gestão e Proposta para Gestão do Conhecimento da Rede de Serviços	116
5. Como o governo vai contribuir com a Rede de Serviços	116
6. Como a Rede de Serviços vai contribuir para a superação dos gargalos até 2010	117
7. Encaminhamentos e Conclusão	121
Anexo 1 – Programação	121
Anexo 2 – Relato das apresentações e debates iniciais	122
Anexo 3 – Lições Aprendidas	126
Anexo 4 – Assessoria em Gestão e Proposta para Gestão do Conhecimento da Rede de Serviços	128
Anexo 5 - Painel: Como o Governo Federal vai Contribuir com a Rede de Serviços	129
Anexo 6 – Últimas Questões	132
Avaliação	133
Encerramento	134

Lista de Participantes	134
------------------------------	-----

Lista de Siglas

ADAP – Agência de Desenvolvimento do Amapá
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APA-TO – Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins
ASSEMA – Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão
CNS – Conselho Nacional das Populações Extrativistas
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
Cooperacre – Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre
DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF
DEX – Departamento de Extrativismo
DGRAV – Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor
ECODATA – Agência Brasileira de Meio Ambiente e Tecnologia da Informação
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMPAER – Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural
IDEFLOR- Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará
IEF-AP – Instituto Estadual de Florestas do Amapá
ISPN – Instituto Sociedade, População e Natureza
IUCN – União Internacional para Conservação da Natureza
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MMA – Ministério do Meio Ambiente
PCTAFs – Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares
PNPCT – Política Nacional para os Povos e Comunidades Tradicionais
PNPSB - Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade
SAF – Secretaria da Agricultura Familiar
SAIP – Secretaria de Articulação Institucional e Parceria
SDR – Secretaria de Desenvolvimento Rural do Amapá
SEAPROF – Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar
UNICAFES – União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária

Serviço

Moderação do workshop e redação do relatório: Ladjane Ramos e Luciana Rocha – GTZ
Relatoria: Rodrigo Noleto e João Paulo Morita – PNPSB
Edição: Roberta Marins de Sá – PNPSB
Logística Geral do Workshop: Claudia Ataíde de Paula - MDA

1. Resumo Executivo

Este relatório sistematiza as atividades e discussões do “Encontro para Constituição da Rede de Serviços para Produtos da Sociobiodiversidade”, que ocorreu nos dias 26 e 27 de agosto, em Brasília, no contexto do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB) e que teve como objetivos:

- a. Apresentar a estratégia do governo para promoção das cadeias da Sociobiodiversidade;
- b. Apresentar diagnósticos das demandas das redes no âmbito do PNPSB (plano de ação por cadeia);
- c. Construir uma Rede de Serviços de apoio aos empreendimentos dos PCTAFs com vistas a solucionar os principais gargalos identificados;
- d. Pactuar responsabilidades dos atores dispostos a constituir a Rede de Serviços.

Participaram do encontro representantes de instituições governamentais e não-governamentais que atuam na prestação de serviços de apoio aos Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PCTAFs) nos diversos elos da cadeia produtiva.

Ao final do evento os principais resultados foram:

- a) Rede de serviços constituída
- b) Atividades planejadas pelos componentes da Rede de Serviços para 2009-2010.

Este relatório utiliza em sua estrutura a sequência da programação do evento (Anexo 1), com a seguinte sequência:

1. Contextualização do tema, com uma breve descrição do PNPSB e a importância da Rede de Serviços para sua implementação;
2. Algumas lições aprendidas em experiências exitosas de apoio aos PCTAFs nos estados;
3. Uma proposta de assessoria em gestão e gestão do conhecimento;
4. As contribuições do governo federal para o PNPSB;
5. Como a Rede de Serviços vai contribuir para a superação dos gargalos em uma agenda de trabalho para 2009/2010;
6. Conclusões do evento.

Os relatos detalhados de todas as etapas encontram-se nos anexos.

Com este encontro, a coordenação do PNPSB deu mais um passo para promover a gestão compartilhada, para operacionalizar o plano de ação e para superar os gargalos identificados nos diagnósticos das cadeias. Esse espírito de diálogo e cooperação precisa continuar permeando as atividades relacionadas ao PNPSB, pois, assim, todos ganham principalmente os PCTAFs.

2. Contextualização: O Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB) e a Rede de Serviços

Objetivo geral do PNPSB: Desenvolver ações integradas para a promoção e fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade.

Definição de Produtos da Sociobiodiversidade: Bens e serviços (produtos finais, matérias-primas ou benefícios) gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos PCTAFs que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem.

O processo de construção do plano foi iniciado a partir de 07 seminários regionais e um seminário nacional, além do diálogo com o setor empresarial e uma oficina de gestão. Ao final desse processo foram mais de 700 pessoas envolvidas, em todas as regiões brasileiras e se definiram os eixos e linhas de ação principais:

Eixos do Plano:	Linhas de ação: perpassam os eixos.
a) Produção e Extrativismo Sustentável	f) Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
b) Processos Industriais	g) Assistência Técnica e Extensão Rural
c) Mercados Institucionais e Diferenciados	h) Capacitação
d) Organização Social e Produtiva	i) Crédito, Fomento e Incentivos Fiscais
e) Serviços da Sociobiodiversidade	j) Divulgação e Comunicação
	k) Marco Regulatório

O Plano Nacional foi lançado pelo Presidente Lula, em abril de 2009, em Manaus. No mês de julho foi publicada a portaria interministerial nº 239, que instituiu o PNPSB e os quatro ministérios (MMA, MDA, MDS e MAPA/CONAB) como co-gestores.

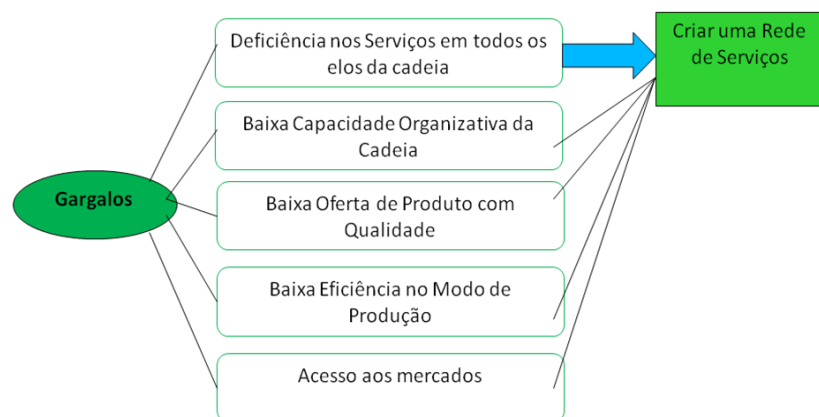
A estrutura de gestão do PNPSB é a seguinte:

- Atribuições operacionais/deliberativas: Grupo de Coordenação do Plano Nacional: MDA, MDS, MMA e CONAB
- Atribuições consultivas: Câmaras Setoriais das cadeias prioritárias; Câmaras Estaduais, GTs, APLs, outros.

Inicialmente, seriam priorizadas duas cadeias consideradas de projeção nacional:

Babaçu: <ul style="list-style-type: none"> • 18 milhões de hectares • 400.000 extrativistas envolvidos diretamente • 1 milhão de pessoas envolvidas direta ou indiretamente • Principais subprodutos: amêndoa/óleo, mesocarpo, azeite e carvão 	Castanha-do-Brasil <ul style="list-style-type: none"> • 17 milhões de hectares • 7 Estados • 24 Unidades de Conservação • 14 Projetos de Assentamento Sustentável • Principais Subprodutos: amêndoa e óleo
---	--

O desafio é levar políticas públicas que possam melhorar o desenvolvimento das atividades junto às comunidades. Esta ação somente poderá se concretizar através de uma Rede de Serviços.



Precisamos potencializar nosso trabalho, identificar a pauta comum deste conjunto de atores e fazer isso respeitando as diversidades, entendendo e melhorando a oferta dos serviços. Por isso, um dos grandes desafios do PNPSB é a constituição desta Rede de Serviços, que deve se articular para dar mais coerência e visibilidade ao que cada um está fazendo, de forma que o extrativismo possa ter um apoio técnico e tecnológico mais qualificado.

Isso pode ser feito com respeito à autonomia de cada instituição e foco naquilo que se tem de acordo e no que for de interesse comum, proporcionando um novo modo de vida para os PCTAFs e estratégias para enfrentar o desmatamento e as mudanças climáticas. Trata-se de ter uma agenda positiva para o uso sustentável dos recursos naturais.

O relato com as apresentações completas e debates encontra-se no Anexo 2.

3. Lições Aprendidas – Experiências exitosas na prestação de serviços de apoio aos PCTAFs nos diversos elos da cadeia produtiva

Tema 1: Acesso ao mercado Institucional: SEAPROF e COOPERACRE

Avanços:

- Criação da lei Chico Mendes – subsídios para produtos da sociobiodiversidade
- Criação do PAA – antes de acessá-lo (até 2002) Cooperacre adquiria 25 mil latas de castanha/ano, em 2009 foram compradas 400 mil latas. Há R\$ 4 milhões para aquisição de castanha
- 25 armazéns comunitários, capacitações, apoio ao escoamento da produção, todos os produtores filiados à Cooperacre (aproximadamente 1500) possuem DAP, apoio à cadeia da borracha
- Cooperacre beneficia 1,2 milhão latas/ano e tem contrato com a Nutrimental
- Apoio da IUCN em um projeto contábil para a cooperativa.

Dificuldade:

- obtenção dos laudos da aflatoxina, que custam R\$ 350,00/laudo (100 laudos/ano)

Tema 2: Processo de emissão de DAP: experiência dos seringueiros do estado do Amazonas: IDAM e CNS

- No Amazonas, ação conjunta do CNS e IDAM fez com que um bom número de seringueiros obtivessem a DAP e acessassem os recursos públicos
- CNS levava os extrativistas de barco para as cidades
- CNS apoiou também experiências interessantes em outros estados:
 - No Acre para a usina de preservativos
 - No Amapá quando a Cooperalca acessou a primeira vez o PAA, o CNS fazia o procedimento básico e depois o técnico do INCRA conferia e assinava
- DAP dá acesso também à aposentadoria

Dificuldades:

- muitos extrativistas não têm certidão de nascimento e CPF
- Custo Amazônia - distâncias longas e os custos para percorrê-las é alto

Tema 3: Prestação de serviço para as quebradeiras-de-coco-de-babaçu: ISPN

Ações com babaçu: Grupo Margaridas e Grupo Flor do Cerrado – Cáceres/MT

1. Elaboração de planos de adequação física para agroindústria
2. Elaboração de Manual de Boas Práticas de Fabricação
3. Elaboração de prospecção de mercado e planos de negócio simplificado
4. Elaboração de planos de identidade visual
5. Realização Seminário Intercâmbio Tecnológico – Barú, Pequi e Babaçu
6. Elaboração do Manual Tecnológico de Aproveitamento Integral do Babaçu



Manual Tecnológico de Aproveitamento Integral do Fruto do Babaçu

Informações sobre a planta (ocorrência, botânica, fenologia, etc); Orientações de manejo; Fluxogramas e descrição de processos para aproveitamento integral (amêndoa, azeite, óleo, leite, carvão, ácidos voláteis, endocarpo para artesanato); Tecnologias de produção (equipamentos, técnicas); Informações nutricionais (semente, mesocarpo); Orientações básicas de Boas Práticas de Fabricação.

No Anexo 3 encontram-se os detalhes das apresentações realizadas nesta etapa.

4. Assessoria em Gestão e Proposta para Gestão do Conhecimento da

Rede de Serviços

Projeto APLs do Cerrado - Mônica Nogueira - A Casa Verde

O Projeto Extensão Industrial para Arranjos Produtivos Locais no Bioma Cerrado, o APLs do Cerrado, visa aperfeiçoar e fortalecer 40 empreendimentos baseados na agricultura familiar e/ou no agroextrativismo sustentável no Cerrado, por meio de um sistema de resolução de problemas técnico-gerenciais e tecnológicos. A ideia é incrementar o desempenho dos empreendimentos, promover a capacitação para a inovação e ampliar o acesso a produtos e serviços de apoio disponíveis nas instituições de governo e setor privado.

O Projeto APLs do Cerrado é um projeto da Rede Cerrado, realizado por meio de um convênio (no. 030/2008) entre A Casa Verde e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e conta com o co-financiamento do Programa de Pequenos Projetos Eossociais (PPP-Ecos) e a parceria da Central do Cerrado.

Para garantir um maior enraizamento no campo da Rede Cerrado, bem como a irradiação dos resultados e lições do Projeto, foi desenhada a seguinte estrutura organizacional:

- a. Conselho Gestor;
- b. Núcleo Operacional Central (NOC);
- c. Pontos de Articulação Regional (PAREs) em GO, DF, MT, MS, MA, TO, MG.

Em cada um dos 40 empreendimentos assistidos pelo projeto serão realizados: Diagnóstico; Plano de aprimoramento; Assistência técnica pontual, na busca por soluções para problemas de gestão, produção e/ou comercialização.

Potenciais e desafios

- o) Conhecer o alcance da metodologia para centrais de comercialização, grupos informais, empreendimentos simples e complexos;
 - p) Gerar conhecimento sobre empreendimentos do agroextrativismo e da agricultura familiar;
 - q) Realizar um diagnóstico e propor planos de aprimoramento para empreendimentos que se caracterizam pela diversidade produtiva e não pela especialização;
 - r) Ampliar o acesso de empreendimentos às políticas públicas existentes;
 - s) Constituir um marco zero dos empreendimentos para gerar indicadores de impacto;
 - t) Sistematizar a iniciativa de adaptação(ões) da metodologia PEIEx;
- Desenhar cenários de replicação.

Gestão de Conhecimento e Capacitação

Monika Roeper - GTZ e Portal da Cidadania - Roberta Sá – PNPSB

A proposta da constituição de uma Rede de Serviços é uma resposta à necessidade de articular e integrar conhecimentos, habilidades e experiências existentes em diversas instituições e localidades em nome de uma melhoria no alcance dos resultados de todas as organizações envolvidas no processo e para o público beneficiário. O espírito deve ser de compartilhamento e de aprendizagem contínua, ressaltando-se que a base para este processo é o conhecimento já existente, ou seja, aquilo que é usado no dia-a-dia e que poderá ser aprimorado e comparado a outras experiências.

Para proporcionar esta plataforma de troca, divulgação e uso do conhecimento, a proposta da Coordenação do PNPSB é o uso do Portal da Cidadania, um ambiente virtual já existente e com base no MDA. Para atender às necessidades dos componentes das Redes de Serviços ele será adaptado e aprimorado, levando em conta também as restrições de acesso (inexistência de banda larga, dificuldade de conexão com a internet, etc) presentes em vários estados do Brasil.

Encontram-se nos Anexo 4 os relatos das apresentações e debates sobre este tema.

5. Como o governo vai contribuir com a Rede de Serviços

MDA

Ainda não existem no meio rural brasileiro, técnicos formados para trabalhar com os PCTAFs. Precisamos observar quais são as abordagens, quais as especificidades desse público. Além disso, é necessário entender o que acontece com essas culturas.

PRONATER - Ações:

- n) **Inovação tecnológica** - Leque de atividades que podem ser feitas a partir desta ação. Nos próximos 20 dias será lançado um edital com MCT.
- o) **Formação de Agentes** - Formar agricultores para que numa estratégia de redes compartilhem informações.

- p) **Fomento e ATER** - Apoiar o financiamento da atividade em si.
- **Públicos** - Apesar das ações relacionadas ao plano, o MDA já dispõe de ações específicas para alguns públicos (indígenas, quilombolas, mulheres).

Atualmente há 279 entidades executoras de ATER em processo de credenciamento e 511 já credenciadas. Os princípios e objetivos da PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural são totalmente compatíveis com as propostas do PNPSB.

MMA

Os gargalos sob responsabilidade do MMA são:

- Gargalo 3: baixa oferta de produtos com qualidade
- Gargalo 5: dificuldade de acesso e vulnerabilidade dos estoques naturais

A contribuição do MMA para a Rede de Serviços será:

- Organizar um programa de capacitação para técnicos de ATER/ATES, baseado no conhecimento de comunidades tradicionais:
- Manejo florestal comunitário e agroflorestal.
- Gestão de empreendimentos comunitários de base florestal;
- Planos de negócios em assentamentos, também ofertado por outros parceiros do plano;
- Boas práticas de manejo, que estão no âmbito do manejo florestal;
- Inventário participativo, o qual será executado pelo SFB.

2. Disponibilização de materiais/inventários – SFB

- Manual de boas práticas de manejo;
- Levantamento de parcerias Empresa/Comunidade na região da BR 163 e Transamazônica;
- Levantamento de áreas sob manejo florestal comunitário;
- Levantamento do estoque potencial de castanha;
- Índices da produção e para análise de risco (acesso a crédito).

3. Divulgação de políticas públicas que dialogam com o tema:

- Programas de rádio;
- Outros materiais (cartilhas e documentos produzidos).

4. Articulação com a ANVISA, com apoio da EMBRAPA

- n) Quais são as recomendações para a produção com qualidade.

MDS

Articulações para o fortalecimento do PNPSB. O público precisa antes mesmo da organização produtiva (o gargalo sob responsabilidade do MDS), da regularização dos seus empreendimentos, esta população

precisa de apoio, de um despertar de cidadania e de entender o seu papel na sociedade. Para isso, estamos buscando parcerias com CEFET, universidades, etc.

CONAB

Apoio à comercialização

Ações	Atividades
Apoio à comercialização (PGPM e PAA)	Divulgação das políticas públicas operacionalizadas pela Conab
Padrão de classificação e coeficientes técnicos	Coordenação e acompanhamento do processo de elaboração da norma de padrão dos co-produtos
Melhoria das Condições de Logística e Armazenagem	Apoio na montagem de redes de comercialização com fomento à adoção de tecnologias apropriadas e boas práticas
Canais alternativos de comercialização (mercados institucionais, diferenciados e convencionais)	Estudos, análises de mercado e disponibilização de informações técnicas

No Anexo 5 encontram-se as apresentações e comentários sobre este tema.

6. Como a Rede de Serviços vai contribuir para a superação dos gargalos até 2010

Em grupos, os participantes do encontro foram convidados a refletir e propor: Como vamos contribuir para a superação dos gargalos até 2010? As propostas foram organizadas de acordo com os gargalos do PNPSB e constituíram um plano de trabalho para o período de 2009/2010, apresentado nas tabelas a seguir.

Gargalo 1: Deficiência nos Serviços de Apoio (ATER, Fomento e Crédito)

Ação	Instituição	Local	Quando	Responsável
Contratação de pessoal através de concurso.	IEF-AP –	Amapá	2009	SEDE – IEF Bianchetti
Cursos de Manejo Florestal para EFAs	Embrapa	Amapá		Jackson/Ana
Unidades Demonstrativas de mapeamento participativo de 18 castanhais da RESEX Rio Cajari	Embrapa			Walter / Ana
Elaboração de publicação Manual de Boas Práticas da Castanha do Brasil	Embrapa	Amapá		Marcelino/Walter/Ana
Elaboração, impressão e divulgação de Cartaz e folheto de divulgação das boas práticas da Castanha	Cooperacre/IUCN/SEAPROF, etc Grupo	Acre		Elcimar, Fernanda

Cursos de boas práticas manejo da castanha	SEAPROF	Acre		Tony e Edvaldo
Formação de monitores	IUCN	Acre	2010	Fernanda
Dias de Campo boas práticas, associativismo/cooperativismo, pós colheita e sub-produtos	Embrapa + organizações estaduais de apoio a cadeia produtiva	Todos os estados da Amazônia	2010	Lúcia/Ana
Veicular os spots do MMA sobre a PNCS nos programas de rádio Prosa Rural e Faça Diferente e Programa da rádio Aldeia	Embrapa AC/AP, SEBRAE, SEAPROF	Acre e Amapá	2009-2010	Dikison, Ana, Lúcia, Tatiane
Edital Projeto Comunidades Duráveis (R\$3 milhões)	ADAP	Amapá	2009-2010	Robério
Projeto Biscoiteiras do Amapá	Cooperalca/SEBRAE, Embrapa/ADAP	Amapá	2009-2010	Natanael
Capacitação na cadeia produtiva da castanha-do-Brasil p/ técnicos de ATER (Belém/outubro de 2009). Incluir produtores na 2ª fase	EMATER/PARÁ, MDA e IDEFLOR	Belém/PA Regionais IDEFLOR (Altamira, Itaituba e Santarém)		A. Carlos Braga Moura (EMATER) Fabrício Ferreira (IDEFLOR)
Adequar o corpo técnico para prestar ATER à Cadeia	EMATERCE FUNDAÇÃO MUSSAMBÊ	Regiões de Baturité, Ibiapaba, Cariri, Uruoca		Francisco Alves /Erisvaldo Figueiredo

Gargalo 1: Deficiência nos Serviços de Apoio (ATER, Fomento e Crédito) – continuação

Ação	Instituição	Local	Quando	Responsável
Difundir as PB/Programas (PGPM- PAA etc)	todos	Médio mearim, etc		ASSEMA e demais
Capacitação de agentes de ATER nos produtos da Sociobiodiversidades	EMATER – RO RURALTINS, APA - TO	Rondônia / Ouro Preto de Tocantins		Gerencia de Pessoal Gerencia de Capacitação / RURALTINS; APA – TO / Maria Bouzada
Fomento p/uso sustentável do cerrado (PPP-Ecos)	ISPN	Bioma Cerrado		Isabel Figueiredo
Capacitar os técnicos “Ates” p/ demanda das quebraadeiras	Incra	Áreas de assentamento		Renato Caixeta
Programa Terra Sol, Agroindustrialização comercialização	Incra	Áreas de assentamento		Renato Caixeta

Promover maior divulgação das políticas públicas e programas (PGPM, PAA, PNAE, etc.) para empreendimentos da cadeia do Babaçu	APA-TO	Extremo Norte do Tocantins – Bico do Papagaio		Maria Bouzada (Teresa)
Contratação de agentes de ATER e ATES	EMPAER-MT	Região produtora		Governo do Estado – MT / MDA / INCRA

Gargalo 2: Baixa Capacidade Organizativa

Ação	Instituição	Local	Quando	Responsável
Criação de um Dpto de Biodiversidade	IEF-AP	Amapá	2010	Diretor Presidente Cunha
Cadastro e mapeamento das colocações/famílias de produtores de castanha ligados a Cooperacre. Organização da documentação	Cooperacre/SEAPROF	Acre	2009-2010	Elcimar/Edvaldo
Criação da Câmara Setorial da Castanha	SDR	Amapá		Secretário Ribamar
Institucionalização do Grupo de apoio ao APL da Castanha como Câmara Setorial	SEAPROF/SEBRAE	Acre	2009	Nilton Cosson e Dikison
Referencial de governança (Fluxo de infos, conteúdo, funcionamento e estrutura do GT APL Castanha)	IUCN	Acre	2009	Fernanda
Cursos de gestão (associativismo/cooperativismo), formação de preço, custo de produção, finanças.	SEBRAE/IUCN/Cooperacre/IUCN	Acre/Amapá	2009-2010	Dikison, Fernanda, Manoel Maria Denise (SEBRAE-AP)
Emissão de DAP's	EMATER PARÁ	Regionais da EMATER Marabá, C. Araguaia, Médio Amazonas e Santarém.		A. Carlos Braga Moura
Inserir-se no preenchimento das DAPs	CNS	Acre, Amapá, Pará, Amazonas, Tocantins.		Manoel Cunha
Promover a organização dos extrativistas em associações e outras formas associativas	EMATERCE e Fundação Mussambê	Regiões de Baturité, Ibiapaba, Cariri e		Francisco Alves /Erisvaldo Figueiredo

		Uruoca		
Capacitação para obter DAP e acessar PBs.	ASSEMA e COPAES	Médio Mearim		Raimundo Alves e Manoel Rodrigues
Elaboração de Diagnósticos das Organizações das quebradeiras de coco do Babaçu	EMATER-PI	Norte do PI		Tadeu
Promover acesso à documentação básica (RG/CPF e DAP)	EMATER-PI	PI		Tadeu
Fomentar a criação e regularização de associações, cooperativas e centrais	APA - TO	Extremo Norte do Tocantins – Bico do Papagaio		Maria Bouzada (Tereza)
Criar e animar mesas de diálogos entre atores da cadeia produtiva do Babaçu	APA - TO	Extremo Norte do TO – Bico do Papagaio		Maria Bouzada (Tereza)
Elaborar e implementar plano de fortalecimento e gestão das organizações da cadeia do Babaçu	APA - TO	Extremo Norte do Tocantins – Bico do Papagaio		Maria Bouzada (Tereza)
Capacitação em organização social e produtiva	ECODATA	Bacia do AltoTocantins		Laura Maragna

Gargalo 3: Baixa Oferta e Qualidade do Produto

Ação	Instituição	Local	Quando	Responsável
Acompanhamento em campo do processo produtivo e envio de amostras para laboratórios	Cooperacre	Acre	2009-2010	Felícia
Construção de unidades demonstrativas para produção de mudas de castanha	SEBRAE	Acre	2010	Dikison
Construção de galpões de armazenamento (comunitários e familiares) e um central para produtos acabados	SEAPROF	Acre	2009-2010	Tony/Edvaldo
Compra e instalação de maquinários (secadores, esteiras, quebradores, classificadores, etc)	SEAPROF/Cooperacre	Acre	2009-2010	Tony/Manoel
Construção e testes de secador solar	Embrapa	Amapá	2009-2010	Walter/Ana
Estudo em rede para caracterização, monitoramento e controle de aflatoxinas nos diferentes estados.	Embrapa + instituições de pesquisa estaduais	AC, AP, AM, RO, PA	2010	Virginia

Estudo de armazéns de secagem.				
Construção de uma usina para processamento de castanha	Cooperacre	Acre	2010	Manoel/
Capacitação para adoção de boas práticas de manejo e produção	CNS	Acre, Amapá, Pará, Amazonas, Tocantins.		Manoel Cunha
Infraestrutura para análise laboratorial da aflatoxina (adequação da estrutura da rede de sementes)	IDEFLOR	Itaituba, Altamira, Marabá e Santarém		Fabício Ferreira (IDEFLOR)
Definir modelos tecnológicos de quebra de coco com as quebradeiras para aproveitamento integral do coco de babaçu	EMATERCE, F. Mussambê, ASSEMA, EMATER-PI, EMBRAPA MA, PI, CE	Baturité, Ibiapaba, Cariri e Uruoca		Francisco Alves/ Frazão/ Erisvaldo e Tadeu
Capacitação técnica e analítica do Lacen – PA, Aflatoxina na Castanha, Mercado interno	ANVISA	Belém		Gerencia Geral de Laboratórios de Saúde / ANVISA Mariângela e Silésia Tel. (61) 3462-5476 / 4008 – ggias@anvisa.gov.br
Discussão sobre limites máximos para aflatoxina, boas práticas, plano de amostragem.	Grupo Técnico de contaminantes em alimentos (ANVISA, MAPA, VISA, Universidades, Laboratórios, Institutos de pesquisa e Setor Produtivo), Plano Nacional da Sociobiodiversidade	Brasília		Gerencia Geral de Alimentos / ANVISA Daniela e Ligia (61) 3462-6514 Daniela.arquete@anvisa.gov.br
Capacitação em agroextrativismo	ECODATA	Bacia do AltoTocantins		Laura Maragna
Manual de boas práticas de produção do Babaçu	ISPN	Bioma Cerrado		Isabel Figueiredo

Gargalo 4: Acesso a Mercados

Ação	Instituição	Local	Quando	Responsável
Certificação Orgânica	Cooperacre, SEBRAE, WWF, UICN e Embrapa	Acre e AP	2009-2010	Manoel e Felícia (Acre) Maria Denise (AP)
Plano de Negócio	SEBRAE, UICN e Cooperacre	Acre e Amapá	2009-2010	Dikison, Fernanda e Manoel (AC) Maria Denise (AP)

Estudos de mercado e viabilidade econômica e técnica (EVTE) para subprodutos da castanha		Acre e Amapá		
Registro da formulação biscoito de castanha				
DEFESA COMERCIAL Barreiras protecionistas para o produto castanha, em especial na fronteira Acre-Bolívia e Rondônia-Bolívia	Receita Federal			
Criação de sistema integrado de informações de mercado de castanha-do-Brasil estadual	IDEFLOR	Estado do Pará		Edson Barbosa (IDEFLOR)
Atuar junto ao MDA/MAPA na criação de padrões de classificação.	CNS	Acre, Amapá, Pará, Amazonas, Tocantins.		Manoel Cunha
Promover maior acesso a PB de comercialização (PAA-PGPM- PRONAF)	TODOS	TODOS		TODOS
Promover a comercialização local dos derivados do babaçu	TODOS	TODOS		TODOS
Promover a adoção dos derivados do babaçu na Alimentação Escolar local	TODOS	TODOS		TODOS
Inserir os derivados nas redes de comercialização solidária	TODOS	TODOS		TODOS
Desenvolvimento de redes de comercialização	ECODATA	Bacia do AltoTocantins		Laura Maragna
Programa Terra Sol, feiras promocionais e de produtores	Incra	Abrangência Nacional		Renato Caixeta
Rede de comercialização	ISPN/Central do Cerrado	Bioma Cerrado		Isabel Figueiredo
Base de serviços de comercialização:	Unicafes	Abrangência Nacional		Marcel Madureira/Mayk Arruda

Gargalo 5: Logística de Escoamento da Produção Eficiente e Acesso à Castanha

Ação	Instituição	Local	Quando	Responsável
Comprar ou disponibilizar animais, carroças, barcos, motores, caminhões	Governo Federal e agentes locais (ex. SEAPROF)			
Manutenção dos ramais	Prefeituras			
Levantamento das demandas de escoamento da produção	CNS	Acre, Amapá, Pará, Amazonas, Tocantins		Manoel Cunha

Acompanhamento junto aos órgãos responsáveis pela regularização fundiária	CNS	Acre, Amapá, Pará, Amazonas, Tocantins		Manoel Cunha
Diagnóstico	RECA	Ponta do Abunã - RO, Sul de Labria - AM e Acrelândia - AC		Marcos Oliveira Projeto RECA
Boas práticas de manejo				
Inventário Participativo				
Levantamento do Estoque de Castanha				
Mapeamento da população				
Custo de Produção				

Gargalo 6: Acesso e Vulnerabilidade dos Estoques Naturais

Ação	Instituição	Local	Quando	Responsável
Projeto Kamukaia - Pesquisa básica em rede sobre: Ecologia, manejo, socio-economia, marcadores moleculares, biometria para castanha do Brasil	Embrapa	AC, AP, AM, RR, RO, PA		Lúcia, Ana, Marcelino, vários pesquisadores nos diferentes estados
Definição de índices/coeficientes técnicos	Embrapa			
Disponibilizar no site do CSB banco de dados com principais publicações da Embrapa relacionadas ao produto nos últimos 10 anos	Embrapa			
Elaborar lista de pesquisadores nos diferentes estados que trabalham com o produto castanha	Embrapa			
Repassar para CONAB estudos básicos realizados relacionados a custo de produção, padrão de classificação, armazenamento e secagem	Embrapa			
Fazer campanha pela sanção da Lei do Babaçu Livre	TODOS	TODOS		TODOS
Promover ações da educação ambiental e intensificar as medidas de controle dos desmatamentos e queimadas dos Babaçuais.	APA - TO	Extremo Norte do Tocantins – Bico do Papagaio		Maria Bouzada (Tereza)

Foi sugerido para ANVISA, MAPA, Ministério da Saúde, Universidades ou Centros de Pesquisas a realização de dois estudos:

- Riscos sanitários do babaçu
- Bromatológico do babaçu

7. Encaminhamentos e Conclusão

O próximo passo é internalizar as propostas de ação nas instituições. É preciso que cada uma analise e confirme seu compromisso com o PNPSB e a ação nos gargalos de sua competência. Rede de Serviço será responsável por colocar o plano de ação em prática, com apoio dos Ministérios que coordenam o PNPSB. Este fórum deve se reunir duas vezes por ano e manter contatos frequentes através da plataforma de gestão do conhecimento que será oferecida. Também será feito um monitoramento periódico para verificar o andamento do PNPSB nos estados.

Ressaltou-se ainda a importância da demanda e da cobrança para manter o avanço nas políticas. A sociedade precisa cobrar para motivar o Estado a implementar as políticas públicas com base em arranjos institucionais coesos e pontos de convergência como o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade.

Os encaminhamentos específicos foram:

- Que todos se integrem ao portal: <http://comunidades.mda.gov.br>
- Que todos se cadastrem no SIBRATER
- Internalizar as propostas de ação nas instituições
- Gestores de gargalo e coordenação do Plano agendam reuniões a partir das proposições geradas nos grupos
- Implementar os planos de ação

Esse momento foi rico e superou as expectativas, pois aponta para o amadurecimento de uma gestão compartilhada em que todos assumem seus papéis e responsabilidades, com consciência de que este é um processo e que é necessário cada vez mais incorporar esse espírito de diálogo e cooperação.

<p>Abertura: Secretário da SAF/MDA, Secretário do MMA, Secretário do MDS, Diretor de Política Agrícola e Informações – CONAB, Representante da GTZ/Programa Floresta Tropicais, Representante da ASBRAER, Representante do MIQCB Coordenador da mesa: Arnaldo Campos, SAF/MDA</p> <p>Apresentação do Plano Nacional para Promoção das Cadeias de Produtos da Biodiversidade. Claudia Calorio Diretora de Extrativismo – SEDR/MMA</p> <p>Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade: Demandas para a Rede de Serviços Arnaldo Campos Diretor de Geração de Renda e Agregação de Valor – SAF/MDA</p> <p>Debate e esclarecimentos</p>	<p>Painel: “Como o Governo Federal vai Contribuir com a Rede de Serviços” g) MDA h) MMA i) MDS j) CONAB</p> <p>Debate e esclarecimentos</p> <p>Trabalho em grupos: Como vamos contribuir para a superação dos gargalos até 2010?</p>
<p>Mesa redonda: Conhecendo Experiências exitosas na prestação de serviços de apoio aos PCTAFs, nos diversos elos da cadeia produtiva <i>Tema 1: Acesso ao mercado Institucional: SEAPROF e COOPERACRE</i> <i>Tema 2: Processo de emissão de DAP: experiência com os seringueiros do estado do Amazonas: IDAM e CNS</i> <i>Tema 3: Prestação de serviço para as quebradeiras-de-coco-de-babaçu: - ISPN</i></p> <p>Debate e esclarecimentos</p> <p>Painel: APLs do Cerrado A Casa Verde/Rede Cerrado Gestão na Rede de Serviços</p>	<p>Apresentação dos trabalhos em grupo Discussão sobre a Rede de Serviços Encaminhamentos Avaliação Encerramento</p>

Anexo 1 – Programação

26/08 (quinta-feira)	27/08 (sexta-feira)
----------------------	---------------------

Anexo 2 – Relato das apresentações e debates iniciais



Abertura:

Composição da mesa: Sra. Francisca (MIQCB), Claudia Calório (DEX/MMA), Rogério Neuwald (Conab), Rogerio Dias (MAPA), Argileu Martins (SAF/MDA), Francisco Alves (Emater-CE)

Sra. Francisca (MIQCB) – representando os PCTAFs: Dá as boas-vindas e agradece a possibilidade de participar das discussões.

Cláudia Calório – DEX/MMA: Boas-vindas aos que atenderam ao chamado para o Encontro. O Plano Nacional é importante para o MMA, pois marca o movimento para identificar uma estratégia para enfrentar o desmatamento e as mudanças climáticas. Trata-se de ter uma agenda positiva para o uso sustentável dos Recursos Naturais. Um ponto fundamental é que esta agenda vem sendo construída em parceria e sob a coordenação do MMA, MAPA/CONAB, MDS e MDA, que tem buscado manter um diálogo estreito com as comunidades tradicionais e demais setores envolvidos, tais como as redes de serviços (empresas de extensão governamental e não-governamental, empresas de pesquisa, entre outras). O papel do MMA é fazer uma ação transversal visando construir uma ação de valorização da floresta em pé.

Sr. Rogério Dias – MAPA: O desafio é levar políticas públicas que possam melhorar o desenvolvimento das atividades junto às comunidades e esta ação somente poderá se concretizar através da rede de serviços.

Argileu Martins – SAF/MDA: O Plano consolida uma grande utopia após o Projeto Vida Digna no Campo. Este conjunto de ações, projetos e políticas procuram convencer a sociedade de que rural não significa atraso. O rural começou a mostrar para a sociedade que o que está associado ao campo é bom para a economia e a para sociedade brasileira. O estado brasileiro passou por muitas décadas atendendo apenas uma parte da sociedade. A partir da implementação do projeto Vida Digna no Campo, o setor rural começou a ser entendido e a ser discutido uma nova função do setor rural brasileiro.

O Plano Nacional da Sociobiodiversidade é um grande começo para se discutir o estado brasileiro e para ser construído um novo modo de vida para as pessoas, em que elas possam ter escolhas. Este novo desafio será discutido nestes dois dias. O primeiro desafio é romper com as vaidades institucionais. Este plano será importante também para que possamos compreender não só as fortalezas, mas as dificuldades destas instituições. Esta rede de serviços tem muita novidade, porque traz um conjunto de ministérios, um conjunto de atores para uma pauta comum.

Francisco Alves – Representante da empresas de extensão (Emater/CE): Agradece o convite e afirma o compromisso das organizações de extensão em apoiar o plano da sociobiodiversidade.



Apresentação do Plano Nacional para Promoção das Cadeias de Produtos da Biodiversidade - Agregação de Valor e Consolidação de Mercados Sustentáveis
Claudia Calório, Diretora de Extrativismo,
Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável/Ministério do Meio Ambiente (SEDR/MMA), claudia-maria.calorio@mma.gov.br

Este encontro representa mais uma etapa da estratégia de constituição do plano, a partir das consultas e diagnóstico das cadeias. Uma das primeiras questões é a megadiversidade brasileira. Não temos uma valorização que faça jus a toda esta riqueza. Para tanto, é necessário reconstruir toda esta biodiversidade. Somada a isso também temos uma diversidade sociocultural expressiva, povos que podem ser guardiães destas florestas, e estes povos precisam de condições para a manutenção e uso destes ambientes.

O processo de construção do plano foi iniciado a partir dos sete seminários regionais/Bioma e o nacional, além do diálogo com o setor empresarial. Ao final desse processo houve mais de 700 pessoas envolvidas, em todas as regiões brasileiras. As ações que envolveram diversos setores governamentais foram fundamentais para agregar estas instituições no plano. Também foi realizada uma oficina de gestão do plano e Lançamento do Plano Nacional pelo Presidente Lula, este ano em Manaus. No mês de julho foi lançada a portaria que instituiu os quatro ministérios (MMA, MDA, MDS e MAPA/CONAB) como co-gestores do Plano Nacional. Na perspectiva de ação conjunta e priorização, foi decidido que, inicialmente, o Plano priorizaria duas cadeias consideradas de projeção nacional, que são as cadeias do Babaçu e Castanha-do-Brasil. Foram então realizadas diversas bilaterais onde foram incorporadas as sugestões dos estados, para que o plano tivesse uma dimensão de governança. Por fim, foi realizado o Workshop da Cadeia da Castanha-do-Brasil, onde foi apresentado o diagnóstico e discutido um plano de ação para a cadeia.

Definição de Produtos da Sociobiodiversidade: Bens e serviços (produtos finais, matérias primas ou benefícios) gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos PCTAFs (povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares), que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem.

O plano tem um foco de cadeia, a partir de produtos e serviços com recursos da sociobiodiversidade, para que estes produtos cheguem ao consumidor final valorizado. Neste sentido, este é o objetivo geral do Plano: “Desenvolver ações integradas para a promoção e fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade.”

Durante a abertura do evento, ficou claro na fala das pessoas que estavam na mesa, como era a ação do estado brasileiro em períodos anteriores e que o plano está tentando mudar para uma ação focada nos produtos da sociobiodiversidade.

A Amazônia é um bioma prioritário do Governo Federal, seja pelo desmatamento, seja pelas mudanças climáticas. O Babaçu representa 89% de todos os produtos florestais não-madeireiros registrados pelo IBGE.

Babaçu: <ul style="list-style-type: none"> 18 milhões de hectares 400.000 extrativistas envolvidos diretamente 1 milhão de pessoas envolvidas direta ou indiretamente Principais subprodutos: amêndoa/óleo, mesocarpio, azeite e carvão 	Castanha-do-Brasil <ul style="list-style-type: none"> 17 milhões de hectares 7 Estados 24 Unidades de Conservação 14 Projetos de Assentamento Sustentável Principais Subprodutos: amêndoa e óleo
--	--

Gestão do PNPSB:

- Atribuições operacionais/deliberativas: Grupo de Coordenação do Plano Nacional: MDA, MDS, MMA e CONAB
- Atribuições consultivas: Câmaras Setoriais (Castanha-do-Brasil e Babaçu); Câmaras Estaduais, GTs, APLs, outros.

Eixos do Plano: <ul style="list-style-type: none"> l) Produção e Extrativismo Sustentável m) Processos Industriais n) Mercados Institucionais e Diferenciados o) Organização Social e Produtiva p) Serviços da Sociobiodiversidade 	Linhas de ação: perpassam os eixos. <ul style="list-style-type: none"> q) Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação r) Assistência Técnica e Extensão Rural s) Capacitação t) Crédito, Fomento e Incentivos Fiscais u) Divulgação e Comunicação v) Marco Regulatório
--	--



Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade: Demandas para a Rede de Serviços

Arnoldo Campos

Diretor de Geração de Renda e Agregação de Valor – Secretaria de Agricultura Familiar/Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA)
Arnoldo.campos@mda.gov.br

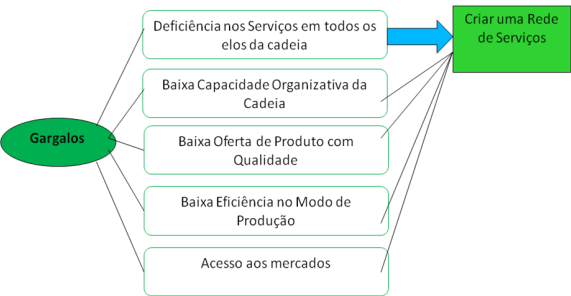
Um dos grandes desafios deste Plano é a constituição desta Rede de Serviço. Articular, dar mais coerência e visibilidade ao que cada um está fazendo para que possamos ter um apoio técnico, tecnológico mais qualificado. A idéia é que esta rede possa estar disponível e o seu exercício deriva do plano da Castanha-do-

Brasil e do Babaçu. É também importante que as autonomias sejam respeitadas. O trabalho será focado naquilo no que se tem de acordo e não de desacordo. Aquilo que for do interesse comum. O que

queremos é aproximar as organizações, e estas várias ações vão depender do empenho de cada um de vocês. No governo federal foram divididas as funções entre os diversos ministérios, para que cada grande problema tenha um ponto focal dentro do governo e possa usufruir das capacidades instaladas.

Cadeia de Valor da Sociobiodiversidade.

- Cadeias distintas (Babaçu e Castanha): mercado externo e interno
- Rede de Serviços: Diversos prestadores de serviços



Deficiências nos serviços de ATER -

Qualificar este apoio para que se possa avançar. Como e em que elo da cadeia produtiva cada instituição vai atuar.

Baixa capacidade organizacional da cadeia - Estamos mais avançados do ponto de vista político, mas na parte produtiva e econômica estamos ainda precários. Organizar de acordo com a realidade de cada comunidade. O grande desafio é ter cada PCTAF dentro de uma associação ou de uma cooperativa. Ter uma rede de serviço nesta área é um grande desafio.

Baixa eficiência no modo de produção - É possível melhorar produtividade, qualidade e oferta destes produtos. Diminuir os casos da castanha-do-brasil com aflatoxina e aumentar a produção de óleo do babaçu.

Acesso aos mercados - Priorizar os mercados institucionais e diferenciados. O PAA está muito abaixo do potencial de PCTAFs que poderia atingir. Garantir que todos os municípios prioritários acessem o PAA. Fazer com que isto flua, aconteça. A alimentação escolar é outro grande desafio. Os municípios terão que comprar a castanha, o babaçu e outros produtos da produção familiar. Como garantir que os municípios possam realizar estas aquisições? É muito importante este serviço técnico, por exemplo, para as nutricionistas que elaboram os cardápios das escolas. Elaborar uma logística de suprimento de alguns produtos exige apoio técnico maciço. Como organizar os serviços para apoiar os PCTAFs no mercado institucional? O acesso à embalagem, rótulos e outros serviços são prioritários. É importante que cada instituição identifique onde está nesta cadeia produtiva e como pode ajudar.

O plano também vai ofertar uma proposta de financiamento de serviços, para que todos possam assumir mais compromissos com esta pauta. Vamos potencializar nosso trabalho, respeitando as diversidades. O objetivo é saber o que cada um está fazendo, entender e melhorar a oferta dos serviços.

Debate e esclarecimentos

Tadeu, EMATER/PI: O problema da extensão rural é geral. Começa pelas ações de elaboração de pequenos projetos que os técnicos têm que executar e que asseguram pequena percentagem de recursos, isso acarreta a priorização de uma ação de assistência técnica e menos de extensão.

Antônio Braga, EMATER/PA: na apresentação dos gargalos das cadeias, se falou sobre a deficiência na organização da produção. Atualmente temos 136 municípios trabalhando com ATER, e temos uma situação de deficiência na organização dos serviços de apoio. A idéia é fortalecer os serviços de apoio, tanto qualitativo, quanto quantitativo dos estados?

Arnoldo Campos: Um dos temas de amanhã será aprofundar a Lei Geral de ATER. O Governo Federal trabalhou pelo desmantelamento da ATER nos anos 1990. Nos últimos anos os estados vêm fortalecendo as empresas estaduais por uma pressão da sociedade e do MDA. Nesse sentido, os movimentos estaduais devem pressionar mais os estados para qualificar a demanda.

Pedro Ramos, CNS: minha primeira pergunta é para Claudia Calório: você falou do aproveitamento da amêndoa e do óleo da castanha, mas existem outras utilidades como: farofa da castanha, etc. Já a segunda pergunta é para o Arnoldo: sobre a aflatoxina, na safra de 2006 quando operamos com a Conab, deixamos de vender castanha em função da dificuldade de fazer a análise no laboratório, tivemos que enviar 30kg para um laboratório em São Paulo, e o tempo necessário para o recebimento do resultado era mais longo do que o produto poderia esperar para ser comercializado. Neste sentido, gostaria de saber: como poderia se resolver a falta de laboratórios na Amazônia?

Claudia Calório: Com relação ao aproveitamento de todos os produtos, o entendimento que temos é de trabalhar com duas cadeias que possuem um conjunto de arranjos, assim cada estado precisa instituir um câmara setorial ou grupo de trabalho que definirão os arranjos produtivos que serão trabalhados naquela cadeia. Com relação à ANVISA, esta já aceita a instalação de um ou dois laboratórios na Amazônia.

Arnoldo Campos: Em relação aos laboratórios (para análise da aflatoxina) está pautado no Plano Nacional e está havendo um esforço conjunto para se concretizar.

Francisco Alves Emater/CE: Atualmente existem no MDA 12 redes temáticas e tivemos que ajustar o contingente de técnicos nos estados para estes projetos. Se não houver um empenho daqui dizendo que será mais uma atividade benéfica aos produtores, não haverá técnicos disponíveis. No estado, é agora que está sendo contratado pessoal e era importante para esse trabalho que está sendo pensado agora, que se pudesse ter o mesmo empenho dos demais. É preciso dominar a cultura, por exemplo, ninguém trabalhava com babaçu no Ceará. Depois que o José Batista (SAF/MDA) esteve lá é que passei a estudar o tema. Com relação ao PAA, onde e como vai ser a ação do PAA para o babaçu? Como vai ser feito?

Claudia Calório: O próprio IBGE identifica isso, foi por interesse do governo do estado do Ceará que ocorreu a bilateral no estado. Além dessas duas cadeias nacionais, temos arranjos em outros estados, mas ainda não foram alçados em nível de cadeia nacional. Estas serão as próximas cadeias.

Arnoldo Campos: Nesta primeira etapa do plano, assim que terminar esta primeira fase teremos que escolher uma nova cadeia produtiva. A nossa capacidade de promover esta articulação, ainda é nova e não nasce da noite para o dia. No caso das empresas estaduais de ATER, o MDA exige que certos temas sejam abordados, assim surgem as redes temáticas. Não é necessário criar novas redes temáticas, o babaçu poderia ser incluído na Rede de Produtos e Mercados Diferenciados. É preciso criar grupos de articulação nos estados. Se isto não for feito será muito difícil uma articulação com o governo federal. O babaçu tem um potencial muito concreto, que é o mesocampo para comercialização por meio do PAA. O próprio óleo, pela sua condição nutricional.

Décio, EMPAER/MT: Quando se pensa em crédito, há alguma equipe que vai fazer a diretriz técnica?

Claudia Calório: temos um PRONAF Florestal, onde temos uma dificuldade bastante grande que é a falta da DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF), e outra que é a dificuldade de concessão de crédito por falta de planilhas adaptadas aos produtos da sociobiodiversidade. Estas questões estão identificadas no âmbito do plano.

Arnoldo Campos: A questão do crédito é ainda um desafio, em vários locais as pessoas acessaram mal e estão inadimplentes, perdendo a oportunidade de usar esta ferramenta. Nenhum banco financia sem garantias. É preciso ser feita a aproximação do mundo financeiro com o extrativismo e a ATER seria a rede que faria essa aproximação.

Laura, Ecodata: A Ecodata desenvolve um projeto de capacitação de agricultores em 60 municípios. Vários gargalos identificados nestes locais, também foram identificados aqui neste encontro, como gargalos na base da cadeia. De que forma a Ecodata, que é uma OSCIP, poderia contribuir com este trabalho? E de que forma poderiam contribuir com o nosso trabalho?

Claudia Calório: a ECODATA, que está fazendo um trabalho pioneiro no cerrado. Amanhã cada uma das instituições que estão aqui se verão dentro do plano e/ou verão como poderão ser incluídas.

Arnoldo Campos: A Ecodata viu a agenda e pode analisar em qual contexto que ela poderia se encaixar.

Arnaldo Bianchetti, Governo do Amapá: Como serão integradas as ações dos territórios com as da cadeia produtiva? Foram resgatadas as informações do Programa de Alimentos Seguros?

José Marques Frazão, EMBRAPA-MA: Queria registrar que a representação do Maranhão está muito pequena e parabenizo o governo do estado do CE que brigou por estar aqui. A reunião do MA vai acontecer depois desta da rede de serviços. Existe uma organização de quebradeiras de coco, que é financiada pelo MDA (recursos dos Territórios da Cidadania) e fica em Itapecuru e não sabia desta reunião. Se não houver tecnologia não conseguiremos avançar. As condições de trabalho destas mulheres são as piores possíveis. Se não conseguir valorizar estes produtos eles serão exterminados.

Arnoldo Campos: Os municípios escolhidos têm como fator estar dentro dos territórios da cidadania. Aquele conjunto de políticas que desenvolvemos nos territórios deve dialogar com esta pauta. É importante que o território da cidadania paute isto dentro do conselho. O MDS tem metas nos territórios da cidadania para o PAA, eles deve pautar isso nos seus colegiados. A DAP prova que é agricultor e agora é garantia para a aposentadoria, porque o MDA fez uma parceria com a Previdência para garantir que quem tem DAP tenha acesso. Tem que ter DAP. Não se consegue uma lista de extrativistas que estão dentro das áreas protegidas e isso faz falta, só se consegue uma lista de habitantes. O Maranhão está com dificuldade pelos acontecimentos ocorridos na mudança de governo. A reunião com o estado do MA está agendada para o dia 01 de setembro e o workshop para 04 a 06 de novembro em São Luís. Em termos da pesquisa, institucionalmente, é mais fácil pautar a Embrapa para produtos da agricultura do que para os produtos da sociobiodiversidade. O próprio MDA está mais pautado para agricultura de cultivo do que para o extrativismo. São trajetórias que com este plano gostaríamos de acelerar. Sobre o Programa Alimento Seguro do MAPA não sei responder.

Claudia Calório: Cada governador de estado indicou um ponto focal para dialogar com o Plano. As EMATERs estão hoje aqui para compor este conjunto de contatos de cada um dos estados. A partir do momento que estão aqui e se integrem vão ajudar a fazer estas amarrações nos estados.

Maria, APATO: Uma das questões enfrentadas é que não existem estudos bromatológicos, voltados mais para a questão sanitária e nutricional do babaçu. Fazemos um trabalho com a ASMUBIP, no extremo norte do TO (800 famílias), para quem a base da economia é o babaçu. Enfrentamos o grande uso dos venenos agrícolas que prejudicam o acesso aos babaçuais e que podem afetar os subprodutos. Isso é uma questão de bens e serviços ambientais. Não vi este tema mencionado nas apresentações.

Arnoldo Campos: na formulação dos cardápios para a alimentação escolar isto é fundamental. É um desafio para as instituições de pesquisa. Temos a necessidade de sistematizar, já que muitas dessas informações devem estar prontas. Sobre o veneno no babaçu, ainda não temos um plano ou ação definido. Queremos atuar no acesso aos babaçuais. Quais são estas áreas? Quem está ali é passível de trabalhar em projetos sustentáveis? A Casa Civil puxou para ela este tema e estamos colaborando. Temos que definir uma pauta básica, regularização por exemplo. Ações básicas, fundamentais para que as pessoas possam partir de um patamar mínimo.

Claudia Calório: Há na Câmara Federal 6 Projetos de Lei tratando de serviços ambientais. O primeiro é de 2007. É preciso reconhecer os serviços ambientais que são promovidos por PCTAFs.

Osvaldo Figueiredo, Fundação Mussambê: Na década de 1960/70 o principal produto de exportação do MA era o óleo de babaçu, já na década de 80 a soja. Atualmente existem menos de 10 empresas trabalhando com óleo de babaçu. O plano está pensando na questão de promoção da cadeia extrativista que concorre com outros cultivos como o dendê? Mais de 90% do babaçu, está no MA. Existe um trabalho pela Fundação Mussambê de aproveitamento total do babaçu. No Ceará é desenvolvido querosene de aviação a partir do babaçu.

Renato, INCRA: Basicamente os mercados serão dois (institucionais e diferenciados). Para o mercado institucional, tem o PAA. Quando se fala de um mercado de nicho (diferenciado), existe uma grande barreira que o pequeno tem dificuldade de ultrapassar. Este é um gargalo fundamental, pois os empreendimentos não terão como se consolidar somente com o mercado institucional.

Claudia Calório: Devido a esta complexidade tivemos que focar em públicos e territórios específicos. Os gargalos que foram eleitos são estruturantes para que estas cadeias se organizem.

Arnoldo Campos: Pactuação é a palavra-chave deste Plano. Há um mérito destes três ministérios e da CONAB que é esta dinâmica. Demanda real existe, demanda potencial existe e cabe a nós entender estas demandas. Tem um mercado institucional que dá base para ajudar a organizar. O desafio é qualificar a demanda no estado. As políticas têm que ser diferenciadas.

Rocilda, CONAB: Somente um esclarecimento sobre o PAA. Independente do Plano. Todos estes produtos já são comprados pelo PAA, não somente pelas instituições como creches e hospitais. Além disso, alguns produtos já estão indo para a alimentação escolar.

Ana Euler, EMBRAPA/AP: Senti a falta de representante do IBGE. Não foi convidado? Como será feita essa revisão anual? Outro ponto é o diálogo com o setor produtivo: o produtor na ponta não sabe sobre o Plano, não sabe sobre as políticas públicas. Existe um plano de divulgação para a informação chegar ao produtor?

Claudia Calório: Sobre o IBGE, o que está em discussão é o mapeamento dos PCTAFs. Outras questões levantadas serão detalhadas amanhã, como sobre a revisão dos preços. Espero que seja feito um bom trabalho e que surja um pacto para o enfrentamento das questões priorizadas.

Arnoldo Campos: A comunicação ainda é deficiente, o plano de comunicação vai chegar primeiro em algumas instâncias até chegar às comunidades.

Tony, SEAPROF: O item 1 fala na deficiência nos serviços de crédito. Esse é o maior desafio, se a política for nivelada haverá uma dificuldade de inserção tanto dos que estão mais avançados, como daqueles mais atrasados.

Maria, APA/TO: Estamos inseridos no território da cidadania do Bico do Papagaio. Estamos discutindo os projetos do babaçu. Quando estamos nas bases, identificamos algumas questões que não aparecem aqui. Como o plano pensa em valorizar a produção de coco nas comunidades? Temos o desafio de envolver outras gerações, pois a juventude não quer mais quebrar coco. Como está sendo pensado isso? Como fica a relação a educação do campo? E a economia solidária? Já que a economia local está mais próxima de nós.

Egon Krakhecke: Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (MMA): Ressalto a importância do Plano da Sociobiodiversidade como uma estratégia para a conservação e o uso sustentável dos biomas. Esses produtos têm um potencial enorme, devendo ser alavancados e isto cabe aos movimentos sociais, empresas, governos estaduais e ao próprio governo federal. Existe interesse das corporações nestas cadeias. Esta é uma das questões de fundo, que temos que estar atentos. Esta rede deve utilizar os modernos recursos tecnológicos para fortalecer a nossa agenda.

Anexo 3 – Lições Aprendidas

Mesa redonda: Conhecendo experiências exitosas na prestação de serviços de apoio aos PCTAFs, nos diversos elos da cadeia produtiva

Tema 1: Acesso ao mercado Institucional: SEAPROF e COOPERACRE

Tony John de Oliveira: Destacou a criação da lei Chico Mendes, que paga subsídio para qualquer produto da sociobiodiversidade. Um dos grandes diferenciais foi a criação do PAA. Hoje a Cooperacre tem contrato com a Nutritional.

Manoel Monteiro – Superintendente da Cooperacre: A primeira vez que acessamos o PAA foi em 2003, antes disso a maior quantidade adquirida foi de 25 mil latas de castanha. No segundo ano foram compradas 84 mil latas. Hoje são compradas 400 mil latas/ano. E com a construção das indústrias de beneficiamento, beneficiam 1,2 milhão latas/ano. Este ano a Cooperacre acessou o PRONAF Agroindústria e têm R\$ 4 milhões para aquisição de castanha. Com os recursos públicos foram construídos 25 armazéns comunitários, feitas capacitações, apoio ao escoamento da produção, todos os produtores filiados a Cooperacre (aproximadamente 1500) possuem DAP, além de apoio à cadeia da borracha e do apoio da IUCN em um projeto contábil para a cooperativa. Uma das grandes dificuldades é a obtenção dos laudos da aflotoxina, que custam R\$ 350,00 por laudo e realizamos mais de 100 laudos por ano.

Tema 2: Processo de emissão de DAP: experiência com os seringueiros do estado do Amazonas: IDAM e CNS

Pedro Ramos – CNS: Apesar de viver no estado do Amapá, conhece bem como se deu o processo das DAP no Amazonas. A questão da DAP não se tornaria exitosa se não houvesse a participação do CNS, que levava os extrativistas de barco para as cidades. Esta ação conjunta do CNS e IDAM fez com que um bom número de seringueiros acessassem os recursos. O CNS apoiou também experiências interessantes nos outros estados: no Acre para a usina de camisinha. No Amapá quando a Cooperalca acessou a primeira vez o PAA, o INCRA só tinha um técnico capacitado para emissão da DAP no estado, por isso, o CNS fazia o procedimento básico e depois o técnico do INCRA conferia e assinava. Apoiar a emissão de DAPs é

importante para o CNS porque ela dá acesso também à aposentadoria, no entanto, ainda há muita dificuldade, pois muitos extrativistas não têm os documentos básicos como certidão de nascimento e CPF e as distâncias e os custos para percorrê-las é alto (Custo Amazônia).

Tema 3: Prestação de serviço para as quebradeiras-de-coco-de-babaçu: - ISPN

Luis Carraza, ISPN, luis@ispn.org.br. (61) 3327 8085

O ISPN é uma Organização não governamental brasileira fundada em abril de 1990 com sede em Brasília, cujo objetivo é “Contribuir para a viabilização do desenvolvimento sustentável com equidade social e equilíbrio ambiental”. Suas áreas de atuação são:

- **Meio Ambiente:** políticas socioambientais, gestão ambiental, meios de vida sustentáveis, padrões de consumo
- **Desenvolvimento:** desenvolvimento regional, urbano e rural, gênero, minorias, educação, saúde e ambiente, sociedade civil, inovação, segurança alimentar
- **População:** migração, fecundidade, mortalidade, população e desenvolvimento, população e meio ambiente

Há 14 anos desenvolve o Programa de Pequenos Projetos Ecosociais – PPP-ECOS, apoiando iniciativas da sociedade civil organizada no Cerrado. Atualmente já apoio 289 projetos em 14 estados, sendo mais de 200 organizações acessaram os recursos, com valores médio de US\$ 25 mil, tendo sido alocado atual/ano – US\$ 1.000.000. Até o momento já foram alocados mais de US\$ 7 milhões.

As prioridades do PPP-ECOS são: Impacto ambiental global; Geração de renda, segurança alimentar e inclusão social; Participação comunitária/autogestão; Equidade de gênero e geração; Inovação tecnológica e/ou organizacional; Replicabilidade ampla; Subsídios para políticas públicas. Especificamente em relação aos produtos da sociobiodiversidade, apoiando, o Projetos com Babaçu, no Maranhão, Tocantins e outros estados:

Projeto “Cerrado que Te quero Vivo!”

Ações Gerais:

- Elaboração Manual de Normas Sanitárias, Ambientais e Fiscais e Ambientais
- Realização Seminário Intercâmbio Tecnológico – Barú, Pequi e Babaçu
- Elaboração do Manual Tecnológico de Aproveitamento Integral – Barú, Pequi e Babaçu

Ações Específicas:

1. Elaboração de Planos de Adequação Física para agroindústrias
2. Elaboração de Manuais de Boas Práticas de Fabricação
3. Elaboração de Prospecção de Mercado e Planos de Negócio Simplificado
4. Elaboração de Planos de Identidade Visual
5. Suporte para emissão de DAPs e elaboração de projetos PAA/CONAB

Ações com babaçu:

Grupo Margaridas e Grupo Flor do Cerrado – Cáceres/MT

- Elaboração de planos de adequação física para agroindústria
- Elaboração de Manual de Boas Práticas de Fabricação

- Elaboração de prospecção de mercado e planos de negócio simplificado
- Elaboração de planos de identidade visual
- Realização Seminário Intercâmbio Tecnológico – Barú, Pequi e Babaçu
- Elaboração do Manual Tecnológico de Aproveitamento Integral do Babaçu

Parceiro FASE/MT e Contrapartida PPP-ECOS e Fundação Doen:

- a) Elaboração de prospecção de mercado e planos de negócio simplificado: Elaboração de roteiro e orientações para realização dos estudos por técnicos locais, Foco mercado local e regional, Identificação de potencial de consumo, Identificação de praça, Identificação de preço, Análise Concorrência, Análise do custo produção e viabilidade econômica



Plano de identidade visual: Logomarca, Cartão de visitas, Folder, Rótulos (específicos e genéricos), Banner

Seminário Intercâmbio Tecnológico - Brasília

Barú, Pequi e Babaçu, durante 2 dias, com 65 participantes e 36 organizações.

Objetivos: intercâmbio/troca de experiências; Identificação de problemas; Proposições de soluções.

Principais entraves levantados: Comercialização; Marco regulatório;

Assessoria, formação, capacitação e pesquisa; Certificação e registros; Subsídios, crédito e micro-crédito; Acesso aos recursos e conservação.



Manual Tecnológico de Aproveitamento Integral do Fruto do Babaçu

Informações sobre a planta (ocorrência, botânica, fenologia, etc); Orientações de manejo; Fluxogramas e descrição de processos para aproveitamento integral (amêndoa, azeite, óleo, leite, carvão, ácidos voláteis, endocarpo para artesanato); Tecnologias de produção (equipamentos, técnicas); Informações nutricionais (semente, mesocarpo); Orientações básicas Boas Práticas de Fabricação.

Recomendações Gerais ISPN

- Adequação Marco Regulatório
- Integração da produção para acesso a mercados
- Assessoria técnica qualificada diferenciada
- Pagamento por Serviços Ambientais e Sociais
- Promoção Marketing para os produtos da SocioBiodiversidade
- Pesquisa e Desenvolvimento adequados para lógica comunitária
- Interação empresa x comunidades na perspectiva do mercado justo
- Desenvolvimento de ações conjuntas (governo, sociedade organizada e setor privado)
- Tratamento diferenciado para agricultura familiar no Código Florestal

Debate e esclarecimentos:

Tadeu, EMATER/PI : Gostaria de obter mais informações sobre o código florestal.

Luis Carraza, ISPN: Em relação ao código florestal, o que temos é a preocupação de que por parte das organizações ambientalistas, não há diferenciações para os pequenos agricultores. A proposta para o desmatamento zero é a mesma para todos. O projeto foi para apoiar uma usina de energia a partir do óleo de babaçu, em Esperantina (PI). Quando chegou o Programa Luz para Todos, o projeto parou de produzir óleo.

Jaime, EMATER/RO: (para a Cooperacre) Quem orientou a questão social e se houve um crescimento dos cooperados?

Rosa, SEBRAE/PA: (para a Cooperacre) Como a cooperativa está se mantendo? Que tipo de agregação ocorreu?

Manoel Monteiro, Cooperacre: Viveu até os 20 anos de idade no seringal, e vendia para o MUTRAN. Chegou na Cooperacre em 2001, quando o maior preço pago era R\$ 2,00. Com o acesso ao programa em 2003, os produtores chegaram a entregar a lata recebendo de R\$ 8,00 até R\$ 10,00. Este ano o mercado pagou R\$ 7,00 para o produtor trazer na cidade. A Cooperacre pagou R\$ 13,00, buscando nos galpões construídos pelo governo do estado nas comunidades. Os produtores que não estavam organizados não conseguiam vender, a Cooperacre abriu espaço para atender estes produtores. Os preços pagos pela Cooperacre são estabelecidos pela assembléia (são realizadas duas para definir a safra). Depois de todo o exercício operacional é realizada a assembléia geral onde os participantes definem para onde vão as sobras, se para reinvestir ou para outros investimentos. Através das 25 associações e cooperativas filiadas à Cooperacre, o recurso é repassado ao produtor e após 4 ou 5 meses o recurso volta na forma de produto. A cooperativa processa essa produção e vende. Com a usina nova a Cooperacre vai conseguir processar 12 toneladas/dia. Atualmente beneficiam-se 100 toneladas/mês. Em Xapurí beneficiam-se mais 40 toneladas.

Toda a produção do ano passado já estava vendida. Este ano ainda não está toda vendida, mas vamos vender tudo e pagar o financiamento 2 meses antes. A Cooperacre consegue apenas beneficiar 40% da castanha do Acre. Com a nova unidade, pretendem beneficiar 65% da produção do Acre. A nossa grande preocupação é com a gestão. Trabalhamos para um dia ter independência. Para isto precisamos investir bastante no processo de capacitação em gestão. Até 2007 a contabilidade era terceirizada. Nos 3 últimos anos, estamos fazendo a contabilidade interna, e assim estamos podendo analisar o processo de gestão. Estamos implantando sistemas contábeis na Cooperacre e nos associados.

Ana Euler, EMBRAPA/AP: sobre relação de comunidades com empresa, qual o papel do ISPN? Sobre o tratamento diferenciado para a agricultura familiar no código florestal, concorda e não concorda. O agronegócio não avança só na grande propriedade, avança também na pequena que é arrendada pelo grande.

Luis Carraza, ISPN: no que se refere à relação comunidade com as empresas, o ISPN tem colocado isso como uma solução e tem animado o processo. Para que as comunidades tenham o máximo de autonomia e possam fechar o ciclo de produção da coleta à comercialização. Experiência prática: há uma cooperativa com contrato com a MERCK, para vender a fava d'anta colhida em parceria com várias comunidades. Existem várias alternativas para as parcerias com empresas.

Pedro Ramos, CNS: A gente foi historicamente acostumado a entregar o produto como matéria-prima. A Natura compra óleos vegetais. O grande desafio é ter esta tecnologia e ter assessoria. Quem vende matéria-prima não consegue valorizar o seu produto.

Anexo 4 – Assessoria em Gestão e Proposta para Gestão do Conhecimento da Rede de Serviços

Projeto APLs do Cerrado - Mônica Nogueira - A Casa Verde

O Projeto Extensão Industrial para Arranjos Produtivos Locais no Bioma Cerrado, o APLs do Cerrado, visa aperfeiçoar e fortalecer 40 empreendimentos baseados na agricultura familiar e/ou no agroextrativismo sustentável no Cerrado, por meio de um sistema de resolução de problemas técnico-gerenciais e tecnológicos. A Rede Cerrado integra 107 organizações da sociedade civil identificadas com a causa socioambiental no Cerrado, representando trabalhadores(as) rurais, agroextrativistas, indígenas, quilombolas, geraizeiros(as), quebradeiras de coco, pescadores(as) artesanais e organizações de assessoria.

Como alcançar: incrementar o desempenho dos empreendimentos, introduzindo melhorias técnico-gerenciais e tecnológicas, promovendo a capacitação para a inovação e ampliando o acesso a produtos e serviços de apoio disponíveis nas instituições de governo e setor privado.

O Projeto APLs do Cerrado é um projeto da Rede Cerrado, realizado por meio de um convênio (no 030/2008) entre A Casa Verde e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), também conta com o co-financiamento do Programa de Pequenos Projetos Eossociais (PPP-Ecos) e a parceria da Central do Cerrado.

A Casa Verde é uma organização não-governamental que trabalha pela defesa e valorização da diversidade cultural e ambiental, com ênfase para as expressões populares dessa diversidade. É uma entidade-membro da Coordenação da Rede Cerrado (Gestão 2007-2009) e tem sede em Brasília, DF

Estrutura do Projeto

Para garantir um maior enraizamento no campo da Rede Cerrado, bem como a irradiação dos resultados e lições do Projeto, foi desenhada a seguinte estrutura organizacional:

- Conselho Gestor;
- Núcleo Operacional Central (NOC);
- Pontos de Articulação Regional (PAREs).

São PAREs do projeto APLs do Cerrado:

- **Goiás e Distrito Federal:** Centro de Tecnologia Agroecológica de Pequenos Agricultores – AGROTEC;
- **Mato Grosso:** Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE/MT;
- **Mato Grosso do Sul:** Centro de Produção, Pesquisa e Capacitação do Cerrado – CEPPEC;
- **Médio Mearim, Maranhão:** Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão – ASSEMA;
- **Nordeste do Tocantins:** Cooperativa Agroflorestal Nordeste do Tocantins – COOPERFRUTO;
- **Norte de Minas Gerais:** Centro de Agricultura do Norte de Minas Gerais – CAA-NM;
- **Sul e Oeste do Maranhão:** Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural – CENTRU;
- **Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais:** Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica – CAV.

Os 40 empreendimentos assistidos pelo projeto são iniciativas de referência da agricultura familiar e/ou do agroextrativismo sustentável no Cerrado, localizados nos oito pólos do projeto. Em cada um deles serão realizados: Diagnóstico; Plano de aprimoramento; Assistência técnica pontual, na busca por soluções para problemas de gestão, produção e/ou comercialização.

As etapas do projeto são Oficinas de Sensibilização; Diagnóstico dos empreendimentos; Devolutiva dos diagnósticos e apresentação das propostas de Plano de Aprimoramento; Implantação de soluções; Sistematização e avaliação de resultados.

Lições:

- A organização dos instrumentos por áreas funcionais contribui para uma visão, ao mesmo tempo, abrangente e detalhada dos empreendimentos - seus potenciais, limites e desafios, nas dimensões: organização, produção, gestão e comercialização.
- O trabalho de ATER em equipe multidisciplinar amplia competências.

- Metodologia privilegia uma visão técnica dos empreendimentos, um "olhar externo" que os auxilia a se colocarem em perspectiva. Não corresponde aos clássicos modelos de diagnóstico participativo, mas favorece o diálogo de pontos de vista distintos, provocando os empreendimentos a pensarem sobre aspectos antes não considerados.
- A escala desse exercício (40 empreendimentos), também tem favorecido uma visão de conjunto dos potenciais e desafios e, espera-se, possa ensejar soluções de conjunto.
- A constituição dos PARes e o reconhecimento e potencialização da rede localmente já constituída para o assessoramento dos empreendimentos promete dar mais longevidade à iniciativa.

Potenciais e desafios

- u) Conhecer o alcance da metodologia (centrais de comercialização, grupos informais, empreendimentos simples e complexos);
- v) Gerar conhecimento sobre empreendimentos do agroextrativismo e da agricultura familiar;
- w) Realizar um diagnóstico e propor planos de aprimoramento para empreendimentos que se caracterizam pela diversidade produtiva e não pela especialização;
- x) Ampliar o acesso de empreendimentos da agricultura familiar e/ou do agroextrativismo do Cerrado à políticas públicas existentes;
- y) Constituir um marco zero dos empreendimentos. Caso seja mantido um acompanhamento, no futuro, será possível gerar indicadores de impacto;
- z) Sistematizar a iniciativa de adaptação(ões) da metodologia PEIEx;
- aa) Desenhar cenários de replicação.

Gestão de conhecimento e capacitação - Monika Roeper - GTZ e Portal da Cidadania - Roberta Sá - PNPSB

A proposta da constituição de uma Rede de Serviços é uma resposta à necessidade de articular e integrar conhecimentos, habilidades e experiências existentes em diversas instituições e localidades em nome de uma melhoria no alcance dos resultados de todas as organizações envolvidas no processo e para o público beneficiário. O espírito deve ser de compartilhamento e de aprendizagem contínua, ressaltando-se que a base para este processo é o conhecimento já existente, ou seja, aquilo que é usado no dia-a-dia e que poderá ser aprimorado e comparado a outras experiências.

Para proporcionar esta plataforma de troca, divulgação e uso do conhecimento, a proposta da Coordenação Geral do PNPSB é o uso do Portal da Cidadania, um ambiente virtual já existente e com base no MDA.

Para atender às necessidades dos componentes das Redes de Serviços ele será adaptado e aprimorado, levando em conta também as restrições de acesso (inexistência de banda larga, dificuldade de conexão com a internet, etc) presentes em vários estados do Brasil.

Comentários e Perguntas:

Arnoldo Campos: A metodologia adotada pela Casa Verde é uma oferta que o MDA está fazendo para a Rede de Serviços, para um trabalho mais rápido na organização dos empreendimentos. É uma metodologia de baixo custo que não substitui o trabalho das organizações que já realizam um trabalho de diagnóstico de empreendimentos. A idéia é que seja um programa voltado para agricultura familiar. O portal é outra oferta para a rede de serviços.

Pedro Ramos, CNS: acho interessante para um Brasil que não é o nosso Brasil da Amazônia. A oferta do Portal é factível para as capitais. O uso da Internet é complicado, temos que ter outras alternativas.

Tadeu, Emater/PI: Houve uma dificuldade grande nas redes já estabelecidas. Existem outras formas de gestão de conhecimento além do portal? Em todo sistema novo há certa resistência, mas é uma questão de falta de inclusão digital. São gargalos que precisam ser enfrentados. Através do MDA estamos conseguindo doze casas digitais.

Arnoldo Campos: realmente o acesso à internet é muito diferente entre as localidades brasileiras. A inclusão digital é um gargalo que o Plano também está enfrentando. Existem outras formas para a gestão de conhecimento além do Portal, por exemplo: intercâmbios. Estamos falando de uma Rede de Serviços que possa atender os PCTAFs e que possa acessar estas novas tecnologias. Queremos que, em algum tempo, a castanha seja vendida pela internet.

Francisco Alves, Emater CE: antes de começar a trabalhar eu olhei o Portal. Tem dias que eu entro e está disponível e tem dias que eu entro e não está disponível. Às vezes só aparece a primeira página, as outras não.

Monika Roeper, GTZ: Será que temos alternativas? Podemos nos reunir a toda hora? O custo presencial é bem mais alto. Se descobrirmos que não está ajudando serão tentadas outras alternativas.

Anexo 5 - Paineis: Como o Governo Federal vai Contribuir com a Rede de Serviços



Cadeias da Sociobiodiversidade: Rede de Serviços - Argileu Martins (SAF/MDA)

Os serviços no campo não existem para o público extrativista. Algumas organizações se aventuram a realizar atividade de ATER. No entanto, ainda não existem no meio rural brasileiro, técnicos formados para trabalhar com os PCTAFs. Esta é uma das necessidades do Plano, formar uma rede de serviço. Para isso, o que o MDA tem a ofertar? Foi entendido que a extensão rural podia ser feita em qualquer ambiente e isso também não é verdade. Precisamos observar quais são as abordagens, quais as especificidades desse público. Além disso, é necessário entender o que acontece com essas culturas.

Para esse olhar sobre essa realidade específica, é fundamental que a rede de serviços de assistência técnica tenha êxito.

PRONATER

Ações:

- **Inovação tecnológica** - Leque de atividades que podem ser feitas a partir desta ação. Nos próximos 20 dias será lançado um edital com MCT.
- **Formação de Agentes** - Formar agricultores para que numa estratégia de redes compartilhem informações.
- **Fomento e ATER** - Apoiar o financiamento da atividade em si.
- **Públicos** - Apesar das ações relacionadas ao plano, o MDA já dispõem de ações específicas para alguns públicos (indígenas, quilombolas, mulheres).



Serviços que podem ser acessados:

- Diagnósticos/Estudos
- Organização da Produção
- Armazenamento
- Processamento
- Plano de negócios
- Acesso a mercados
- Acesso à Políticas Públicas
- Tecnologias de manejo

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Princípios:

- Desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;
- Gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de ATER;
- Adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar e interdisciplinar buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;
- Equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; e
- Contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional.

Objetivos:

- Promover o desenvolvimento rural sustentável;
- Apoiar iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações regionais e locais;
- Aumentar a produção, a qualidade e a produtividade das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive agroextrativistas, florestais e artesanais;
- Promover a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários;

- Assessorar as diversas fases das atividades econômicas, a gestão de negócios, sua organização, a produção, inserção no mercado e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas;
- Desenvolver ações voltadas ao uso, manejo, proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais dos agroecossistemas e da biodiversidade;
- Construir sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional;
- Aumentar a renda do público beneficiário e agregar valor à sua produção;
- Apoiar o associativismo e cooperativismo, bem como a formação de agentes de ATER;
- Promover o desenvolvimento e a apropriação de inovações tecnológicas e organizativas, adequadas ao público beneficiário.

Existe atualmente um Projeto de Lei tramitando na Câmara em regime de urgência que reorienta o apoio dos serviços de ATER, com ciclo de contratação diferente do que se faz hoje. Se vamos atuar na cadeia do babaçu no MA, qual é o serviço que será realizado? Quanto será a remuneração desta instituição para realizar o serviço de ATER? Esta seleção deverá ter caráter muito seletivo para que possa realizar um conjunto de serviços. Em linhas gerais esta é a proposição e há um ambiente muito favorável para aprovação da Lei. O ministério também tem um conjunto de programas e serviços que pode ofertar para as cadeias e agricultores, de modo que o Plano avance e seja efetivado.

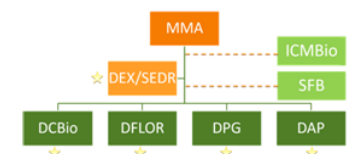


Extrativismo Sustentável: Políticas Públicas e Competências do MMA

Claudia Calório, DEX/SEDR/MMA

Extrativismo Sustentável: Políticas Públicas e Competências

O MMA está estruturado conforme o gráfico a seguir:



ICMBIO - Regularização fundiária de UCs de uso sustentável; Gestão e Fiscalização das UCs; Articulação e integração de políticas públicas incidentes em UCs. Há uma dificuldade muito grande das UCs ofertarem o serviço de ATER.

Hoje são 65 RESEX e o ICMBIO tem uma demanda de mais de 300 novas unidades. Será realizado um levantamento das comunidades que estão fazendo essas solicitações em áreas ainda não destinadas e uma discussão do acesso sobre áreas florestadas sejam públicas ou privadas.

SFB – promoção do uso sustentável de florestas públicas sob manejo florestal. Florestas públicas: todas as unidades de conservação de proteção integral, uso sustentável, terras indígenas, assentamentos do INCRA. São cadastrados 211 milhões ha de florestas públicas, dos quais 90 milhões já estão destinados.

DCBIO - discute acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios;

DAP - define áreas prioritárias para conservação;

DPG - acesso ao patrimônio genético e repartição de benefícios;

DEX, PNPCT – Instituiu a Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) em 2006. Em fevereiro de 2007 o decreto institui a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais. No bojo da PNPCT: Programa de manejo florestal comunitário (decreto assinado em 5 de junho), e a PNPSB – Cadeias de produtos da sociobiodiversidade (2 cadeias nacionais e 8 cadeias regionais).

Agenda Social - agenda prioritária de governo e o plano de ação prioritário atuam em 4 eixos, dos quais dois dialogam com a PNPCT:

1 – Acesso aos territórios tradicionais e aos recursos naturais;

2 – Fomento e Produção Sustentável

No relatório de 2008 foram identificados investimentos da ordem de R\$ 650 milhões, sem incluir os investimentos para os povos indígenas.

No âmbito do PNPSB, o MMA é responsável pelos:

- Gargalo 3: baixa oferta de produto com qualidade.
- Gargalo 5: dificuldade de acesso e vulnerabilidade dos estoques naturais.

Dialogando com estes dois gargalos, a contribuição do MMA para a rede de serviços será:

1. Organizar um programa de capacitação para técnicos de ATER/ATES, baseado no conhecimento de comunidades tradicionais:

- Manejo florestal comunitário e agroflorestal.
- Gestão de empreendimentos comunitários de base florestal;
- Planos de negócios em assentamentos, que também é ofertado pelos outros parceiros do plano;
- Boas práticas de manejo, que estão no âmbito do manejo florestal;
- Inventário participativo, o qual será executado pelo SFB.

2. Disponibilização de materiais/inventários – SFB

- Manual de boas práticas de manejo;
- Levantamento de parcerias empresa/comunidade na BR 163 e Transamazônica;
- Levantamento de áreas sob manejo florestal comunitário;
- Levantamento do estoque potencial de castanha;
- Índices da produção e para análise de risco (acesso a crédito).

Que áreas têm uma proposta de manejo realmente comunitário. Levantamento dos estoques de castanha. Para avaliar a sustentabilidade, pressão ou risco ambiental das castanheiras é necessário descobrir estes

estoques e qual a capacidade existente para ofertar aos mercados. Acesso ao crédito, uma parte desta questão está sob responsabilidade do MAPA/CONAB.

3. Divulgação de políticas públicas que dialogam com o tema:

Programas de rádio;

Outros materiais (cartilhas e documentos produzidos).

4. Articulação com a ANVISA, com apoio da EMBRAPA.

Quais são as recomendações para a produção com qualidade.

Este é o conjunto de ações realizadas pelo MMA de acesso e produção com qualidade. Por fim, foi disponibilizada uma tabela com informações detalhadas dos municípios prioritários e respectivas UC's (Cadeia, UF, municípios no âmbito do plano que estão sendo monitorados).



Marcos Villarim, diretor de articulação e parcerias do MDS

Dentro dos trabalhos que estamos realizando para fortalecer a rede há algumas articulações muito promissoras. Foram realizados vários estudos e ações de parceria. Dentro destes estudos, avaliando as ações do governo federal na área de trabalho e renda, uma das revelações constatadas é justamente a falta de conhecimento, das comunidades mais pobres e excluídas, de técnicas de produção, de gestão de empreendimentos e de assistência de um modo geral. Por outro lado, neste mesmo campo subsistem problemas de acesso à recursos e a mercados. Em função disso, iniciamos negociações com as áreas de extensão das universidades públicas federais e os CEFET para apoio tecnológico de grupos produtivos em comunidades carentes. Esse público precisa, em muitas das intervenções que fomentamos, antes mesmo da própria organização produtiva e da regularização dos empreendimentos, de um apoio de base, de um despertar de cidadania, de entender o seu papel na sociedade. Para isso, estamos buscando parcerias com as instituições federais de ensino. O estímulo que estamos realizando é o financiamento das atividades de extensão dessas instituições, inclusive com a previsão de pagamento de bolsas, para que elas dêem acesso aos conhecimentos necessários para que essa enorme parcela da população brasileira possa vir a obter condições dignas de sobrevivência autônoma por meio do seu trabalho. No aniversário de 4 anos do ministério, o presidente Lula conclamou os estados da federação a aderirem a um pacto pelo desenvolvimento social, editando o Decreto nº 6293 de 12 de março de 2008. Uma das partes fundamentais desse compromisso proposto é a articulação de um compromisso para execução de ações efetivas de apoio à cadeias produtivas existentes nos referidos estados que possam ser potencializadas e à inclusão produtiva do público beneficiário do Bolsa Família nos seus territórios de baixo índice de desenvolvimento. O trabalho foi iniciado em quatro estados. A idéia é que os outros estados que serão trabalhados já entrem com esta prioridade. Este ano estamos em negociação com PI, PB, PE, SE, MG, TO, PA e MA, trazendo essas instituições de ensino para essa negociação com o governo do estado. Dentro destas articulações, pensando nessa rede de serviços é

bom destacar que muito desses estados que têm formulações em andamento, estão nos territórios que têm cadeias produtivas de castanha do Brasil e de babaçu.



Silvio Isopo Porto, CONAB
CONAB Matriz – Brasília/DF
Diretoria de Política Agrícola e Informações
Telefone: (61) 33126373
Fax: (61) 32256396

E-mail: dipai@conab.gov.br
Instituir banco de dados para Sociobiodiversidade
Acompanhamento dos mercados – Necessidade de se estabelecer uma rede para receber informações.
Custos de Produção – Necessidade de avançar em algumas análises dos produtos e estabelecer critérios claros.

1 - Capacitações

PAA e PGPMBio: Divulgação e Socialização do funcionamento das diferentes modalidades do PAA e PGPM.

2 - Operacionalização

PAA: Capacitações para elaboração de propostas.
PGPM: Capacitação para o entendimento das formas de operação (AGF e subvenção)

Produtos	Unidade/Relação Registropaido	Preço Mínimo (R\$)	Limite (R\$)
Amendoim	Não há dados	08	2250
Algodão (arando)	Não há dados	16	9500
Algodão (arando)	Emenda Nacional	36	18000
Amendoim	Não há dados	02	7000
Amendoim	Subsistema de	03	10000
Algodão (arando)	Emenda	17	14000
Algodão (arando)	Amendoim	10	11000
Algodão (arando)	Não há dados	15	15000
Algodão (arando)	Não há dados	22	—

3 – Programas Sociais e Institucionais

Destacou que as Quebradeiras de coco estão completamente alheias ao conjunto de serviços que estão sendo ofertados pelo Plano.
Como poderíamos melhorar para a formação ou conjunto que compõem a cesta de Alimentos incorporando os produtos da Sociobiodiversidade.

4 - Elaboração da proposta de preços mínimos:

Para a maioria dos produtos o principal componente é a mão-de-obra. Entendemos que é crucial colocar como perspectiva a agregação dos serviços ambientais para que seja um dos componentes para compor os preços.
Conhecimento do manejo - Podem estar sendo geradas distorções ambientais, a relação tem que ser de transferência de renda, mas também de sustentabilidade ambiental.

Tecnologias Apropriadas - Precisamos abrir uma linha de crédito não reembolsável para melhorar as condições de logísticas e tecnologias apropriadas. Central de embalagem: seja para processamento seja para coleta, poderiam ser colocadas nas unidades da Conab, para que os operadores possam ter o material à disposição. Projeto BNDES (barco) - Estrutura para ter um barco ambulante para ofertar produtos e recolher produção. A conversa está adiantada com a Marinha, Saúde e outros órgãos para ofertar serviços.

Apoio à comercialização

Ações	Atividades
Apoio à comercialização (PGPM e PAA)	Divulgação das políticas públicas operacionalizadas pela Conab
Padrão de classificação e coeficientes técnicos	Coordenação e acompanhamento do processo de elaboração da norma de padrão dos co-produtos
Melhoria das Condições de Logística e Armazenagem	Apoio na montagem de redes de comercialização com fomento à adoção de tecnologias apropriadas e boas práticas
Canais alternativos de comercialização (mercados institucionais, diferenciados e convencionais)	Estudos, análises de mercado e disponibilização de informações técnicas

Padrões de classificação: Ressalta-se que até 2 anos atrás a fécula de farinha de mandioca não tinha padrão de comercialização, mas hoje o Brasil não tem um laboratório para determinar se o produto é trigo, fécula de mandioca ou outro produto.

Anexo 6 – Últimas Questões

Questão: sobre a Rede de Serviços
Arnoldo Campos, MDA: A Lei de ATER é algo que está vindo e que pode ajudar muito no processo de contratação. A lei ajudará a facilitar, mas temos o mecanismo mais tradicional, que são os convênios, mas não vamos fazer isto na forma de balcão. No caso principalmente do MDA, a dispensa para se contratar

prevê o cadastramento no SIBRATER, pode ser prestadora de serviço pontual, pode ser prestadora de serviço de ATER. A gente vai poder contar com esta rede de serviço e poder contratar de forma mais ágil.

Questão: sobre o Mapeamento das Áreas de Babaçu

Silvio Porto, CONAB: Sendo muito sincero, não sei. Trabalhamos com imagens de satélites para outros produtos. Depende de como vai evidenciar na imagem. Para a CONAB mais importante do que saber qual o tamanho dos babaçuais, é saber qual o tamanho das comunidades. Lembrando que o PAA, que já tem seis anos, ainda vemos a enorme dificuldade de acesso. O mais importante é o mapeamento das comunidades que se relacionam com o babaçu.

Júlio Pinho, MMA: Existe um projeto de banco de germoplasma do babaçu. No estado do PI tem uma linha para checagem. É possível também fazer a checagem em campo para verificar o potencial.

Frazão, EMBRAPA: A tecnologia tem que ser adequada.

Questão: uma Cooperativa pode receber subvenção?

Silvio Porto: De acordo com a norma esta é a forma ideal para acessar a subvenção.

Questão: normas para DAP?

Silvio Porto: Existe hoje um GT que discute as normas relativas à DAP. Na última reunião, o ICMBIO assumiu que emitiria uma lista de enquadramento dos critérios previstos na Lei.

Arnoldo Campos: É um desafio grande e cabe ao governo fazer todo o esforço para gerar acesso aos programas. Não podemos beneficiar fazendeiros ou outros grupos que não estão enquadrados na Lei. A DAP é hoje este mecanismo e temos o desafio de adaptá-la. O poder público nem sempre está presente. Uma lista simples que poderia ser emitida pelo órgão gestor das UC, mas o órgão responsável não consegue emitir esta lista.

Marcus Vilarim, MDS: Este público nosso mistura povos e comunidades tradicionais com agricultores familiares. Há um projeto de realizar um grande censo de povos e comunidades tradicionais, mas faltou recurso.

Questão: Manejo Florestal

Pedro Ramos, CNS: O grupo coloca a questão do manejo nas unidades de uso direto. Uma coisa é o manejo produtivo que tem valor econômico. Outro é o zoneamento, que é delimitar as colocações dos extrativistas, são coisas muito amplas, mas distintas.

Francisco, EMATER/CE: Não enxergo diferença entre manejo e boas práticas. Utilizo as boas práticas para realizar o manejo. Gostaria de apenas uma definição.

Fernanda, IUCN: Não sei se é a definição que o ministério está adotando, mas para mim as boas práticas são as recomendação sobre o produto.

Ana, EMBRAPA: O extrativismo na forma que era tratado tinha uma forma diferente. As boas práticas são parte do manejo, mas ele é muito mais complexo.

Questionamentos:

Pedro Ramos (CNS): A minha preocupação é que muitas vezes não há continuidade dos produtos. O tempo faz com que a castanha perca qualidade. No sul do AP, até 1994, se fazia o escoamento da produção de janeiro a janeiro. Em 1996 foram instaladas fábricas de processamento de castanha (Cajari e Iratapuru). No entanto, o processo de escoamento continua a ser um gargalo. A produção continua ficando dentro dos

castanhais. É necessário fazer a ponte com o Ministério dos Transportes para que ele ajude a melhorar as vias de escoamento da produção.

Arnoldo Campos: Apesar de ter sido trabalhado pouco o gargalo da infraestrutura, relacionado ao acesso, este é um sério problema estrutural que foi identificado no plano e que será um dos mais difíceis de serem trabalhados, pois o Ministério dos Transportes tem pouca participação no plano. No Amapá este problema foi enfatizado.

Avaliação

A avaliação foi estruturada em dois momentos.

O primeiro, através de um mapa de satisfação, onde os participantes avaliaram 5 elementos (conteúdo, infra-estrutura, moderação, resultados, integração). Os resultados mostraram:

- a) um grau de satisfação bom para todos os campos avaliados
- b) necessidade de melhoria em relação ao temas: integração do grupo, moderação e resultados

O segundo momento de avaliação surgiu de uma reflexão sobre *o que estou levando e o que estou deixando*, em grupos divididos por organizações representadas:

EMATERS:

- Levar: preocupação, trabalho e responsabilidade.
- Experiência dos estados quanto as potencialidades do babaçu e da castanha.

ONG's:

- O encontro foi bom porque promoveu o encontro entre diferentes instituições.
- Possibilitou a construção de um planejamento com base nos gargalos.
- Possibilitou o conhecimento do trabalho das outras organizações.

Governos estaduais:

- Levar: desafio, pois toda iniciativa é um grande desafio a ser enfrentado. Leva também as experiências mostradas aqui.
- Deixar é todo o apoio do governo do Amapá para essa Rede de Serviço.

IUCN:

- Levar: a sensação de que está no caminho certo, pois as metas para os próximos anos estão em consonância com as metas do governo.
- Deixar: folhetos sobre as boas práticas da castanha e a sugestão de que em outros encontros que possamos contar com um maior número dos representantes dos PCTAFS.

Embrapa:

- Foi boa a conversa da Embrapa com o governo do estado (Amapá) e também com a Conab. Há vários gargalos da Conab em que a Embrapa pode ajudar. Oportunidade de rever colegas de outros lugares e ver como o trabalho está se desenvolvendo. Interessante conhecer as novas experiências do Cerrado.
- Precisa melhorar: valorizar melhor o tempo do trabalho em grupo e das discussões.

Governo Federal:

- Esse momento foi rico e importante, superando as expectativas. Amadurecimento de uma gestão compartilhada. Final com todo mundo se colocando nos seus papéis, nenhuma instituição se esquivando das suas responsabilidades. Mas faltaram mais momentos de debate.
- Sugestões: próximos eventos incluir atividades/capacitações. Faltaram algumas organizações do babaçu, reforçar a presença nos próximos eventos.

Encerramento

Por fim, montou-se a mesa de encerramento do encontro, com os seguintes representantes:

Marcus Villarim (MDS), Rogério Neuwald (Conab), Cledeuza (PCTAFs), Arnaldo Campos (MDA), Júlio Pinho (MMA), Francisco Alves (Emater)

Rogério (Conab): o governo está ofertando algumas mãos, mas se não tiver demanda, cobrança, não vamos avançar. A sociedade tem que cobrar. Cobrança, motivação para que possamos cada vez mais implementar as políticas públicas.

Marcus (MDS): agradece a presença de todos. O processo é duro e lento, mas vamos construindo aos poucos.

Júlio (MMA): agradece a presença de todos, o que mostra mais uma vez o comprometimento das entidades, de todo o governo presente. Estou há dois anos em Brasília trabalhando para o governo e vejo o quanto é complexo esse arranjo institucional. No dia-dia dos ministérios temos ações em comum e não estamos dialogando muito. Que o Plano seja o ponto de convergência dessas ações.

Cleudineuza (MIQCB): agradece em nome do MIQCB que trabalha em 4 estados, e ressalta que se não tivéssemos coragem de quebrar o coco em vários lugares, talvez ele não tivesse na ali e não tivesse essa valorização do babaçu. É importante mostrar para o mundo que o babaçu faz parte da economia e tem sustentado muita gente.

Francisco Alves (Emater CE): ficamos felizes e honrados pelo convite, mesmo sabendo que os desafios são grandes. Vamos assumir esse trabalho com muita responsabilidade.

Arnaldo (MDA): da nossa parte bastante satisfação, sabendo que a responsabilidade é grande, sabendo que é um processo. É necessário cada vez mais incorporar esse espírito de diálogo e cooperação.

Lista de Participantes

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	FONE(S)
ANA CAROLINA MAGALHAES	MENDS/MIQCB	assessoria@miqcb.org.br	(98) 8121 6565
ANA CLAUDIA CHAVES	GTZ/MMA	ana.claudia@gtz.de	(61) 3322-8925
ANA M. C. EULER	EMBRAPA (AP)	anaeuler@cpafap.embrapa.br anaeuler@gmail.com	(96) 4009 9501
ANTÔNIO CARLOS BRAGA MOURA	EMATER (PA)	acbraga51@yahoo.com.br	(91) 32569557 (91) 3256 1931 (91) 9123-2529
ARGILEU MARTINS DA SILVA	MDA / SAF	argileu.silva@mda.gov.br jorgiane.bezerra@mda.gov.br	(61) 2020 0920 (61) 2020 0916

ARNALDO BIANCHETTI	SEDE (AP) Sec. Esp. Des. Econômico	bianchetti_gilda@uol.com.br	(96) 9122 7222 (96) 3225 8571
ARNOLDO DE CAMPOS	MDA / SAF	arnoldo.campos@mda.gov.br	(61) 2020 0860
CÁSSIO TROVATO	MDA / SAF	cassio.trovatto@mda.gov.br	(61) 2020 0914
CLÁUDIA MARIA CALÓRIO	MMA	claudia-maria.calorio@mma.gov.br	(61) 3317 1841
CLÁUDIA R. ATAÍDE DE PAULA SANTANA	MDA / SAF	claudia.paula@consultor.mda.gov.br	(61) 2191 9984 (61) 9697 7378
CLEDENEUZA MARIA BEZERRA OLIVEIRA	MIQCB	regionalpara@miqcb.org.br miqcb@miqcb.org.br	(94) 3332 1922 (94) 9256 2743
DANIEL CARSALEDE QUEIROGA	SEBRAE NACIONAL	daniel.queiroga@sebrae.com.br	(61) 3348 7193 Isabela (61) 8148 2323
DANIEL SANTOS DE ASSIS	EMATER (AP)	assisds@uol.com.br	(96) 3212 9557 (96) 91115953
DANIELA ARQUETE	ANVISA	daniela.arquete@anvisa.gov.br	(61) 3462-5340
DÉCIO TERUO MIYAJIMA	EMATER (MT)	deciotm@yahoo.com.br	(65) 3648 9271 (65) 9973 1086
DEISE DAMIÃO	GTZ	deise.damiao@gtz.de	(61) 3105 2089
DIKSON ASFURY	SEBRAE	dikison@ac.sebrae.com.br	(68) 3216-2314
DIVANI FERREIRA SOUZA	MDA / SAF	divani.souza@mda.gov.br	(61) 2020 0963 (61) 8557 2122
EDSON CRUZ BARBOSA	IDEFLOR	edson.barbosa@ideflor.pa.gov.br	(91) 32361875 (91) 8255 0480
ELIZABETH RIBEIRO FONSECA	INCRA	elizabeth.fonseca@incra.gov.br	(61) 3411 7416
FABRÍCIO NASCIMENTO FERREIRA	IDEFLOR	fabricaoideflor@gmail.com	(91) 3236 1875 (91) 8883 1047
FERNANDA HELENA BASSO ALVES	UICN	fernandabassalves@gmail.com	(68) 3244 1537 (68) 9967 8820
FERNANDO LUIZ AMBROZIO	MMA/SFB	fernando.ambrozio@florestal.gov.br	(61) 3307-1788
FRANCISCO ALVES DE SOUZA	EMATER (CE)	franciscoalves@ematerce.ce.gov.br	(85) 3101 7630 (85) 3101 7624
GEANE SOUZA RODRIGUES	EMATER (TO)	geane-to@hotmail.com geane.rodrigues@yahoo.com.br	(63) 3602 1228 (63) 3602 2131 (63) 8432 4115 (63) 8462 0632
GUSTAVO CORREA DE ASSIS	SAIP/MDS	gustavo.assis@mds.gov.br	(61) 8131 6210
HELIO SILVA PONTES	SSF	helio.pontes@florestal.gov.br	(61) 3307 7243
HÉTEL L LEEPKALN DOS SANTOS	MMA	hetel.santos@mma.gov.br	(61) 3317 1664 (61) 8157 4224
HUMBERTO LOBO PENNACCHIO	CONAB	humberto.pennacchio@conab.gov.br	(61) 3312 6263 (61) 8425 8915
IANELLI LOUREIRO	CONAB	ianelli.loureiro@conab.gov.br	(61) 3312 6262

ISABEL FIGUEIREDO	ISPN	isabel@ispn.org.br	(61) 3327 8085
IURI BARBOSA DE ANDRADE	SEBRAE NACIONAL	iuri.andrade@sebrae.com.br	(61) 3348 7502 (61) 8192 9503
JAIME MIRANDA CALDAS	EMATER (RO)	jaimemmc@uol.com.br	(69) 3441 5141 (69) 3443 1023 (69) 9989 7765
JOAO AVILA	ISPN	joaoavila@ymail.com	(61) 3327-8085
JOÃO PAULO MORITA	PNPSB	joao.morita@consultor.mda.gov.br joaopmorita@hotmail.com	(61) 81417320
JORG ZIMMERMANN	PNUD / ICMBio	zimmermann.jorg@gmail.com	(61) 9983 6546
JOSÉ ADELMAR BATISTA	MDA / SAF	jose.batista@mda.gov.br	(61) 2020 0935 (61) 9333 8870
JOSÉ ERISVALDO DA SILVA FIGUEIREDO	FUND. MUSSAMBÊ (CE)	erisvaldomussambe@gmail.com	(88) 3571 6018 (88) 9933 1628
JOSÉ MÁRIO FERRO FRAZÃO	EMBRAPA (Meio-Norte)	embrapa.ma@click21.com.br jmfrazao52@gmail.com	(098) 3878 1353
JOSÉ TADEU SANTOS OLIVEIRA	EMATER (PI)	oliveiratadeu@yahoo.com.br	(86) 3216-3864 (86) 9988-0021
JÚLIO PINHO	MMA	julio.pinho@mma.gov.br	(61) 3317 1011 (61) 3317 1843
KELMA C. M. S. CRUZ	CONAB	kelma.cruz@conab.gov.br	(61) 3312-6239
LADJANE CAPORAL	GTZ	ladiane.amos@gtz.de	(61) 8102 5557 (61) 3105 2083
LAURA DO VALE GOMES	ECODATA	laura@ecodata.org.br ecodata@ecodata.org.br	(61) 2104 4444 (61) 9163 6954
LUCIANA ROCHA	GTZ	lurocha@usp.br	(61) 3322 8935 (61) 8107 0608
MAISA DE HOLANDA FEITOSA	SEBRAE NACIONAL	maisa.feitosa@sebrae.com.br	(61) 3348 7185
MANOEL MONTEIRO DE OLIVEIRA	COOPERACRE	cooperacre@gmail.com manoel_coop@hotmail.com	(68) 3221 7164 (68) 3546 4539 (68) 9985 0797
MANOEL RODRIGUES DE SOUZA (Presid.)	COPPAESP – Cooperativa dos Pequenos Produtores Agrícolas de Esperantinópolis	coopaesp1@ig.com.br marciocoopaesp@ig.com.br	(99) 3645-1916 (99) 8831 4146
MARCEL MADUREIRA	UNICAFES/TRIAS	marcel.madureira@triasngo.be	(61) 8122-1387
MARCOS ROBERTO DE OLIVEIRA	PROJETO RECA	marcoveira12@hotmail.com	(69) 3253 1046
MARCUS VILLARIM	MDS	marcus.villarim@mds.gov.br	(61) 3433 1517

MARIA APARECIDA MORCEF BOUZADA	APA-TO	mbouzada04@hotmail.com apatobico@uol.com.br apa-to@uol.com.br	Daniela (63) 3456 1407 (63) 3216 1899 (63) 9204 4766
MARIA DE JESUS C. SALES MARCELINO	MIQCB	miqcb@miqcb.org.br	(98) 3268 3357
MARTHA HELENA GAMA DE MACEDO	CONAB	martha.macedo@conab.gov.br	(61) 3312-6254
MÔNICA NOGUEIRA	A Casa Verde	monica@a-casa-verde.org.br	(61) 8161 5502 (61) 3037 7790
MÔNICA ROEPER	GTZ	monika.roeper@gtz.de	(61) 9654 2446 (61) 3105 2089
ORAIDA PARREIRAS	PROJETO GESTÃO PRODUTO E MERCADO	oraida.parreiras@mda.gov.br	(61) 20220 0963
PEDRO RAMOS DE SOUZA	CNS	pedro.amos.66@hotmail.com	(96) 3251 2004 (92) 3236 7311 (96) 9974 2024
RAIMUNDO A DA SILVA	ASSEMA	gentedefibra@assema.org.br	(99) 3642 2061 (98) 8122 1594
REJANE ESCRIVANI GUEDES	SAF/MDA	rejane.guedes@mda.gov.br	(61) 2020-0963
RENATO CAIXETA	INCRA	renato.caixeta@incra.gov.br	(61) 3411 7105
ROBERTA MARINS DE SÁ	PNPSB	roberta.sa@mda.gov.br	(61) 2020 0984
ROCILDA MOREIRA	CONAB	rocilda.moreira@conab.gov.br	(61) 8763 0033 (61) 3312 6347
RODRIGO ALMEIDA NOLETO	PNPSB	rodrigo.noleto@consultor.mda.gov.br rodrigo_noleto@uol.com.br	(61) 3264 3838 (61) 8119 3907
RODRIGO THURLER NACIF	FUNAI/CGDC	rodrigo.nacif@funai.gov.br	(61) 3313-3773
ROGÉRIO DIAS	MAPA	rogerio.dias@agricultura.gov.br	
ROGERIO NEUWALD	CONAB	rogerio.neuwald@conab.gov.br	(61) 3264 2208 (61) 3467 3603
ROSA DE FATIMA L. BRASIL	SEBRAE NACIONAL	rosa@pa.sebrae.com.br	(91) 3181-9056
SANDRA REGINA MONTEIRO	MIQCB	sanvemonteiro@hotmail.com	(63) 3447-1294
SANDRO SILVA	MDA/SDT	sandro.silva@mda.gov.br	(61) 2020-0875
SERGIO CANTUARIA	GTZ / MMA	sergio.cantuarua@gtz.de	(61) 8117-1983
SILVIO ISOPO PORTO	CONAB	silvio.porto@conab.gov.br	(61) 3312 6373
TATIANY AMÂNCIO DA COSTA	EMATER (AC)	tatiany.costa@ac.gov.br	(68) 3226 4365 (68) 9988 1940
TONY JOHN DE OLIVEIRA	SEAPROF	tony.oliveira@ac.gov.br tony.seaprof@gmail.com	(68) 3226 1365 (68) 9985 2550
VICTOR LARGURA SINGH	ICMBio	victorlargurasingh@yahoo.com.br	(61) 3341 9330
WILSON PICKINA	MAPA	wilson.pickina@agricultura.gov.br	(61) 3218- 2474

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES EM 2009



Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade – PNPSB

Relatório de Atividades

Julho a Novembro de 2009

Eventos realizados em 2009	136
Bilaterais	136
Evolução nos Estados	137
Pará	137
Amazonas	137
Mato Grosso	137
Amapá	137
Acre	138
Maranhão	138
Emissão de DAPs	138
Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	138
Programa de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade – PGPM-Bio	139
Programa Nacional da Alimentação Escolar – PNAE	139
Participação de empreendimentos em feiras e eventos comerciais	139
Apoio à Assistência Técnica e Organização Social	140
Regularização de Unidades de Conservação	140
Marcos Regulatórios	140
Gestão do Conhecimento	140



Ministério do
Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Ministério do
Meio Ambiente

Ministério do
Desenvolvimento Agrário



Linha do Tempo

Datas e eventos que marcaram a construção do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB):

- Seminários Regionais:
 - I- Amazônia Oriental. Belém, 26 a 28/09/07
 - II- Cerrado e Pantanal. Goiânia, 01 a 03/10/07
 - III- Amazônia Ocidental. Rio Branco, 06 a 08/11/07
 - IV- Mata Atlântica, Pampa e Zona Costeira e Marinha. Curitiba, 28 a 30/11/07
 - V- Mata Atlântica e Zona Costeira e Marinha. Rio de Janeiro, 18 a 21/02/08
 - VI- Caatinga. Juazeiro, 26 a 28/02/08
 - VII- Pantanal. Chapada dos Guimarães, 12 e 13/07/08

- Seminário Nacional – Brasília, 15 a 18/07/2008
- Fórum com Setor Empresarial – São Paulo, 08/07/2008
- Oficina de Gestão - Brasília, 04/11/2008.
- Lançamento do Plano Nacional – Manaus, 27/04/09
- Contratação dos consultores – Brasília, agosto/2009
- Publicação da Portaria Interministerial nº 239– DOU, 22/07/09

Eventos realizados em 2009

- Workshop da Cadeia da Castanha – 15 a 17 de junho/09, em Brasília (DF);
- Encontro para Constituição da Rede de Serviços – 26 e 27 de agosto/09, em Brasília (DF);
- Workshop do Babaçu – 04 e 05 de novembro/09, em São Luís (MA), no valor de R\$40.000,00;
- A Sociobiodiversidade e a Indústria de Alimentos no Brasil - Seminário com empresas associadas à Associação Brasileira da Indústria da Alimentação (ABIA). São Paulo, 29/10/09
- Seminário Cadeia de Valor do Babaçu: aproximando os elos – 06 de novembro/09, em São Luís (MA);
- Seminário de Capacitação em Value Links B – capacitação de 30 técnicos nos estados do Nordeste. 23 a 27 de novembro, em Fortaleza, no valor de R\$30.000,00.

Bilaterais

- Reuniões bilaterais do PNPSB nos estados prioritários para a cadeia da castanha do Brasil (abril e maio/2009):

Acre - 16/04/09,
Amazonas - 23/04/09
Amapá - 21/05/09
Pará - 25/05/09
Mato Grosso - 26/05/09
Rondônia - 28/05/09

- Reuniões bilaterais do PNPSB nos estados prioritários para a cadeia do Babaçu: (julho a setembro/2009)

Tocantins – 27/07/09
Piauí – 10/08/09
Ceará – 14/08/09
Maranhão – 01/09/09

- Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) – Brasília, 20/04/09
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – Rio de Janeiro, 31/07/09
- União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) – Brasília, 23/07/09

- Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas (CGAC/MAPA) – Brasília, 11/09/09
- Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) – Brasília, 01/10/09
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) – Rio Branco.
- Caatinga Cerrado – Brasília, Brasília, 28/09/09
- INCRA (Cadeia do Babaçu) – Brasília, 21/09/09
- Banco do Nordeste – São Luis, 04/11/09

Evolução nos Estados

No âmbito do PNPSB foi possível verificar que os estados do Amazonas, Acre, Pará e Mato Grosso já criaram seus níveis de governança, apesar de optaram, cada qual, por estruturas de gestão diferenciadas. Os estados do Amapá apesar de ainda não ter criado sua estrutura de interlocução com o Plano Nacional, recentemente realizou reunião em Macapá para formalização de uma câmara setorial estadual para os produtos da sociobiodiversidade. No âmbito dos estados da cadeia da Castanha-do-Brasil, apenas o estado de Rondônia ainda não demonstrou interesse na criação de um setor específico para interlocução com o PNPSB.

Cabe ressaltar que os estados do Pará, Amapá, Amazonas e Acre receberam apoio de técnicos da Cooperação Técnica Alemã GTZ, com o objetivo de animar e articular os parceiros locais. No estado do Amapá está sendo fundamental o envolvimento do SEBRAE/AP nas articulações com o governo do estado e o setor produtivo. O estado do Mato Grosso desenvolveu uma estratégia por meio do Programa MT Regional, que é um programa de governo criado recentemente (agosto de 2007) e que tem por objetivo diminuir as diferenças regionais.

A seguir apresentamos uma breve descrição da situação atual nos estados da cadeia da Castanha-do-Brasil.

Pará

Com o apoio da GTZ o estado foi mobilizado e convocou, por meio do IDEFLOR (Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará), oficina para:

1. Articular a proposta de criação da **plataforma de gestão** (Câmara/Comissão) na qual devem se inserir o GT da Castanha-do-Brasil e possivelmente outros GTs de produtos extrativistas do estado do Pará;
2. Estruturar um **plano de trabalho** da plataforma de gestão, com atividades e papéis definidos de setembro de 2009 até junho de 2010.

A oficina teve a participação de diversas instituições governamentais e foi presidida pelo diretor geral do IDEFLOR, Sr. Jorge Yared, o qual afirmou que o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB) vem reforçar a importância da Política Estadual do Extrativismo e do Programa Extrativismo Vivo, vinculados ao IDEFLOR, e que também pode ajudar a criar as pontes com outras políticas e ações que já vêm sendo executadas com foco nas populações tradicionais.

Como produto da oficina foi sugerido que a Comissão Estadual de Extrativismo – COMEX, criada por meio do Decreto Estadual nº 1001, de 29 de maio de 2008, seria a instância de diálogo com o PNPSB. A COMEX é presidida pelo IDEFLOR, e funciona como a instância colegiada voltada para o acompanhamento da implementação da política do extrativismo no Estado, reunindo representantes de outros órgãos do Governo Estadual, do Governo Federal, de movimentos sociais e entidades de classe.

Amazonas

Processo de discussão do Plano Nacional iniciado com oficina de planejamento participativo da cadeia de valor da castanha do Brasil, em novembro de 2008, em Manaus e que contou com diversas organizações que atuam no Amazonas, distribuídas nos setores da cadeia, dentre elas: Covema, COOPFLORA, SDS, CEUC, FAS, MMA, GTZ, Original Trade Ltda, GTA, CNS, ADS, IDAM, FEPI dentre outros parceiros. A oficina indicou a necessidade de formação de um GT para dialogar com a estrutura de gestão do PNPSB.

Em março de 2009, reiniciaram-se as discussões com a organização do GT da castanha primeiramente reunindo órgãos de governo para cruzar temas trabalhados e área de atuação no Estado. Este momento foi muito importante para que houvesse uma melhor interação entre as ações, evitando sobreposição e fortalecendo a sua aproximação. Em seguida, com a vinda de representantes da coordenação do Plano Nacional para apresentar a proposta do PNPSB ampliaram-se as discussões

com outras organizações como as cooperativas, universidades, SEBRAE, SEPROR, GTA, CNS, FVA, CONAB, MDA e outros.

O grupo maior e ampliado definiu a necessidade de se ter uma instância no AM que além de dialogar com o PNPSB pudesse criar uma estrutura de gestão com ambiente favorável para melhoria de **diversas cadeias de** valor prioritárias no Estado como dos óleos, fibras, frutas tropicais, borracha, pesca e outras. Optou-se pela formalização de uma Câmara Setorial dos Produtos da Sociobiodiversidade organizada por Grupos Temáticos. Nos meses seguintes a reunião com representantes da coordenação do Plano Nacional, o GT da castanha do Brasil investiu na consolidação desta estrutura de gestão, criada por Decreto do Governador do AM, com aproximadamente 32 membros e ligada ao Conselho Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Mato Grosso

No estado do Mato Grosso a instituição que desenvolve atividades relacionadas ao Plano é o Programa Estadual MT Regional, que tem a função de realizar políticas de integração nas diversas regiões do estado. Nos últimos meses a equipe técnica do MT Regional buscou articular junto ao Conselho de Desenvolvimento Agrícola do Estado – CDA, momento para apresentação da Plano Nacional e proposta de criação de uma câmara setorial do estado. Durante reunião do CDA no mês de setembro de 2009, a representante do MMA, Hétel Santos, apresentou o PNPSB e discutiu com representantes deste conselho a proposta de gestão mais adequada para o estado do Mato Grosso. Durante a reunião foi aprovada a constituição da **Câmara de Produtos Extrativistas da Sociobiodiversidade do estado do Mato Grosso**.

Amapá

No mês de novembro o estado do Amapá demonstrou interesse na criação de uma câmara setorial de produtos da sociobiodiversidade. Para tanto, foi realizada reunião em Macapá no dia 16 de novembro de 2009, com a participação de diversas organizações não governamentais e governamentais do estado. No evento, participaram os secretários de Estado de Agricultura, Ciência e Tecnologia e o Diretor do Instituto Florestal do Estado (IEF), o qual ficou encarregado de acompanhar o Plano Nacional, além de promover a próxima reunião, com o objetivo de instalar a **Câmara Setorial de Produtos da Sociobiodiversidade do Estado do Amapá**. A próxima reunião foi agendada para o dia 14 de dezembro de 2009, no município de Laranjal do Jari, principal produtor de Castanha-do-Brasil do estado.

Tabela 01 - Projetos investidos em organizações da Sociedade Civil para inclusão social e produtiva com recursos do MDS nos municípios prioritários do PNPSB no estado (3º Edital do Projeto Comunidades Duráveis – PCD/ADAP).

Nº.	PROJETO PCD/ADAP	ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC	SETOR/ SEGMENTO	VALOR (R\$)
1	Industrialização da Castanha-do-Brasil Dry	Associação dos Produtores Agroextrativistas do Vale do Jari - APROFLORA	Indústria - Agroindústria	197.921,01
2	Beneficiamento do óleo de Pracaxi	Associação de Mulheres Agroextrativistas do Limão do Curuá - Distrito do Bailique/MCP	Indústria - Agroindústria	188.580,00
3	Autonomia de Transporte para Produtores da Agricultura Familiar	Associação Agroextrativista Vegetal dos Produtores e Produtoras da Agricultura Familiar Rural do Município de Laranjal do Jari - AGROJARI	Indústria - Agroindústria	164.000,00
4	Construção de Passarelas em Madeira de Lei na Comunidade de Santa Maria do Curuçá (Mazagão)	Associação dos Trabalhadores Extrativistas da Comunidade do Curuçá e do Furo do Maracá - ASTEMAC	Infra-estrutura Social	147.904,00
TOTAL (R\$)				698.405,01

Fonte: RELATÓRIO DE PROJETOS EM EXECUÇÃO CARTI/PROGRAMA 3º. FORTE/SIMS – Outubro/2009.

Acre

O Acre já possuía dois importantes espaços de discussão, APL da castanha do Brasil (Cooperacre, SEAPROF, Embrapa, SEBRAE, WWF, IUCN) e o GT da Borracha (SEAPROF, cooperativas e associações, Funtac, WWF e outros), cadeias de valor prioritárias para o Estado. Estes espaços contam com a participação de órgãos de governo e da sociedade civil e com forte fomento e investimento do Governo do Acre, principalmente, em infra-estrutura, maquinário, capacitação e acesso a políticas públicas.

O APL da castanha do Brasil tem favorecido o trabalho da COOPERACRE, sistema que conglo mera cooperativas e associações, aliando as boas práticas de produção com tecnologia e forte participação no mercado interno. O GT da borracha tem avançado nas questões estruturantes para a cadeia como garantia do acesso ao subsídio, e também apontado caminhos favoráveis para ampliar o trabalho com o látex líquido, matéria prima para a fábrica de camisinhas, e com a Folha Defumada Líquida – FDL.

O Acre tem avançado nas discussões para a criação de um espaço de discussão que favoreça o diálogo com o PNPSB, acerca da castanha do Brasil, mas que também possibilite dar organicidade as outras cadeias de valor que são trabalhadas no Estado como a própria borracha, frutas tropicais, murmurú e outras. As discussões têm avançado para que esta estrutura esteja ligada ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, coordenação SEAPROF, e seja organizada por Grupos de Trabalho.

Maranhão

Logo após o Workshop do Babaçu, no dia 06 de novembro, foi realizada em São Luís reunião envolvendo representantes de todos os elos da cadeia do babaçu no estado do Maranhão. Os objetivos da reunião foram 1) discussão sobre os municípios prioritários para a cadeia do babaçu neste Estado e 2) criação do GT Estadual de produtos da sociobiodiversidade. Chegou-se a um consenso quanto aos municípios prioritários, que são 91 no Estado, e estabeleceu-se a data da primeira reunião do GT Estadual, que será realizada nos dias 13 e 14 de janeiro de 2010. A Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Maranhão (SEDAGRO) está responsável pela publicação da portaria que cria o Grupo de Trabalho.

Emissão de DAPs

No período de janeiro a novembro de 2009 foram emitidas **80.802** DAPs nos municípios prioritários do Plano Nacional da Sociobiodiversidade, sendo que destes 4.650 DAPs foram para indivíduos que se declararam extrativistas. Cabe destacar o estado do Maranhão, onde foram emitidas **37.229** DAPs nos municípios prioritários do Plano durante este período (Tabela 2).

Tabela 2 – DAPs emitidas no período de Janeiro a Novembro/2009, nos municípios prioritários do Plano Nacional da Sociobiodiversidade, por Estado.

UF	Nº municípios	Total de DAPs emitidas	DAPs declaradas de extrativistas emitidas
Cadeia da Castanha do Brasil			
AC	7	2331	777
AM	32	12094	1603
AP	3	759	397
MT	17	4037	3
PA	13	7166	217
RO	8	3164	117
Cadeia do Babaçu			
TO	27	1431	0
CE	2	1704	0
MA	91	37229	1522
PI	34	10887	14
Total	234	80.802	4.650

Fonte: Departamento DAP-SAF/MDA nov/09.

Foi publicada no Diário Oficial do dia 30 de novembro de 2009 a Portaria nº 62, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, aceitando por tempo determinado (2 anos) uma relação de extrativistas beneficiários (REB) de Unidades de Conservação de uso sustentável para fins de DAP. A REB permitirá que os extrativistas relacionados acessem políticas públicas dirigidas aos agricultores familiares, com exceção do crédito, e será emitida pelos órgãos gestores de Unidades de Conservação.

Concomitantemente, está em tramitação o processo de cadastramento do Conselho Nacional dos Povos Extrativistas (CNS) e do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) como emissores de DAP.

Para apoiar na estruturação do CNS e MIQCB, especificamente para a emissão de DAPs para os extrativistas atendidos por estes dois movimentos, a DEX/MMA aprovou convênios no valor de R\$250.000,00 para cada entidade.

Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

No âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), para execução em 2009/2010, utilizando recursos do MDS e MDA, será comercializado um total de 4.467.376 kg de produtos da sociobiodiversidade, em um montante de **R\$9.847.620,81**. Dentre os produtos estão: castanha do Brasil, licuri, pupunha, umbu, graviola, jenipapo, cupuaçu, guariroba, açaí, babaçu, buriti, araçá, manga e mel silvestre.

Em 2009/10, os projetos propostos no âmbito do programa de aquisições de alimentos – PAA para aquisições de produtos da Sociobiodiversidade, contemplam 174 municípios em todo Brasil, com recursos do MDS e MDA. Os projetos propostos para execução 2009/2010 para Castanha do Brasil e Babaçu estão na Tabela 3.

Tabela 3 – Projetos propostos para execução 2009/2010 para Castanha do Brasil e Babaçu.

Produto	UF Proponente	Município	Quantidade (kg)	Valor (R\$)
Castanha do Brasil	AC	Rio Branco	1.875.000	1.500.000,00
	MT	Juruema	112.000	100.800,00
	PA	Tucumã	110.000	115.478,00
Total			2.097.000	1.716.278,00
Azeite de Babaçu	MA	Buriti	10.400	52.000,00
	MA	Davinópolis	90	500,00
Castanha de babaçu	MT	Colniza	1.361	6.805,00
Total			11.851	59.305,00

Fonte: CONAB/DIPAI/SUPAF/SUGOV

Oficinas de Capacitação PAANET

O PAANET é um aplicativo desenvolvido e disponibilizado pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, com o objetivo de facilitar e descentralizar o preenchimento das propostas de participação dos mecanismos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Dessa forma, cooperativas e associações de agricultores familiares e extrativistas terão a possibilidade de realizar o registro das propostas de maneira mais simples e eficiente.

Até setembro de 2009, foram capacitadas 26.468 pessoas, utilizando recursos do MDS e MDA. Nos estados prioritários do Plano Nacional da Sociobiodiversidade (AM, AP, PA, CE, MA, MT, PI, RO e TO) foram envolvidas 11.138 pessoas e o montante de recursos utilizados (do MDS e MDA) de R\$179.215,20, conforme a Tabela 4.

Tabela 4 – Oficinas PAANET até setembro/2009

UF	Total de Pessoas Nº	Valor Total R\$
AM	35	15.181,00
AP/PA	2.315	40.166,05
CE	1.364	4.909,00
MA	5.322	53.614,00
MT	1.102	27.187,56
PI	485	5.686,96
RO	383	10.569,00
TO	132	21.901,63
TOTAL	11.138	179.215,20

Fonte: CONAB/DIPAI/SUPAF/SUGOV

Programa de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade – PGPM-Bio

Desde janeiro de 2009 a CONAB realiza palestras em diversas regiões, buscando a divulgação da Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade, modalidade de subvenção direta e mobilização dos beneficiários. As ações já ocorreram em 88 Municípios, com público médio de 25 pessoas por reunião, totalizando aproximadamente 2.200 pessoas instruídas a operacionalizar a PGPM-Bio, nos seguintes Estados: PA, AM, RO, AC, MT, MA, TO e RR.

A operacionalização das subvenções pela CONAB iniciou-se no final do mês de abril, com o lançamento do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB). Até o presente momento (Novembro/2009), foram realizados pagamentos no valor de **R\$ 521.117,52**, relativos às subvenções para amêndoa de babaçu, borracha natural e castanha do Brasil. Foram subvencionadas cerca de 489.655 toneladas, contemplando 1.806 famílias.

O MMA realizou duas oficinas de capacitação em PGPM, nos estados do MA e AM, no valor de R\$20.000,00 com diárias e passagens.

Programa Nacional da Alimentação Escolar – PNAE

Tendo como área de atuação a região Nordeste, e dando prioridade para os produtos da sociobiodiversidade, estabeleceu-se um convênio entre a Agendha e a SAF/MDA, no valor de 4 milhões e 300 mil reais. O convênio tem o principal objetivo articular a oferta de produtos da agricultura familiar com a demanda, nas maiores cidades do Nordeste. Este convênio é complementado por um projeto aprovado entre a Agendha e a DEX/MMA, no valor de 500 mil reais em dois anos.

Até novembro de 2009 a equipe da SAF/MDA realizou 45 oficinas de capacitação para o acesso ao PAA e PNAE, envolvendo cerca de 2500 pessoas, entre agricultores familiares, gerentes de cooperativas, gestores públicos e técnicos. Dentre estas oficinas, 6 foram realizadas com o público de extrativistas, incluindo o seminário realizado em São Luis em novembro, na ocasião do Workshop do Babaçu.

Participação de empreendimentos em feiras e eventos comerciais

Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária – Rio de Janeiro, 07 a 12/10/09

A Cadeia do Babaçu estava representada na Casa do INCRA, com representantes dos assentamentos rurais onde este produto está presente. Além disso, empreendimentos que produzem babaçu e seus derivados estavam representados nos stands individuais dos Estados onde esta cadeia está presente.

Os empreendimentos da cadeia do babaçu que participaram da FENAFRA e comercializaram farinha de mesocarpo, óleo, artesanato e papel reciclado foram:

1. Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis (MA) – COOPAESP;
2. Cooperativa de Pequenos Agricultores do Lago do Junco (MA)
3. Associação das Quebradeiras de Coco Babaçu – União dos Clubes de Mães (MA)
4. Associação das Mulheres Rurais do Sítio Macaúba (CE)

A cadeia da Castanha do Brasil estava representada no Espaço Amazônia e em stands individuais dos Estados onde esta cadeia está presente. Os empreendimentos da cadeia da Castanha-do-Brasil que participaram estão relacionados abaixo. Estes empreendimentos apresentaram informações de vendas no valor total de R\$ 32.500,00.

1. Cooperacre –
2. ACS Amazônia – Associação de Certificação Socioparticipativa
3. Cooperativa Mista Extrativista Laranjal do Jari – AP
4. Cooperativa de Agricultores do Vale do Amanhecer – COOPAVAM – MT
5. COORIMBATA – MT
6. Agroextrativista de Lábrea – AM

Dos produtos da sociobiodiversidade comercializados na FENAFRA, além da castanha do Brasil e babaçu, destacam-se ainda produtos derivados da borracha natural, polpas, geléias, doces e licores de frutos nativos, cocos e castanhas (cupuaçu, umbu, açaí, pequi, buriti, jatobá, baru, licuri). O montante total de comercialização para estes produtos foi de R\$300.000,00.

Exposustentat – São Paulo, 27 a 29 de outubro de 2009, no pavilhão do Transamérica Expocenter

O Plano Nacional da Sociobiodiversidade apoiou a Sala Caatinga Cerrado e a Sala Andes Amazônia, espaços de exposição e negócios na Exposustentat 2009, com um montante de recursos de R\$100.000,00 através da DEX/MMA.

O Babaçu foi um dos destaques da Sala Caatinga Cerrado, por ser uma das cadeias priorizadas pelo Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade. O Babaçu esteve presente em todos os materiais da Sala como banners; fotos; catálogo; calendário e site além da “Ilha do Babaçu” – espaço específico destinado ao produto, onde dois empreendimentos co-expositores estiveram presentes:

- Babaçu Livre – Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas e Quebradeiras de Coco Babaçu (Maranhão)

- Associação de Mulheres Rurais do Sítio Macaúba (Ceará).

Para o aprimoramento da participação dos empreendimentos na Sala, a IV edição contou com o trabalho de um GT de comercialização que organizou uma metodologia de acompanhamento à distância e in loco dos empreendimentos e um portfólio para ser levado à feira a fim de contribuir nas negociações com os clientes. Além disso, foi realizada uma reunião com todos os co-expositores um dia antes da ExpoSustentat para passar as últimas informações e promover um intercâmbio inicial. Foram organizadas, em conjunto com a Sala Andes Amazônia, visitas comerciais guiadas à empresas Natura (cosméticos), Cariri e Mundaréu (artesanato), Sabor Natural (loja e delivery de orgânicos) e à Zona Cerealista de São Paulo.

Nos 200 m² de Sala Caatinga Cerrado, estiveram presentes 20 empreendimentos e 2 redes de agricultores familiares e 2 empresas que representaram 14 estados do Brasil (BA; CE; DF; GO; MA; MG; MS; MT; PB; PE; PI; RN; SP e TO) e beneficiaram diretamente 7 mil famílias (associadas) e, indiretamente, 20 mil famílias. Os principais produtos apresentados foram: babaçu e derivados; licuri e derivados; frutas tropicais e nativas; sucos e picolés; castanha de caju; mel; café; grãos orgânicos; coco macaúba e derivados e artesanato elaborado com fibras, couro e processos naturais.

Em relação à comercialização, foi realizado um levantamento preliminar durante a feira, o qual 6 co-expositores responderam que cerca de R\$ 330 mil em negócios estão fechados e em andamento.

Na Sala Andes Amazônia estiveram presentes 4 empreendimentos brasileiros da cadeia da castanha do Brasil.

Abaixo o relato resumido da participação dos empreendimentos.

Ainda dentro da programação da Exposustentat e Sala Antes Amazônia, os empreendimentos brasileiros da cadeia da castanha participaram de oficina de troca de experiências, juntamente com empreendimentos da Bolívia e Peru. Este evento foi promovido pelo Ministério do Meio Ambiente, GTZ e Programa regional OTCA.

Além disso, a Coordenação do Plano Nacional – Arnoldo Campos (MDA) e Claudia Calorio (MMA) - participou de uma mesa de diálogo com o setor empresarial participante das PPPs, promovido pela GTZ.

Apoio à Assistência Técnica e Organização Social

No período foram contratados, pela Carteira de Projetos, 20 projetos de para apoiar ações de assistência técnica para povos e comunidades tradicionais nos estados AC, AM, AP, MA, MT, PA e Ro, no montante total de R\$871.852,11.

O Plano Nacional está apoiando a realização da assembléia de fundação da Cooperativa Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, que será realizada nos dias 08 e 09 de Dezembro, no montante de R\$55.000,00.

Regularização de Unidades de Conservação

A DEX/MMA vem coordenando com a Casa Civil as ações de regularização das unidades de conservação no âmbito do Plano Nacional. Em 2009 foram identificadas 8 RESEX que envolvem extrativistas de castanha do Brasil e babaçu, para receber em caráter “via expressa” a concessão de direito real de uso. Este processo está em tramitação.

Marcos Regulatórios

Foi aprovado um projeto DEX-MMA/FAO para diagnóstico referente aos marcos regulatórios (fiscal, sanitário e ambiental) para as cadeias de produtos das sociobiodiversidade, no valor aproximado de R\$350.000,00. O projeto prevê a contratação de 3 consultores para identificação de gargalos e elaboração de propostas de adequação e capacitação para Povos e Comunidades Tradicionais neste tema.

Gestão do Conhecimento

Para responder à necessidade de articular e integrar conhecimentos, habilidades e experiências existentes nas diversas instituições e localidades, e visando uma melhoria no alcance dos resultados de todas as organizações envolvidas no processo e para o público beneficiário, o Plano Nacional da Sociobiodiversidade está estabelecendo uma plataforma de gestão do conhecimento, através do Portal da Sociobiodiversidade.

Trata-se de um ambiente virtual já existente e com base no MDA, o Portal da Cidadania, que está sendo adaptado e aprimorado, com o apoio da GTZ, para atender às necessidades do Plano Nacional da Sociobiodiversidade.